

MARÉS

Revista da Mútua dos Pescadores para o Mar e Economia Social



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - EDIÇÃO QUADRIMESTRAL - #92 - JANEIRO - ABRIL 2026

A força de nunca desistir

- Resultados Mútua, perspetivas de futuro em foco e mudanças na estrutura
- Sessão evocativa do Ano Internacional das Cooperativas
- Salvar os Oceanos, Salvar a Humanidade – entrevista a José Mesquita
- Análise crítica às mais recentes medidas de apoio às Pescas - PTRR e Jovem Pescador



PONTO SEGURO

mediação de seguros, S.A.

SEDE

Av. Santos Dumont, 57 - 2.º Esq. 1050 - 202 Lisboa
pontoseguro@pontoseguro.pt
www.pontoseguro.pt



SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

- Particulares
- Empresas
- Autarquias
- Entidades Públicas e Privadas
- Parcerias com Economia Social



ALCANENA

Rua do Lavradio, C/V - B3
2380-091 Alcanena
T.: 249 899 332
E.: alcanena@pontoseguro.pt

ALHOS VEDROS

Praça da República, 9
2860-030 Alhos Vedros
T.: 961 518 460
E.: paula.justo@pontoseguro.pt

AVEIRO

Av. José Estevão, 595-A
3830-595 Gafanha da Nazaré
T.: 962 621 758
E.: aveiro@pontoseguro.pt

ÉVORA

Rua de Timor, N.º 23 - Fração B - R/C Drt.
Horta dos Malhões
7005-161 Évora
T.: 963 470 871
E.: evora@pontoseguro.pt

GRÂNDOLA

Rua Afonso de Albuquerque, 2
7570-174 Grândola
T.: 967 287 102
E.: grandola@pontoseguro.pt

HORTA

Rua Nova, 1
Angústias
9900-023 Horta
T.: 962 621 820
E.: horta@pontoseguro.pt

MATOSINHOS

Rua de Brito e Cunha, 325
4450-087 Matosinhos
T.: 962 342 341
E.: matosinhos@pontoseguro.pt

FUNCHAL

Rua 5 de Outubro, 22
9000-056 Funchal
T.: 291 222 758
E.: funchal@pontoseguro.pt

OLHÃO

Rua do Caminho de Ferro, 4
8700-425 Olhão
T.: 969 363 003
E.: olhao@pontoseguro.pt

PENICHE

Rua Nova, 1
Angústias
9900-023 Horta
T.: 969 363 001
E.: horta@pontoseguro.pt

PINHAL NOVO

Rua Infante D. Henrique, Loja 32-B
2955-196 Pinhal Novo
T.: 961 518 470
E.: paulo.ponte@pontoseguro.pt

NAZARÉ

Av. Manuel Remígio (Lance Cerro Morto)
Edifício Foz, Fração B
2450-106 Nazaré
T.: 966 202 861
E.: nazare@pontoseguro.pt

PORTIMÃO

Largo Francisco António Maurício, Lt. 7 - 1º A
8500-535 Portimão
T.: 961 518 466
E.: portimao@pontoseguro.pt

SEIXAL

Rua Conde de Ferreira, 6
2840-505 Seixal
T.: 962 917 513
E.: seixal@pontoseguro.pt

SESIMBRA

Av. da Liberdade, 37 - E
2970-635 Sesimbra
T.: 969 363 002
E.: sesimbra@pontoseguro.pt

SETÚBAL

Rua João de Deus, 5 C
2900-412 Setúbal
T.: 963 461 407
E.: setubal@pontoseguro.pt

SINES

Rua Marquês de Pombal
N.º 64 - A
7520-225 Sines
T.: 963 461 367
E.: sines@pontoseguro.pt

VIANA DO CASTELO

Rua da Altamira, 44 - R/C
4900-337 Viana do Castelo
T.: 925 957 222
E.: viana@pontoseguro.pt

VILA DO CONDE

Av. Infante D. Henrique, 1340
4480-860 Vila do Conde
T.: 969 363 000
E.: viladoconde@pontoseguro.pt



Sumário

4 Editorial

6 Especial Pescas

- Análise crítica às mais recentes medidas de apoio às Pescas

10 Notícias

16 Atividade Seguradora

- Volume de produção da Mútua dos Pescadores em 2025
- A importância das coberturas de P&I na atividade da pesca: Proteção essencial para um setor exposto a riscos elevados
- Preparar o futuro da Mútua num mundo em mudança
- Espaço do Provedor do Utente

20 Especial Mútua

- Testemunho de Ana Teresa Vicente: Antiga Diretora Geral da Mútua dos Pescadores

24 Entrevista

- Comandante José Mesquita: “Salvar os Oceanos Salvar a Humanidade”

28 2025 - Ano Internacional das Cooperativas

- A convergência entre as cooperativas e a promoção da igualdade de género
- Cooperativas constroem um mundo melhor: Sesimbra acolhe iniciativa evocativa do Ano Internacional das Cooperativas
- Resposta cooperativa ao mundo em que vivemos

40 Segurança Marítima

- A Pesca e o impacto dos sinistros
- Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no Mar: Um regresso aguardado
- Formar para sensibilizar e prevenir, prevenir para mitigar os riscos: Ações de sensibilização com trabalhadores e pescadores

44 Cultura Costeira

- Mar de Experiências e Mútua novamente juntos!
- Obras em destaque

47 Informação Institucional

- As cooperativas constroem um mundo melhor – Cases
- 4.º Congresso da Pequena Pesca debate desafios e futuro do setor em Matosinhos – Docapesca
- A mulher no setor da pesca – For-Mar

50 Crónica - Coisas Singelas dos Navios e do Mar

- “Amigas da onça” Parte 1

52 Da Mútua



Fotografia de capa: João Costa, Pôr do Sol no mar do Norte

REVISTA “MARÉS” - ESTATUTO EDITORIAL

A Revista “MARÉS” é uma publicação da Mútua dos Pescadores e tem como objeto o Mar e a Economia Social;

A Revista “MARÉS” aborda as temáticas mais relevantes relacionadas com a atividade da Cooperativa, procurando contribuir para o desenvolvimento económico, técnico e científico dos setores nos quais a Mútua dos Pescadores intervém;

A Revista “MARÉS” é um espaço aberto de informação, reportagem e debate de opinião, ao serviço da pesca profissional, de todas as atividades marítimas e do setor cooperativo e social;

A Revista “MARÉS” é uma publicação institucional e as organizações a montante e a jusante da pesca, o setor da náutica de recreio, as comunidades ribeirinhas, o setor cooperativo e

social, os investigadores e ambientalistas e os organismos do poder local e nacional constituem o seu público-alvo, mas também os interlocutores e os colaboradores privilegiados na produção de cada número;

A Revista “MARÉS” pauta a sua conduta editorial pelo rigor da informação e pela liberdade de opinião dos artigos que publica;

A Revista “MARÉS” zela pelo cumprimento rigoroso das normas éticas e deontológicas do jornalismo;

A Revista “MARÉS” tem periodicidade Quadrimestral;

A Revista “MARÉS” tem distribuição gratuita.



CONTACTOS MÚTUA

Viana do Castelo*

258 101 495 / viana@mutuapescadores.pt

Vila do Conde

252 623 265 / viladoconde@mutuapescadores.pt

Matosinhos

229 382 531 / matosinhos@mutuapescadores.pt

Aveiro*

234 368 115 / aveiro@mutuapescadores.pt

Nazaré

262 551 031 / nazare@mutuapescadores.pt

Peniche

262 780 040 / peniche@mutuapescadores.pt

*em parceria

Alcanena*

249 899 332 / alcanena@pontoseguro.pt

Seixal*

212 275 171 / seixal@pontoseguro.pt

Sesimbra

212 231 775 / sesimbra@mutuapescadores.pt

Setúbal*

265 537 343 / setubal@mutuapescadores.pt

Grândola*

269 441 148 / grandola@pontoseguro.pt

Sines*

269 034 962 / sines@mutuapescadores.pt

Évora*

266 709 167 / evora@pontoseguro.pt

Portimão*

282 411 374 / portimao@mutuapescadores.pt

Olhão

289 714 403 / olhao@mutuapescadores.pt

Funchal*

291 222 758 / funchal@mutuapescadores.pt

Ponta Delgada

296 288 940 / pontadelgada@mutuapescadores.pt

Horta

292 391 920 / horta@mutuapescadores.pt

PROPRIEDADE



EDIÇÃO



• Propriedade> Mútua dos Pescadores - Mútua de Seguros, C.R.L., Av. Santos Dumont, Edifício Mútua, n.º57, 6º 7º e 8º - 1050-202 Lisboa, Tel.: 213 936 300, www.mutuapescadores.pt, geral@mutuapescadores.pt, NIPC 500 726 477 • Diretor> João Delgado • Subdiretora> Vanessa Amorim • Conselho Editorial> Alvaro Bota Guia . Carlos Garcês . Carlos Rabaçal . Joaquim Simplicio . Luís Castro . Marta Pita . Rui Guedes • Edição, Produção e Publicidade> Bleed - Sociedade Editorial e Organização de Eventos, Lda., Av. das Forças Armadas n.º 4, 8ºB, 1600-082 Lisboa, Tel.: 217 957 045/6, info@bleed.pt • Impressão> Grafisol - Rua das Maçarocas, Business Center n.º 3, Abrunheira, 2710-056 Sintra • Tiragem> 8.000 exemplares • N.º Registo> 124498 • Dep. Legal>209498/04
*A Marés adota o Acordo Ortográfico, mas respeita a opção de cada autor

Mútua dos Pescadores: o ideal cooperativo num mundo em acelerada desintegração



> editorial: João Delgado

2025 – Ano Internacional das Cooperativas

Os últimos tempos, no plano global, têm sido pautados pela inquietude da incerteza, pela neblina no horizonte, pela desvalorização dos valores humanistas e, em muitas latitudes, pelo total desprezo em relação à vida humana. Efeitos nefastos decorrentes das contradições do modelo económico dominante, consequências que o ideal cooperativo, assente em inalienáveis escalas de valores e princípios, visa dar resposta na construção de um mundo mais equilibrado, solidário, justo e fraterno.

Deste modo, os princípios e valores inscritos na matriz da Aliança Cooperativa Internacional são constantemente violados quando se assiste em tempo real a genocídios de povos inteiros, às mais grosseiras violações do direito internacional, das convenções internacionais e do multilateralismo, da diplomacia e do legítimo direito à autodeterminação dos povos; quando assistimos em direto ao bombardeamento de escolas e hospitais, quando criminosos bloqueios colocam países inteiros sem energia, condenando as populações à fome e à privação dos mais básicos cuidados de saúde. Percebemos claramente que os tempos são medonhos e que só a cooperação, o diálogo, a restituição da Paz e da amizade entre os povos poderá conduzir à construção de novos horizontes de esperança.

Em 2025 comemorou-se o Ano Internacional das Cooperativas, e perante uma realidade tão adversa, a Mútua dos Pescadores, para além da sua prática diária enquanto cooperativa, não deixou de dinamizar iniciativas que pudessem colocar ao centro os valores, os princípios, os exemplos e a cultura cooperativista como modelo alternativo e resposta diferenciada nos planos económico, social, cultural e ambiental.

Foi exatamente isso que fizemos, na **sessão evocativa do Ano Internacional das Cooperativas em Sesimbra**, numa colaboração com a Câmara Municipal, no passado dia 22 de novembro de 2025. No entanto, e como se costuma dizer **“enquanto uns remar para vante, outros remam para ré!”**. Foi com grande estupefação da nossa parte, e de todas as estruturas da Economia Social, que no final de 2025 tomámos conhecimento da posição do Governo nacional de exonerar o capital público da CASES! A contestação tem sido do tamanho da incredulidade face à decisão tomada. No entanto, nada é para sempre e perante os factos, necessidades e as reações, acreditamos que, com bom senso de todas as partes, o processo poderá, e deverá, ser revertido, para melhor valorização da CASES, dos seus cooperadores, dos seus

profissionais e dirigentes, e de toda a Economia Social, pelo tanto que significa na sociedade portuguesa.

Tempestades várias, transformações abruptas e a Mútua no rumo certo

São sobejamente conhecidos os balanços transversais que temos de aguentar enquanto estrutura “flutuante” que se propõe a intervir de forma alternativa numa economia de mercado, altamente imprevisível, num tempo de crises cíclicas cada vez mais frequentes e de tempestades múltiplas, naturais e políticas, com consequências em diversos planos da nossa vida coletiva.

Humanizar as relações económicas, colocarmo-nos cada vez mais no lugar do outro, acolher e compreender de forma mais profunda o que vem, o desconhecido, o “estrangeiro”; cooperar cada vez mais em lugar de competir cegamente, dialogar de forma crescente em vez de levantar muros intransponíveis; dar respostas céleres às necessidades sentidas, dar rosto, braços, corpo às estruturas para que estas não se assumam como, também elas, desmaterializadas de sentido – essa é cada vez mais a nossa proposta. E se, por assumirmos estes riscos o mar balançar cada vez mais a nossa estrutura, aumentamos os robaletes, fixamo-nos no nosso rumo, seguimos em frente!

Em março de 2025, foram eleitos os novos Órgãos Sociais da Mútua dos Pescadores para o quadriénio 2025-2028. Com uma lista de continuidade, sem deixar de fazer as mudanças necessárias para **garantir o futuro e os superiores interesses da organização**, assumimos que iremos intensificar o trabalho na defesa da nossa identidade e missão cooperativas, onde o aumento do número de cooperadores assume-se como objetivo vital; reforçar a dinâmica de defesa do setor da Pesca, a braços com uma contração preocupante em termos de força de trabalho e de capacidade produtiva; contribuir cada vez mais para o crescimento dos diferentes segmentos da economia do Mar; intervir cada vez mais nas dinâmicas locais das comunidades ribeirinhas; valorizar os nossos trabalhadores e dirigentes, por forma a dar respostas cada vez mais qualificadas e acertadas.

As mudanças não se verificaram apenas no plano dos Órgãos Sociais. Ana Teresa Vicente, Diretora-geral da Mútua dos Pescadores até ao mês de outubro, assume outras tarefas e dá lugar a Carlos Rabaçal que hoje assume o leme da gestão diária da organização. Naturalmente, o CA da Mútua dos Pescadores faz um reconhe-

cimento público pelo excelente trabalho desenvolvido pela anterior Diretor-geral, desejando-lhe as maiores felicidades para os novos desafios. Ao novo Diretor-geral, desejamos as maiores felicidades para as tarefas que agora desempenha.

Mesmo com todas as transformações, internas e externas, a Mútua mantém-se segura e no rumo certo. Também na sua missão económica, 2025 foi mais um ano que acentua a trajetória de crescimento dos últimos anos. Os resultados apurados permitem-nos afirmar que chegámos a mais gente, mais segurados partilharam os seus riscos com a nossa cooperativa (+6,4% em termos de prémios brutos emitidos). A Mútua cresce não só em resultados económicos, mas também tem vindo a reforçar a sua capacidade de resposta, a sua credibilidade e influência junto das comunidades, dando respaldo e razão de ser à sua condição de cooperativa de utentes de seguros.

A Pesca, a Segurança, a Sinistralidade: apontamentos de um setor estratégico

Entre 1986 e 2023 perderam-se 27.650 pescadores em Portugal; entre 2000 e 2023 perderam-se 10.896 pescadores no país. Se considerarmos o facto de a cada posto de trabalho criado diretamente na pesca, corresponderem cinco postos de trabalho nas atividades conexas (construção e reparação naval; transformação e comercialização; indústria conserveira; produção e comercialização de aprestos de pesca e outros consumíveis; atividades portuárias e de 1.ª venda em lota, restauração, etc.), podemos considerar que entre 1986 e 2023 perderam-se 138.250 postos de trabalho direta e indiretamente nas economias regionais dependentes da pesca.

Estas contingências determinaram uma profunda reconfiguração das economias regionais, das dinâmicas sociais das comunidades e uma transformação acentuada das dimensões culturais e identitárias, assistindo-se a uma transferência quase direta de profissionais para atividades emergentes, designadamente no setor turístico.

Entre 1986 e 2023 perderam-se 11.141 embarcações de pesca; entre 2000 e 2023 perderam-se 3.894 embarcações de pesca. O défice da Balança Comercial de produtos da pesca, passou de 600 M/€ em 2002 para cerca de 1.270 M/€ em 2024.

Entre 2002 e 2024 (últimos dados conhecidos) o Défice da Balança Comercial de produtos da pesca passou para mais do dobro! Algo que decorre da diminuição da capacidade produ-

tiva do país que, desta forma, para satisfazer as suas necessidades internas do ponto de vista alimentar tem de importar cada vez mais pescado, grande parte do qual é proveniente de países de fora da UE, não sujeitos às mesmas regras de controlo alimentar, bem como às mesmas regras de acesso aos recursos, higiene, salubridade e condições de trabalho a bordo das embarcações.

Todo este enquadramento, bem como quaisquer políticas públicas aplicadas ao setor da pesca, nunca pode negligenciar o facto de Portugal estar sempre entre os três maiores consumidores de pescado per capita/ano no mundo, partilhando este pódio com a Islândia e o Japão.

É a esta realidade do setor que se terá de dar resposta. Um quadro onde a força de trabalho é crescentemente estrangeira. Daí também a exigência crescente de reforçar as questões de segurança, seja na preparação dos profissionais, seja nas condições de portos e barras, na substituição do casco, em certos casos, absolutamente obsoletos, como na frota do espada-preto na Madeira.

A segurança no mar só pode ser obtida, por um lado, através dos investimentos referidos, mas também no plano da segurança dos rendimentos, onde a valorização do pescado continua a ser determinante para esta equação.

Há dois instrumentos em discussão que devem dar respostas as estas necessidades. Por um lado o PTRR, e por outro o Estatuto do Jovem Pescador. Se bem direcionados, com as dotações financeiras adequadas às necessidades sentidas, poderão ajudar a resolver parte dos problemas.

Os efeitos do “carrossel” de tempestades que se fez sentir entre outubro de 2025 e praticamente o momento em que se escreve este texto (março de 2026), carecem de respostas públicas à altura da excecionalidade do tempo que vivemos. Tempestades essas que colocam em dificuldades extremas aqueles que dependem do mar para viver.

O final de 2025 foi particularmente adverso no que toca à sinistralidade em embarcações de pesca. Vários naufrágios. Várias mortes. Tragédias que continuam a assolar o setor. Entre os factos ocorridos e o que se pode evitar no futuro, todos seremos convocados a refletir sobre o tema da Segurança no Mar e o Futuro da Pesca em Portugal. Também nesta frente da reflexão coletiva a Mútua já está a “lançar o barco ao mar” porque a esperança de transformar não pode ficar pelo caminho.



Medidas de apoio ao setor das pescas são urgentes Reflexão do Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores

PTRR - Portugal, Transformação, Recuperação e Resiliência (Pesca) Preocupações do Conselho de Administração da Mútua

A Mútua participou, a convite do Secretário de Estado das Pescas, Salvador Malheiro, numa reunião onde estiverem também presentes diversas organizações do setor, para análise das medidas a aplicar ao setor da Pesca inscritas na proposta do PTRR – Portugal, Transformação, Recuperação e Resiliência, que visa responder aos impactos negativos decorrentes das intempéries que se abateram sobre o país entre 28 de janeiro e 15 de fevereiro. Na sua intervenção, o Presidente da Mútua, João Paulo Delgado, enunciou as várias matérias que considera mais preocupantes para o setor, que aqui resumimos.

Destaca-se desde logo que o período contemplado para as medidas de apoio é manifestamente curto tendo em conta a realidade difícil que o setor tem vivido nos últimos tempos, **"desde outubro de 2025, o "comboio de tempestades" tem afetado o setor, provocando uma quebra de rendimentos de profissionais e empresas"**, facto que é evidenciado pelos dados que apontavam, a setembro de 2025, um crescimento de 6%, em termos de descargas totais de pescado, acabando o ano com uma quebra de 2%. A esta quebra somam-se as intempéries do início de 2026, e assinala-se ainda que a instabilidade meteorológica se tem estendido, ainda que com menor intensidade, ao mês de março. Não se deve também, *"descapitalizar o fundo de compensação salarial que tem servido, ainda que pago muito tardiamente (muitas vezes com um ano, ou mais, de atraso), para atenuar as quebras de rendimento em caso de intempéries ditas normais"*.

De acordo com o Presidente da Mútua, **"dever-se-á proceder a ajudas diretas ao setor tendo em conta o carácter absolutamente singular do que se tem vivido nos últimos 6 meses"**; e definir **"valores ajustados de compensação di-**

reta e célere por «dia de mar perdido», considerando o fecho das barras, e por comprimento da embarcação (isto porque as barras podem estar fechadas ou condicionadas a certas embarcações e não a outras)", e não aplicar a *"suposta quebra dos 30% face ao ano anterior, dado que o ano anterior já foi de quebras nas descargas a rondar os 8%"*. Tendo também em consideração, por outro lado, *"que o setor, na sua globalidade, e não por segmentos, está há anos em perda estrutural de rendimentos"*.

Outro requisito que tem condicionado as candidaturas, e que se entende que deve ser revisto é a obrigatoriedade dos 120 dias de pesca (vendas em lota) nos últimos dois anos.

No que respeita **"à reposição do potencial produtivo"**, e, tal como nas estruturas agrícolas, também na pesca se registaram *"perdas muito significativas no que concerne às ardes fixas no mar; pelo que se entende haver necessidade de estipular um teto máximo de ajudas para fazer face a estas perdas"*. Também se deverá equacionar a hipótese de criação de incentivos públicos para tornar obrigatório o seguro para as próprias embarcações (seguro de marítimo-casco).

Existe ainda uma questão de fundo que poderá ter enquadramento neste PTRR, que são as **"medidas para potenciar o rendimento futuro dos profissionais e empresas de pesca"**, investindo-se em *"mecanismos de valorização do pescado na 1.ª venda"*, seja através da *"fixação de preços mínimos"*, bem como da *"criação de margens máximas de lucro à distribuição, protegendo assim os elos centrais da cadeia de valor (produção e consumo)"*.

Lamenta-se que no capítulo da *"Segurança Alimentar e riscos ..."*, não haja qualquer referência aos riscos na pesca, **"como**

se o setor não fosse constantemente assolado por intempéries, paragens biológicas, pragas de algas e outros organismos marinhos, más condições das barras (assoreamento) e dos portos (que devem requerer prioridade máxima de intervenção neste PTRR)”, e que, como se está a equacionar a criação de incentivos à “*utilização de seguros multirriscos na agricultura*”, poder-se-ia estudar a hipótese da “*criação de incentivos públicos à criação de um seguro para fazer face à perda de rendimentos no setor da Pesca*”.

Também no plano do “*aumento da capacidade de reservas estratégicas para alimentos*”, importa reforçar, destaca a Mútua, “*o papel fundamental das conservas de peixe e derivados, bem como os produtos da pesca ultracongelados, que impulsionam também a produção de pescado e a indústria*

conserveira, e contribuem também, por essa via, para a soberania alimentar”. Soberania alimentar e equilíbrio da balança comercial, acrescenta-se, são dois eixos fundamentais para a recuperação do setor.

A Mútua destaca ainda a importância de uma referência à renovação da frota (ou substituição de casco) “*para garantir a segurança de quem nelas trabalha, pela preservação da qualidade do pescado e da sustentabilidade ambiental*”, formas de contribuir para um dos objetivos do PTRR, de “*melhorar a resistência a fenómenos climáticos extremos, eficiência energética e modernização de soluções digitais de localização*”.

O fundamental é ter então os instrumentos financeiros disponíveis, e celeridade dos processos administrativos, para se fazer cumprir as necessidades do setor.

Estatuto do jovem Pescador

O Decreto-Lei n.º 6/2026, de 14 de janeiro cria o Estatuto do Jovem Pescador e define o respetivo procedimento de reconhecimento. Trata-se de uma medida que merece ser valorizada, na medida em que cria alguns incentivos, (isenção de taxas, criação de linhas de crédito), facilitação de processos burocráticos, acesso prioritário à formação profissional para jovens (até aos 40), mas que fica muito aquém daquilo que o setor necessita para operar a inversão necessária, rumo à valorização da pesca e dos seus profissionais.

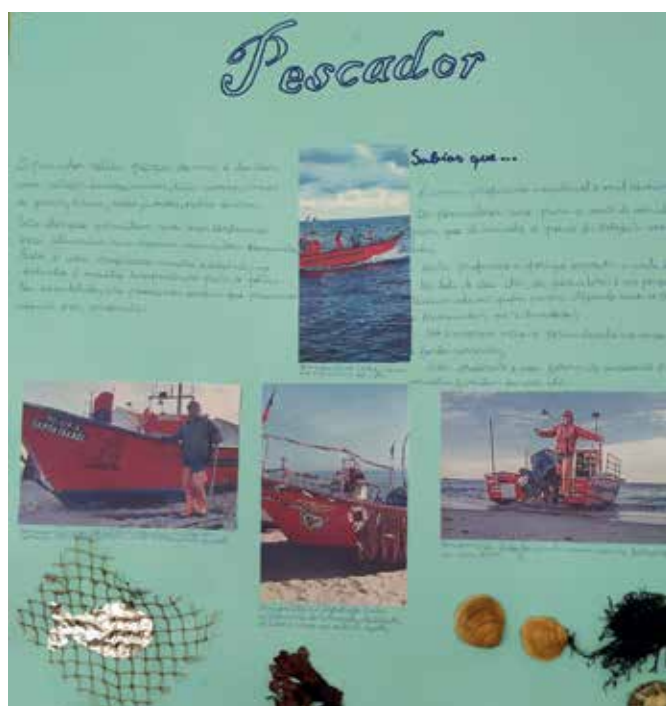
Em primeiro lugar, para instituir o Estatuto do Jovem Pescador há-que revogar o Decreto-lei nº166/2019 que faz desaparecer a profissão de Pescador do Regime Jurídico das Profissões Marítimas em vigor. Conferir novamente força legal à profissão de Pescador é, para além das questões culturais, simbólicas e identitárias, um enorme sinal político de valorização do setor e dos seus profissionais.

Por outro lado, ainda não se conhece legislação regulamentar ou formas de operacionalizar este projeto no terreno, para além dos gabinetes de apoio recém-criados; e não se conhece uma estrutura de missão para implementar o plano e assim atingir os seus objetivos.

O diploma é dirigido a jovens até aos 40, alargar para os 45, seria desde logo um passo positivo. Nas “Medidas de carácter facilitador”, poder-se-ia incluir “Incentivos à contratação de jovens pescadores até aos 45 anos” e não até aos 40, tendo em conta as necessidades evidenciadas no setor, aplicadas por um período de 3 anos, permitindo condições de entrada, e também de alguma permanência no setor.

Nas “Estruturas de suporte a iniciativas inovadoras”, sugere-se a inclusão dos sindicatos, dado que não se detetou essa referência, e no “Acesso prioritário a formação profissional específica”, importa garantir não só o acesso prioritário, mas o acesso universal, em todo o país, à oferta pública de formação profissional no setor; e pelo que se conhece, na Região Autónoma da Madeira não há essa possibilidade (poderá constituir-se como matéria inconstitucional). Desta forma há que assegurar os custos de formação (inscrição, deslocações, alojamento, alimentação, etc.) onde houver oferta pública no restante território nacional.

Há questões de ordem estrutural que continuam por responder, para além das questões emergentes e conjunturais, como o acesso aos recursos, as limitações crescentes às áreas tradicionais de pesca, a valorização do pescado, os regulamentos (desajustados à realidade) de registo de capturas, a renovação de parte da frota, a escalada dos preços dos fatores de produção,



o investimento nas infraestruturas de apoio ao setor, segurança no trabalho e ao nível dos rendimentos, ou o reconhecimento social das profissões da pesca, entre outros fatores que, sem eles, dificilmente se poderá atrair e fixar efetivamente força de trabalho e investimento no setor da pesca em Portugal que é, tão somente, um dos 3 principais consumidores de pescado per capita/ano no mundo.

Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores

Pesca de cerco da sardinha ibérica volta a ter certificação de sustentabilidade, mais de uma década depois!

Foi um marco muito importante para a pesca do cerco em Portugal em 2025, cujo alcance vai muito para além da pesca do cerco, e até do próprio setor, já que se configura como um exemplo máximo dos bons resultados da inter-cooperação entre pescadores e indústria, cientistas e decisores, cruzando fronteiras nacionais!

Organizações de toda a cadeia de valor estiveram envolvidas neste esforço coletivo: 15 organizações de produtores de pesca de Espanha e Portugal, em Espanha organizadas na Associação de Organizações de Produtores da Pesca do Cantábrico (OPPs Cantábrico), e em Portugal na Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco (ANOPCERCO); três associações industriais portuguesas, Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe (ANICP), Associação Nacional da Indústria pelo Frio e Comércio de Produtos Alimentares (ALIF) e Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED). Uma colaboração “exemplar” de acordo com informação no site oficial do Marine Stewardship Council (MSC)/Portugal, e “única” no seu programa.

Também a cooperação entre os institutos públicos e científicos, em Portugal o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e em Espanha o Instituto Español de Oceanografía (IEO), que trouxeram “novos conhecimentos sobre o ecossistema e melhoraram os modelos de gestão”; bem como os poderes políticos de ambos os lados da fronteira, foram fundamentais.

O selo da sustentabilidade agora (re)atribuído pelo Marine Stewardship Council (MSC) vem enfim reconhecer e atestar as boas práticas em pesca sustentável, e “valida o compromisso de ambas as frotas com a sustentabilidade e garante aos consumidores que a sardinha ibérica capturada por este método provém de fontes ambientalmente sustentáveis e respeitadoras do meio ambiente”. Escreve-se no site da MSC/Portugal, que **“a pescaria de cerco superou uma rigorosa avaliação independente realizada pela Bureau Veritas, iniciada em setembro de 2024, e que cumpre os três princípios fundamentais do padrão MSC: saúde da população de sardinha, impacto mínimo no ecossistema marinho e uma gestão eficaz e transparente da pescaria”**.

Desde que foi suspensa em 2014 por razões de gestão do stock, as organizações não pararam de trabalhar neste sentido, nomeadamente, o “novo plano plurianual de gestão em vigor até 2026, acordado em 2021 entre Portugal e Espanha”, um plano que “regula as possibilidades anuais de pesca, os períodos de defeso e os limites à pesca de juvenis, entre outras medidas, para garantir uma gestão sustentável e coordenada deste recurso partilhado”, como se escreve no mesmo site.

Importa recordar que a primeira certificação da sardinha ocorreu em 2010, em Portugal, tendo sido então criada a Comissão de Acompanhamento da Pesca da Sardinha, “um órgão-chave que reúne cientistas, gestores, setor pesqueiro e ONGs”, “fundamental na monitorização e adaptação contínua das medidas de gestão, contribuindo de forma decisiva para a recuperação e conservação da sardinha a longo prazo”.

O trabalho com vista à sustentabilidade é um compromisso que requer melhoria contínua e, neste caso, a pescaria da sardinha ibérica comprometeu-se, num período de 5 anos, de acordo com a mesma fonte: “expandir a cobertura de observadores independentes a bordo, melhorar o registo de



interações com espécies não-alvo, avaliar o impacto sobre espécies protegidas, fortalecer os mecanismos de controlo e cumprimento, e promover formação especializada.”

Por outro lado, “a pescaria foi selecionada para receber uma bolsa de investigação para estudantes do Ocean Stewardship Fund (OSF) do MSC. Um apoio financeiro, atribuído ao projeto liderado pela Universidade de Vigo e pelo IPMA, permitirá avançar na integração de critérios ecossistémicos na gestão do stock de sardinha. O projeto desenvolverá um modelo atualizado que incorpora o papel da sardinha como espécie-chave na cadeia alimentar marinha, garantindo que as estratégias de gestão sejam mais resilientes face aos desafios ambientais.”

A frota certificada é agora composta por 317 embarcações, 185 espanholas e 132 portuguesas, que operam no Atlântico Nordeste. A pesca foi oficialmente certificada com o Selo Azul no dia 4 de julho de 2025 e entregue numa cerimónia em Matosinhos, no dia 16, que contou com representantes de todas as partes envolvidas.

O caminho da sustentabilidade está assim traçado e compete agora a cada elo da cadeia de valor cumprir a sua parte, e a todos compete continuar a valorizar este recurso tão rico!

Fotografia extraída da página de Página de Facebook da Olhãopesca – Organização de Produtores de Pesca do Algarve C.R.L.

Evolui na carreira marítima connosco!

A carreira marítima mudou.

Se já trabalha no setor e pretende progredir na sua carreira, atualize-se e prepare-se connosco. Inscreva-se nos nossos cursos, e aceda às novas categorias marítimas com formação de qualidade e total confiança.

Inscreva-se no site.



for-mar.pt



formarpt

for·mar Centro de Formação
Profissional das Pescas
e do Mar

viver o mar

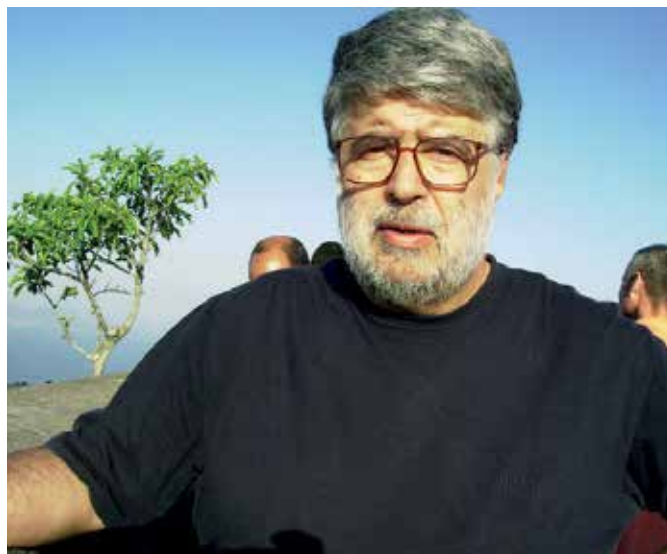
Homenagem a Rui Namorado

No Ano em que se assinalou o Ano Internacional das Cooperativas pereceu um dos mais entusiastas cooperativistas de criação, Rui Namorado, o professor da Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra, que dedicou a vida ao estudo, à promoção e valorização, da Economia Social.

Olhando a Economia Social como uma "galáxia", e as suas várias famílias como "constelações", com as cooperativas a ocupar um lugar de destaque, Rui Namorado foi um dos seus mais dedicados pensadores e defensores. Entendia a Economia Social como uma alternativa, de "ambição utópica", ao modelo capitalista vigente, sustentada em valores e princípios éticos, de cooperação, autonomia, liberdade, e democracia.

O seu grande contributo à democracia, à economia social e ao movimento cooperativo em particular, bem como à formação de várias gerações de dirigentes das organizações da Economia Social, ficarão para sempre como modelo.

E a melhor homenagem que podemos dedicar-lhe é lê-lo, na sua complexidade, e continuar o seu legado, que por sua vez traz consigo outras referências fundamentais como António Sérgio.



"Há uma metáfora descritiva, a que há muito tenho vindo a recorrer, que pode ajudar a compreendê-la melhor. Ela conduz-nos a olhar para a economia social como se ela fosse uma galáxia constituída por múltiplas constelações, as quais, por sua vez, se desdobram em tipos diferenciados de entidades os quais incorporam protagonistas dotados de uma individualidade própria. E essas constelações conjugam-se dinamicamente, interagindo entre si, tal como no seio de cada

uma delas acontece com as entidades que as compõem. (...)

III. Uma outra ideia-força põe em relevo a intercooperação como elemento qualificante e indutor de uma maior coesão do todo. Na verdade, a intercooperação é um verdadeiro tecido conjuntivo simbólico, não só de toda a galáxia em causa, mas também de cada uma das suas constelações. É um elemento nuclear do respetivo modo de ser."

Rui Namorado participou e colaborou com a Mútua em diversos momentos da sua história, e deu-lhe a conhecer de perto o Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social, que ele criou e coordenou, dando corpo à então pioneira "Pós-Graduação em Economia Social – cooperativismo, mutualismo e solidariedade".

Pelas "suas mãos", passaram, nos últimos anos, alguns jovens trabalhadores e dirigentes da Mútua, que certamente não esquecerão a forma apaixonada como falava destes temas, e das cooperativas em particular, que valorizava e enaltecia de um modo especial. Ouvi-lo era mais um motivo de orgulho por pertencermos a esta "galáxia"!

Fotografia de Rui Namorado em <https://www.asbeiras.pt/morreu-em-coimbra-rui-namorado/>

Conferência Riscos Globais

Decorreu durante os dias 11 e 12 de março no Instituto Superior da Maia, a 2.ª Conferência Riscos Globais, numa organização da revista "Segurança".

No âmbito duma colaboração que a Mútua possui com aquela revista, praticamente desde a sua primeira edição em janeiro de 1964, participámos na Conferência com uma apresentação intitulada "Mar de Riscos – Forma de tratamento e gestão de riscos nas atividades marítima e seguradora", em que abordámos de que maneira a noção do risco emergiu e se desenvolveu, por força, e em função, dos perigos que a atividade marítima desde sempre teve de enfrentar. E ainda, como, por força da dimensão socioeconómica, apareceu e se desenvolveu a atividade de segurar. A apresentação coube ao Administrador executivo da Mútua dos Pescadores, Joaquim Simplício, que tem acompanhado estas iniciativas. A Mútua endereça aqui uma vez mais uma saudação especial a Isabel Santos, pelo seu espírito de perseverança em manter o rumo da Segurança.



Joaquim Simplício, com o moderador ao centro, José Oliveira Pinto, e o engenheiro técnico João Paulo D'Alem, interveniente do painel.

Arrábida: Reserva da biosfera da UNESCO



Fotografia de Francisco Barrento, em Unsplash

Vanessa Amorim

Membro do Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores

Em setembro de 2025 a cordilheira da Arrábida foi classificada como Reserva da Biosfera da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), na reunião que se seguiu ao V Congresso Mundial das Reservas da Biosfera que decorreu na cidade chinesa de Hangzhou.

A candidatura foi entregue em 2024, mas o trabalho de preparação remonta a 2016, quando foi assinado um protocolo entre a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e as Câmaras Municipais de Palmela, Setúbal e Sesimbra, territórios onde se estende a Arrábida.

Enquadrada no programa científico "O Homem e a Biosfera" (Man & Biosphere), criado em 1970 pela UNESCO, esta certificação de Reserva da Biosfera tem como objetivo destacar territórios onde a conciliação da preservação da natureza com a atividade humana permitem uma sustentabilidade integral (ambiental, social e económica).

A Mútua dos Pescadores orgulha-se de estar entre as entidades que apoiaram a candidatura, assumindo o compromisso e "reconhecendo a necessidade do envolvimento dos atores locais na implementação de uma gestão participativa por forma a responder às três funções fundamentais (Conservação, Desenvolvimento Sustentável e Plataforma de investigação, monitorização, educação e sensibilização ambiental) de uma Reserva da Biosfera", tal como constante na Declaração de Apoio à Candidatura. Além da Mútua, como se lê no dossiê de candidatura, tal desiderato foi possível com contributos de diversos agentes [...] "com conhecimento deste território e dos seus desafios e oportunidades".

A cordilheira da Arrábida tem características ímpares, com um vasto património geológico, ecológico e cultural que permitiram esta classificação. Descrita pela UNESCO como uma "joia costeira" a Arrábida é um reduto de biodiversidade, albergando mais 1400 espécies de plantas, incluindo 70 espécies raras e endémicas. Conta também uma fauna marinha diversificada, protegida pelos 52 quilómetros quadrados de um parque marinho onde vivem mais de 2000 espécies como

o golfinhos-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*), robalos (*Dicentrarchus labrax*) e salmonetes (*Mullus barbatus*), ou algumas espécies de animais que têm a Arrábida como a sua única casa como o "gorgulho-esmeralda-rosado e o caracol *Candidula setubalensis*".

A nível de património histórico e cultural destacam-se dois castelos (Palmela e Sesimbra), o Forte de S. Filipe em Setúbal, o Convento da Arrábida, a existência de vários círios, por terra e por mar (como por exemplo o Círio da Arrábida e do Cabo Espichel), entre outras manifestações culturais. Distingue-se ainda por ser um território vivo e cheio de atividades económicas que vivem em conciliação com o ecossistema, como a pesca, a pecuária, pastorícia e agricultura, sendo um território marcado pela produção de queijos, vinhos, mel e pescado.

Com esta distinção, as entidades proponentes estabeleceram objetivos para a próxima década que pretendem criar condições para promoção, proteção e desenvolvimento sustentável deste território, avaliando os desafios que se colocam e encontrando soluções em estreita colaboração com a comunidade local e entidades.

A Arrábida passa, assim, a integrar uma rede de 750 reservas da Biosfera em 136 países. Em Portugal, constitui-se como a 13.ª Reserva da Biosfera da UNESCO. Além disso, é um dos 8 territórios costeiros com esta distinção, como as Berlengas ou as ilhas açorianas do Corvo, Flores, Graciosa, ou as Fajãs de São Jorge, a localidade de Santana (na Ilha da Madeira) e a ilha de Porto Santo.

A AMRS, ICNF e Câmaras Municipais proponentes da candidatura encontram-se a colocar em marcha a implementação do plano de ação que, entre outras coisas, institui uma Comissão Consultiva, para a qual a Mútua foi convidada e que toma posse dia 2 de março, às 14.30h, no Cine-Teatro São João em Palmela.

A nossa cooperativa saúda todas as entidades envolvidas neste importante reconhecimento e orgulha-se de, uma vez mais, estar comprometida com causas sociais e ambientais dos territórios onde marca presença.

“Só conhece o valor da âncora quem passa pelas tempestades”

Fotografia de Cristian Palmer, em Unsplash

À semelhança do que ocorreu noutros territórios europeus, Portugal foi extremamente afetado pela passagem de tempestades devastadoras entre janeiro e fevereiro de 2026. Depois das tempestades “Ingrid” e “Joseph”, a passagem da depressão “Kristin”, e depois “Marta”, deixaram um rasto de destruição um pouco por todo o país.

As tempestades entraram em território nacional pela zona de Leiria e daí progrediram para o interior do país. Os distritos de Leiria, Coimbra e Lisboa, foram os mais afetados, mas também Castelo Branco, Portalegre, Santarém, Setúbal e Guarda foram muito fustigados.

Depois dos ventos e das chuvas, as populações e territórios ribeirinhos, do Tejo, Sado, e Mondego foram as mais afetadas pelas cheias, com cenários desoladores.

Vários desalojados, equipamentos comerciais e culturais danificados, estádios danificados, telhados arrancados, aviões destruídos, comboios suspensos, vias de comunicações, estradas e pontes danificadas.

O mau tempo isolou alguns territórios e populações, afetou o fornecimento de energia elétrica em algumas zonas do país, com cerca de um milhão de pessoas a serem afetadas durante o pico da tempestade, e centenas de pessoas sem energia durante várias semanas.

Há ainda a lamentar a morte de 18 pessoas, em vários conselhos do país. A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil esclareceu ainda, entretanto, que alguns óbitos em contexto hospitalar podem não estar contabilizados.

Foram tempos vividos com muita apreensão por todos e, em particular, pelas populações no Centro do País, as mais afetadas por este “comboio de tempestades”.

Por todo o país se multiplicaram as ações de apoio e solidariedade, foram diversas as associações e coletividades, entidades privadas e ainda centenas de pessoas que responderam ao apelo solidário para fazer face às necessidades mais prementes, de água e alimentos e, a pouco e pouco, foram sendo restabelecidas as redes elétrica e viária, as comunicações, bem como o ansiado processo de reparação e reconstrução de casas, estabelecimentos comerciais e industriais, de ensino e cultura, muito dependente das linhas de apoio anunciadas pelo Governo e outras entidades.

As seguradoras foram também postas à prova na sua capaci-

dade de responder prontamente aos seus segurados, e cedo adotaram medidas para facilitar e agilizar a resposta às milhares de ocorrências. “De acordo com o inquérito promovido pela Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) junto das suas Associadas, deram entrada nas seguradoras, até 25 de fevereiro, mais de 140 mil participações de sinistros cobertos por apólices de seguros, elevando-se agora a estimativa de danos indemnizáveis para mais de 750 milhões de euros.” (1) **Aplicação de moratórias, suspensão temporária do pagamento dos prémios para aliviar a pressão financeira a famílias e empresas, e a gestão dos processos de sinistro mais agilizada. Estas foram algumas das medidas a que também a Mútua se associou, atuando com a compreensão e empatia que caracteriza os seus profissionais, respondendo com a prontidão e celeridade necessárias.**

As medidas que o setor tem vindo a implementar neste contexto estão também em sintonia com a entidade reguladora da atividade seguradora, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), que afirmou à ECOseguros (3) que “o setor segurador tem respondido à altura das necessidades, agilizando processos de peritagens e o pagamento dos sinistros”. Em linha aliás, com recomendações já emitidas no passado, de práticas a ter no contexto de calamidades como a atual.

A Mútua associou-se também às suas congéneres na subscrição da declaração conjunta promovida pela APS a 6 de fevereiro, que pugnava pela definição e implementação de um “sistema nacional integrado de proteção contra catástrofes naturais”, que proteja as pessoas, o seu património e o território. Um sistema nacional cuja intenção de criação foi manifestada pelo próprio Governo, facto saudado pelas seguradoras, “apelando ao poder político para que esta matéria seja assumida como uma prioridade estratégica de interesse público.”

Reforçava-se ainda, na declaração, que este sistema deverá assentar em “princípios de solidariedade, prevenção e partilha de riscos, à semelhança do já existe na maioria dos países europeus.” (2)

Respondendo ao apelo do setor cooperativo, a Mútua dos Pescadores esteve também comprometida desde o primeiro momento com o apoio solidário às comunidades afetadas.

(1) <https://www.apseguradores.pt/pt/not%C3%ADcias-e-eventos/not%C3%ADcias/2026/articleid/782/comboio-de-tempestades-dados-provis%C3%B3rios-do-setor-segurador-seguradoras-atualizam-estimativa-de-preju%C3%ADzos-cobertos-por-seguro-para-mais-de-750-milh%C3%B5es-de-euros> - acedida pela última vez a 11/3/2026

(2) <https://www.apseguradores.pt/pt/not%C3%ADcias-e-eventos/not%C3%ADcias/2026/articleid/779/1%C3%ADderes-do-setor-segurador-entregam-declara%C3%A7%C3%A3o-conjunta-ao-governo-saudando-o-an%C3%BAncio-da-cria%C3%A7%C3%A3o-de-um-sistema-de-prote%C3%A7%C3%A3o-em-caso-de-cat%C3%A1strofes-naturais> - acedida pela última vez a 11/3/2026

(3) <https://eco.sapo.pt/2026/02/11/direito-a-indemnizacao-mantem-se-apos-fim-do-prazo-de-8-dias-para-participar-sinistro-a-seguradora/> - acedida pela última vez a 11/3/2026

Saída do Estado da CASES?

O anúncio feito pelo Governo, a 28 de novembro, de que o Estado iria sair da CASES, deixou as organizações do setor cooperativo e social em sobressalto. Membro associado maioritário, com 60 % de participação, o Governo justificou a medida no âmbito da reforma do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS). Sem discutir com os parceiros do setor social e cooperativo com assento na CASES, a decisão deixa uma grande apreensão, estando a circular uma carta aberta/ petição pública a apelar ao Governo que reverta a decisão, sob pena de o setor cooperativo e social ficar sem apoio, quando esse é um dever fundamental previsto na Constituição Portuguesa, e ainda salvaguardado pelos seus "limites materiais", que impedem que possam ser objeto de revisão "a coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção". Não se compreende como é que efetivamente o Estado pode sair da estrutura criada justamente para fazer cumprir esse desígnio constitucional, primeiro enquanto INSCOOP, e depois na figura da Régie Cooperativa, CASES, já com uma missão mais ampla, de apoio e incentivo a todo o setor cooperativo e social. Citando a petição, *"Com esta decisão, o Governo coloca em causa a existência da CASES, uma entidade fundamental para o setor da Economia Social em Portugal. Destacamos que será a primeira vez desde o 25 de abril de 1974 que o Estado não terá participação numa entidade com o fim específico de promover, gerir e fortalecer a Economia Social e o Cooperativismo. Está também em contraciclo com a tendência internacional de instituições intergovernamentais e governamentais que reconhecem e promovem o papel da economia social na coesão social e no desenvolvimento territorial (...)"*.

Até sempre, Joaquim Piló!



A Mútua dos Pescadores lamenta profundamente o falecimento de Joaquim Piló, destacado dirigente sindical do sector da Pesca e fundador do Bloco de Esquerda, que nos deixou em agosto de 2025. Joaquim Piló nasceu em 1949 na Nazaré, aos 12 anos começou a trabalhar na construção civil e, aos 16, embarcou na pesca do bacalhau, onde se destacou como contramestre na década de 70. Foi, também, durante vários anos, presidente do Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins; membro da direção da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca e do Concelho Distrital da União Sindicatos de Lisboa. Homem de muitas causas, dedicou grande parte da sua vida à luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores da pesca e pela dignificação do sector. Até sempre, Joaquim Piló.

65 ANOS DE CONFIANÇA TAMBÉM NO SETOR MARÍTIMO

Encontre as instalações
mais perto do seu negócio!

 / stet.pt

800 206 707 (grátis)



STET  
A TERA COMPANY



“SUPPLICA” - O eco de uma comunidade

“Há 134 anos, o norte do país foi palco de uma das maiores tragédias marítimas da História de Portugal. Na tarde de 27 de fevereiro de 1892, uma tempestade ergueu-se inesperadamente e varreu o litoral, com especial impacto entre Aveiro e a Galiza. Em poucas horas, o oceano reclamou 105 vidas das comunidades piscatórias da Póvoa de Varzim e da Afurada: pais, filhos, irmãos, camaradas. Em terra ficaram mulheres e crianças, comunidades inteiras mergulhadas num luto profundo. A tempestade levou consigo vidas, mas também a esperança destas comunidades que, a partir desse dia, passaram a vestir-se de negro.”

É assim que Helder Luís apresenta o espetáculo de multimédia que apresentou na igreja da Lapa, na Póvoa de Varzim, que contou com o apoio da Mútua.

Não foi por acaso a escolha da Igreja da Lapa para a apresentação, não apenas por ser um espaço sagrado que convida à reflexão e introspeção, que o momento exige, mas por ser também o espaço de culto das comunidades à data, onde se fizeram as “promessas antes das saídas para o mar, se rezou pela salvação durante a tempestade e se choraram os mortos quando os barcos não regressaram.” (brochura que acompanha o espetáculo).

Com todos os espetadores sentados, 15 minutos foi o tempo que precedeu o início do espetáculo, tempo que o autor considerou importante para que as pessoas pudessem abandonar o mundo agitado lá fora e se preparassem para a solenidade do que ali iria acontecer. “É necessário preparar as pessoas, acalmá-las e emergi-las no espaço sagrado para que depois sintam de forma completa a experiência”. Antecipando também alguma ansiedade colocou um “contador que mostrava quanto tempo faltava para terminar esse momento.”

A sua intenção foi reinterpretar a memória e trazê-la ao presente sob a forma de uma manifestação artística partilhada pelo coletivo. Não apenas recordar o passado e refletir sobre

ele, mas “mantê-lo vivo, como um apelo coletivo que atravessa o tempo, suspenso, entre o mar e a terra.”

O espetáculo foi, assim, concebido como uma experiência sensorial, que vive de um diálogo muito envolvente entre as imagens criadas a partir de fotografias de arquivo, que dão conta do antes, o durante e o depois da tragédia; os fragmentos de texto sobre os acontecimentos, e a música, com referências várias desde Johann Sebastian Bach, a músicos mais contemporâneos como Philip Glass, criada pelo autor para o espetáculo, procurando uma narrativa linear que ajudasse a revelar a dimensão social, humana e material da época e do naufrágio, e a submersão de todos os espetadores nesse tempo. Espetadores que são ao mesmo tempo testemunhos, e, poder-se-ia dizer de muitos, atores dessa história, com ligações ancestrais ao momento evocado.

Falamos de mais de um século de memórias a que será sempre difícil voltar porquanto nos lembram quão vulneráveis continuamos a ser. Não temos dúvidas de que no mar as condições de trabalho são outras, as embarcações estão mais bem apetrechadas em termos de segurança, os profissionais mais conscientes dos riscos. Mas as tragédias continuam a acontecer, e, a par da necessidade de continuarmos, (nós as entidades e organizações ligadas ao setor marítimo, autoridades marítimas e poder público), a trabalhar para reduzir os acidentes, um objetivo que deve mobilizar todos; evocar estes acontecimentos é também uma forma de ligar as pessoas em torno de uma identidade comum.

Nos tempos em que vivemos, com uma realidade tão dispersa e fragmentada, estes momentos são também fundamentais. Obrigada Helder!

Marta Pita



© António Morais



© Helder Luís

Supplica, espetáculo audiovisual, da autoria de Helder Luís. Espetáculo integrado na residência artística MAR|PVZ19/20 Apoiado pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e pela Mútua dos Pescadores Estreou no dia 27 de fevereiro na Igreja da Lapa, Póvoa de Varzim Outros apoios: Correntes d’Escritas; Igreja da Lapa; Norprint

Clube Açoriano de Pesca Desportiva

O Clube Açoriano de Pesca Desportiva, fundado em 1952, é uma coletividade dedicada ao desenvolvimento e divulgação da pesca lúdica e desportiva dos Açores.

A Mútua dos Pescadores é parceira do Clube há muitos anos, acompanhando as suas atividades, e apoiou o Clube, mais uma vez, em 2025, na realização anual do seu evento, o Torneio Açoriano de Pesca Desportiva, no qual participam pescadores de várias ilhas do arquipélago dos Açores. Eventos que têm como objetivo promover o convívio e partilha de experiências entre os seus participantes, aliando a prática da pesca lúdica/desportiva com a conservação da natureza. A agenda de atividades de 2026 já está definida, e a Mútua faz votos para que o Clube continue a sua atividade por muitos e longos anos!



Novas funcionalidades no site da Mútua dos Pescadores



Agora já pode fazer participações de sinistros on-line. No início de 2026, com o objetivo de tornar o atendimento mais simples, rápido e acessível, foi disponibilizada no nosso site uma nova funcionalidade que permite realizar participações de sinistro online.

Esta atualização representa mais um passo na aposta na digitalização dos processos, permitindo aos utentes iniciar o registo da participação de sinistro, através de um formulário intuitivo, no qual é possível submeter as informações necessárias e anexar a documentação relevante em poucos minutos. A nova funcionalidade está disponível 24h por dia, garantindo maior flexibilidade e rapidez no início de cada processo de sinistro.

Esta solução foi pensada para proporcionar uma experiência eficiente e transparente, mantendo o acompanhamento e apoio habituais ao longo de todo o processo.

Com esta nova ferramenta, reforçamos o compromisso com a inovação e com a criação de mecanismos que facilitem a comunicação entre segurados, cooperadores, e os nossos serviços, contribuindo para um atendimento cada vez mais ágil e adaptado às necessidades atuais, sem nunca comprometer o acompanhamento de proximidade e a atenção que cada situação exige.

Visite-nos on-line – www.mutuapescadores.pt
E siga-nos nas Redes Sociais!

INVESTIMENTOS SEGUROS

“Flor do Burgau”



Fábio Mateus, com 37 anos, é a quarta geração da sua família à frente da “Flor do Burgau”. Embarcação do cerco, com 14 metros de comprimento, 4,80 de boca e 2,10 de pontal, que trabalha em Portimão, Lagos e Sagres, na pesca dos pelágicos: sardinha, carapau, cavala.

Fábio orgulha-se desta história de longevidade. Desde 1 de janeiro de 1968 que a embarcação está na sua família, o bisavô, o avô, e pai e agora ele. Dos mais jovens da tripulação. Com ele são 7. Pescador, mestre e armador, e em paralelo Vice-Presidente da Barlapescas - Cooperativa dos Armadores de Pesca do Barlavento, C.R.L, e dirigente regional da Mútua.



Em 2024 a embarcação ganhou uma nova vida, substituindo-se a madeira pela fibra nos estaleiros da Nautiber em Vila Real de Santo António. Tantas vidas num barco de pesca! 58 anos de uma embarcação e de uma família, todos algarvios. Apenas a construção da embarcação foi fora, em Peniche, onde foram construídas tantas embarcações de madeira à época.



A Mútua é a seguradora da “Flor do Burgau” desde o início e quer continuar a celebrar esta história no futuro!

Volume de produção da Mútua dos Pescadores em 2025

Carlos Garcês
Diretor Comercial da Mútua dos Pescadores



Entre janeiro e dezembro de 2025, a Mútua dos Pescadores registou um crescimento da carteira de seguros de 6,42%, atingindo o valor de 13.322.561,00€. Um resultado que evidencia o crescimento sólido da seguradora nos últimos anos.

O volume de produção do mercado segurador português foi superior a 16,1 milhões de euros, refletindo um crescimento de 13% face ao verificado em 2024. Efetuando uma análise por ramos, o ramo Vida aumentou 17,1% e o Não Vida 9,2%. Conclui-se que, apesar do crescimento considerável da produção, ficamos ligeiramente distantes do restante mercado.

Nas zonas comerciais da seguradora, verificou-se um aumento generalizado da produção, apenas com uma exceção que confirma as grandes dificuldades vividas na pesca nacional e em algumas comunidades, ocasionada pela falta de mão de obra, pela redução das quotas e outros antecedentes que poderão provocar a sumiço e extinção da pesca nacional a médio prazo. Apesar deste quadro de dificuldades o crescimento da produção atesta e comprova o trabalho realizado e o nível de confiança das comunidades marítimas e de outros setores de atividade económica na Mútua dos Pescadores.

No futuro continuaremos a manter e reforçar a presença da instituição nos setores da pesca, marítimo turística, recreio, e

em particular nos transportes de mercadorias, na ciência, na construção e reparação naval.

Nos próximos anos a meta será continuar a robustecer e ampliar a ação comercial da seguradora. No mar, vamos prosseguir, expandir e dilatar a subscrição de contratos de seguro na pesca; na marítimo turística temos respostas eficazes para as necessidades dos operadores na proteção das embarcações e no reforço da proteção dos passageiros, reiterando que somos a única seguradora do mercado nacional a apresentar soluções de capitais, especialmente em responsabilidade civil, largamente superiores aos exigidos na legislação em vigor.

No futuro próximo, desenvolveremos estratégias inovadoras na diversificação de produtos, no reforço dos investimentos tecnológicos, no alargamento de coberturas, na inovação do marketing e publicidade, e no reforço da comunicação.

Desejamos manter um crescimento sustentado, equilibrado, baseado numa ponderada e apropriada aceitação de riscos.

Numa seguradora como a Mútua dos Pescadores, com mais de oitenta anos de história, cuja matriz é a proximidade e a confiança, a sua agulha deverá continuar a dirigir todos os esforços, afinco e energia, para manter e reforçar a sua perseverança, firmeza, credibilidade e reputação.



A importância das coberturas de P&I na atividade da pesca: Proteção essencial para um setor exposto a riscos elevados

Tiago Freitas
Resseguro e Estatísticas da Mútua dos Pescadores

A pesca profissional é uma atividade vital para dezenas de comunidades costeiras portuguesas, mas também uma das mais expostas a riscos operacionais e responsabilidades financeiras potencialmente devastadoras. Num contexto em que a legislação marítima se torna mais exigente e os custos associados a sinistros aumentam de forma significativa, torna-se essencial que os armadores disponham de proteção adequada — especialmente para riscos que não estão incluídos nas apólices tradicionais de marítimo.

É precisamente para suprir essa necessidade que a Mútua dos Pescadores, em parceria com o UK P&I Club — um dos maiores e mais antigos clubes de proteção e indemnização do mundo — disponibiliza aos seus associados coberturas de P&I (Protection & Indemnity/ Proteção e Indemnização) com limites até 10 milhões de euros. Estas coberturas asseguram riscos que, pela sua natureza e magnitude, podem determinar a continuidade ou o fim da atividade de um armador.

Porque é que o P&I é essencial para os armadores de pesca?

As coberturas de P&I foram criadas para proteger os armadores contra responsabilidades perante terceiros: danos pessoais, materiais, ambientais e outras obrigações legais decorrentes da operação de uma embarcação.

Para a pesca, existem várias responsabilidades críticas que merecem destaque:

1. Responsabilidade por poluição marítima

A poluição resultante de um naufrágio, derrame de combustíveis, óleos ou lubrificantes é uma das responsabilidades mais dispendiosas no setor marítimo.

A legislação obriga o armador a suportar a limpeza e mitigação ambiental.

Estes custos podem ascender a centenas de milhares ou mesmo milhões de euros.

As apólices marítimas tradicionais não cobrem poluição — o armador fica totalmente exposto.

Com o P&I do UK Club, os associados da Mútua passam a dispor de uma cobertura sólida que garante a resposta financeira necessária caso ocorra um dano ambiental.

2. Remoção de destroços: Um risco real e cada vez mais frequente

A obrigatoriedade legal de remover destroços após um naufrágio é absoluta. As autoridades marítimas exigem a remoção para garantir:

- Segurança da navegação,
- Proteção ambiental,
- Preservação dos fundos marinhos,
- Prevenção de derrames futuros.

Sem P&I, a despesa recai integralmente sobre o armador.

O setor teve recentemente um exemplo trágico e elucidativo, um sinistro cuja remoção de destroços representou um custo próximo de um milhão de euros. Este valor é incomportável para a maioria dos armadores, podendo significar o fim imediato da atividade.

O P&I da Mútua/UK Club cobre estes encargos até aos limites



Fotografia de Teksomolka, em Freepick.com

contratados, oferecendo proteção financeira robusta e evitando que um acidente determine o encerramento definitivo de uma empresa familiar.

3. Danos corporais a terceiros

Inclui:

- Despesas médicas e hospitalares,
- Indemnizações por morte ou incapacidade permanente,
- Repatriamento,

Este é um risco permanente na pesca, devido às condições duras de trabalho e à natureza das operações.

4. Danos a embarcações de terceiros e objetos fixos

O P&I cobre responsabilidades por:

- Danos a portos, pontões, cabos e artes de pesca de terceiros,
- Danos a infraestruturas marítimas.

Porquê escolher a parceria Mútua dos Pescadores – UK P&I Club?

O UK P&I Club é um dos maiores clubes de P&I do mundo, com mais de 150 anos de experiência.

Reconhecido internacionalmente pela solidez financeira e pela excelente capacidade de gestão de sinistros.

A Mútua dos Pescadores assegura acompanhamento próximo, especializado e com conhecimento profundo do setor da pesca em Portugal.

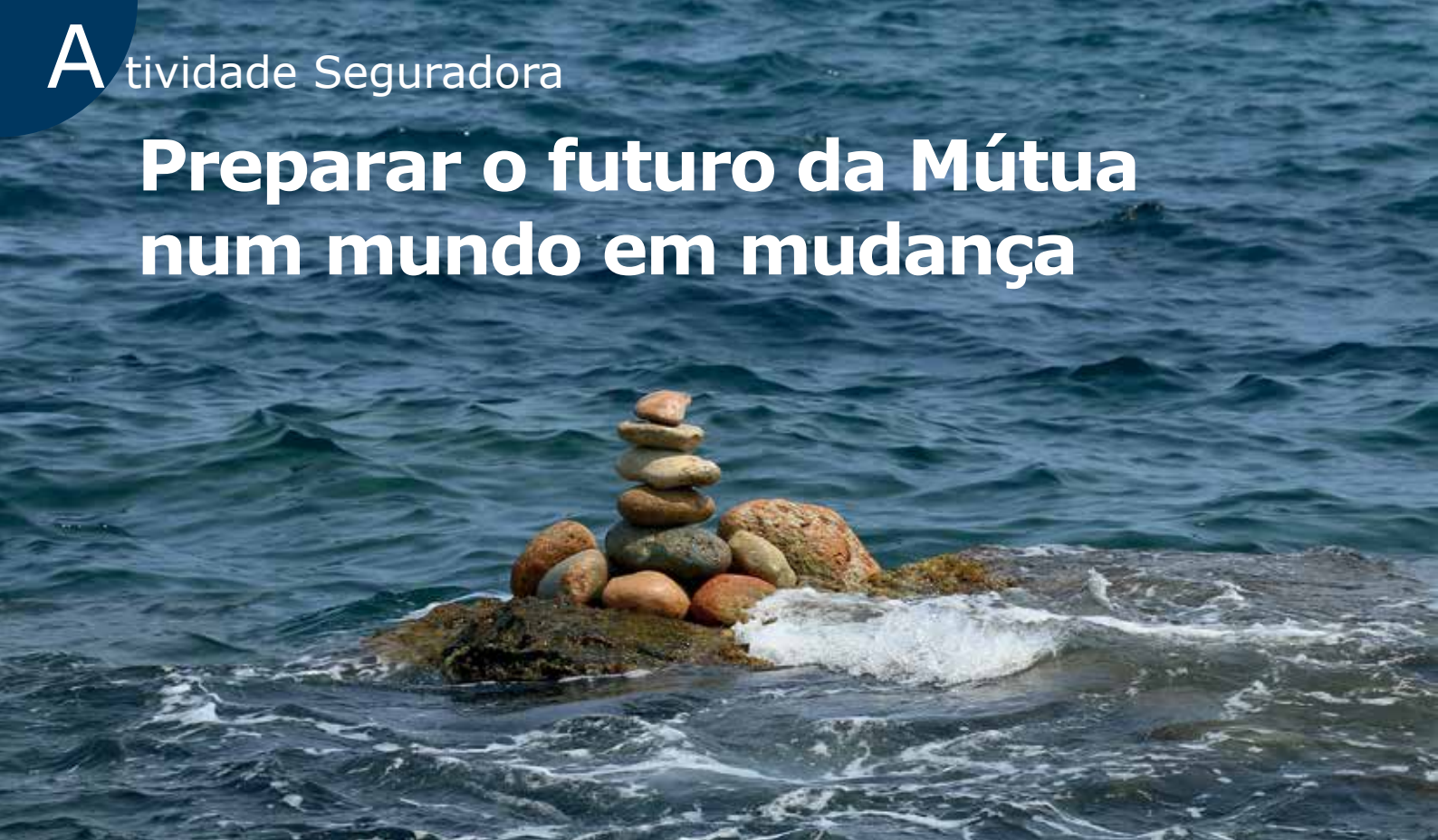
Limites até 10 milhões de euros, suficientes para sinistros de grande magnitude, especialmente ambientais.

Conclusão: Uma proteção que pode salvar o futuro de um armador

Num setor onde um único sinistro pode ultrapassar em muito a capacidade financeira da empresa, sobretudo em casos de poluição ou remoção de destroços, a contratação de P&I é não apenas uma opção sensata, mas uma necessidade vital.

A parceria entre a Mútua dos Pescadores e o UK P&I Club coloca ao alcance dos armadores portugueses uma cobertura de nível internacional, garantindo segurança, continuidade da atividade e tranquilidade para enfrentar os riscos inerentes ao mar.

Preparar o futuro da Mútua num mundo em mudança



Fotografia de Pierre Bamin, em Unsplash

Luís Santos
Gestão de Riscos da Mútua dos Pescadores

Vivemos num contexto marcado por incerteza política e económica, alterações climáticas e desafios crescentes no sector da pesca. Para garantir a estabilidade da Mútua dos Pescadores não basta reagir aos acontecimentos: é necessário antecipá-los e preparar o amanhã. É neste enquadramento que se inscrevem os resultados do Relatório de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) para o triénio 2026-2028, enquanto instrumento central de apoio à decisão estratégica da cooperativa.

O ORSA obriga a organização a olhar para a frente e a preparar-se para cenários adversos. Estes cenários devem ser lidos à luz de um contexto internacional de forte instabilidade geopolítica e elevada incerteza. A persistência da guerra na Ucrânia, os conflitos no Médio Oriente e a tensão comercial global, agravada por tarifas e desequilíbrios estratégicos, continuam a impactar a economia mundial, as cadeias de abastecimento e os mercados financeiros, com efeitos diretos e indiretos sobre o crescimento, a inflação e o investimento.

No plano nacional, apesar do cenário de instabilidade internacional, as projeções do Banco de Portugal apontam para um crescimento sustentado da economia portuguesa: 2,3% em 2026 e abrandando para 1,7% e 1,8% em 2027 e 2028, respetivamente. A sustentar esta evolução está o dinamismo da procura interna, o alívio das condições financeiras e a execução dos fundos europeus, embora o contributo das exportações e do PRR devam diminuir gradualmente nos próximos anos. Prevê-se a estabilidade da taxa de inflação em torno dos 2% e a manutenção de níveis historicamente elevados de emprego, embora condicionado pela redução dos fluxos migratórios. Mantendo-se este ambiente económico, podemos esperar alguma estabilidade.

No caso da Mútua dos Pescadores, os principais elementos condicionadores da sua evolução económica e financeira advirão, sobretudo, do comportamento dos principais setores em que a companhia exerce a sua atividade – a pesca e de-

mais atividades ligadas à Economia do Mar, que mantêm sinais preocupantes, no que diz respeito à (in)disponibilidade de mão-de-obra qualificada e às limitações impostas à atividade da pesca. Por outro lado, identifica-se como oportunidade a evolução das atividades marítimo turísticas e de recreio ligadas ao crescimento do turismo e do lazer. Neste contexto, a diversificação, a digitalização e a simplificação de processos surgem como o caminho a seguir, tendo em conta o mundo em rápida transformação, marcado pelo avanço da inteligência artificial e outras tecnologias.

Mas o ORSA coloca também a questão mais exigente: e se as coisas correrem pior? E se as taxas de juro forem mais baixas, valorizando os passivos? E se introduzirmos o risco de spread e de concentração da dívida soberana, aumentando o risco de mercado? E se o resseguro deixar de existir? E se ocorrer uma queda abrupta dos prémios no sector da Pesca, provocada por uma catástrofe natural, será que aguentamos o embate? A resposta é clara: mesmo perante as hipóteses mais conservadoras e adversas, a Mútua dos Pescadores mantém níveis de solvência confortáveis ao longo de todo o horizonte de projeção.

Estas conclusões, embora positivas, não nos podem descansar. Pelo contrário, temos de continuar atentos e a dar a resposta necessária a todos os nossos segurados. Para isso, continuamos a apostar na transformação da organização, reforçando a capacidade da Mútua dos Pescadores cumprir a sua missão num mundo em permanente mudança.

Espaço do Provedor do Utente



Carlos Moreira

Carlos Alberto da Cunha Moreira é o novo provedor do utente da Mútua dos Pescadores. Tem 69 anos, e é do Seixal. É advogado e tem trabalhado ao longo dos anos com várias seguradoras, em diversas áreas, de que destacamos o ramo de acidentes de trabalho, na qualidade de gestor e procurador juntos dos tribunais, e também na gestão comercial. É ainda formador de Direito dos Seguros e Direito Comunitário na Associação Portuguesa de Seguradores. Já colaborou com a Mútua dos Pescadores, assessorando o departamento técnico na revisão do clausulado dos vários ramos de seguros.

Iniciamos assim as suas crónicas na Marés, antecipando desde já um diálogo enriquecedor, construtivo e transparente, com os utentes da Mútua.

Ao anterior Provedor, Adelino Cardoso, a Marés envia uma saudação muito especial, agradecendo o seu contributo para uma maior literacia sobre as matérias de seguros e a partilha do seu imenso saber e experiência de vida, ao serviço da atividade seguradora.

O dia a dia dá-nos respostas

No dia a dia muitos clientes nos contactaram para dirigirmos ao Provedor do Cliente uma reclamação sobre um determinado diferendo com uma Seguradora.

Os temas versavam invariavelmente na resolução de sinistros, cuja sustentabilidade assentava na confrontação de factos emergentes dos acidentes.

Por um lado, o reclamante entendia que os factos motivadores do sinistro eram uns e a Seguradora observava outros, o que levava a caminhos de resolução diferentes.

Ora, estas questões não se encontravam no âmbito da observância do Provedor e, por isso, aconselhávamos os clientes a fortalecerem a posição dos factos que recolheram com provas sólidas, de modo a convencerem a Seguradora a perceber a verdade e, assim, enveredar pelo caminho correcto.

O nosso ponto de vista da faina do Provedor tem a ver essencialmente com dois pontos:

1º A transparência de procedimentos da Seguradora, na sua actividade diária com os destinatários; e

2º A interpretação, aplicação das normas legais ao subsumir-las nos factos encontrados; e por fim, tudo conjugado com a Jurisprudência dominante.

Antes porém, sublinha-se, que a relação da Seguradora com os destinatários tem sempre de carrear para o dossier a transparência nos procedimentos adoptados e na comunicação.

Quanto aos procedimentos internos da actividade da Seguradora, os mesmos devem ser definidos e claros de modo a que a comunicação com os destinatários navegue na coerência e seja bem ancorada, cuja fundamentação alcance os destinatários e por isso os convença, de modo a findar-se o processo com êxito. No fundo, quem tem que alcançar as pessoas (segurados, sinistrados, terceiros e demais, p.e. fornecedores) - porque todos são potenciais clientes -, é a Seguradora ao exercer uma comunicação transparente e esclarecedora, tendo o Provedor, também, um papel importante.

Contactos do Provedor do Utente

Carlos Alberto da Cunha Moreira

Morada: Avenida Santos Dumont, Edifício Mútua, n.º 57, 8.º andar, 1050-202 Lisboa
E-mail: provedor@mutuapescadores.pt

Mais informação consultar no site da Mútua dos Pescadores em: <https://www.mutuapescadores.pt/informacoes-relevantes-para-o-utente/#1>

Apresentar uma reclamação junto do Provedor do Utente

Poderão ser enviadas ao Provedor as reclamações indeferidas na primeira instância do Sistema de Audição da Mútua dos Pescadores aos seus utentes.

"São consideradas elegíveis para efeitos de apresentação ao provedor (...) as reclamações às quais não tenha sido dada resposta pela empresa de seguros ou entidade gestora no prazo máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da respetiva receção ou quando, tendo sido dada uma resposta, o reclamante discorde do sentido da mesma, prorrogando-se o prazo máximo para 30 dias úteis nos casos que revistam especial complexidade."

(n.º 2 do artigo 15.º da Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 7/2022-R)

Testemunho de Ana Teresa Vicente Antiga Diretora Geral da Mútua dos Pescadores



Encontrei aqui características humanas, capacidades técnicas e um espírito de equipa extraordinário – essa é a realidade da Mútua – e tenho um enorme sentimento de gratidão.

Após doze anos na Mútua, primeiro como Diretora de Desenvolvimento Estratégico e depois como Diretora Geral, Ana Teresa Vicente regressou à Presidência da Câmara Municipal de Palmela, em novembro de 2025. Esteve à conversa com a Marés no final do ano, fazendo um balanço da sua passagem pela cooperativa, abordou temas do setor marítimo, da segurança e do cooperativismo. Em jeito "de até já", desejamos as maiores felicidades e sucesso na sua nova etapa e deixamos o nosso profundo agradecimento pelo contributo e legado que deixou na Mútua dos Pescadores.

Desafios do presente e do futuro

Quando questionada sobre a realidade atual da cooperativa, Ana Teresa Vicente destaca que "a Mútua continua a ser uma organização muitíssimo sólida, quer enquanto seguradora - a sua atividade central -, quer enquanto cooperativa, em que assume um papel social crucial junto dos setores com os quais trabalha mais de perto: as comunidades marítimas e, particu-

larmente, a pesca. Continua a ser uma seguradora de referência, pela sua especialização no setor, pelos seguros específicos que atendeu às necessidades reais dos segmentos em que opera e pelo amplo conhecimento dos riscos das atividades dos seus segurados. São 83 anos de história, que sustentam as suas sólidas raízes e lhe garantem um futuro promissor." Mas estes são igualmente tempos desafiadores, desde logo porque "o setor segurador é altamente regulado e tem exigências de enorme dimensão" com grande impacto, que obrigam a "um fortíssimo investimento na própria estrutura, infraestruturas, equipamentos, atualizações tecnológicas e operacionais constantes, requerendo um amplo esforço de resposta". Por outro lado, são também conhecidas as dificuldades da pesca, setor âncora da Mútua, facto que Ana Teresa Vicente destaca entre as maiores preocupações, e um dos maiores desafios a enfrentar, desde o impacto das imposições de Bruxelas, das quotas de pesca, por exemplo, até às questões salariais e à falta de mão de obra.

Refere como central a “grande questão de melhorar as condições de trabalho na pesca, que depende mais de políticas públicas do que da iniciativa do armador/proprietário/empresário. Como noutras atividades, os profissionais da pesca deviam ter acesso a critérios de definição e gestão das suas carreiras. Desse ponto de vista, as políticas públicas têm falhado, no sentido de providenciar uma remuneração digna. Outro fator relevante é a questão das quotas impostas por Bruxelas. É bem verdade que nem sempre Portugal teve posições efetivamente reivindicativas para suprir as necessidades do setor e não defendeu os seus interesses. Desse ponto de vista, também continuamos aquém”, atesta a antiga dirigente da Mútua.

Perante este quadro a Mútua tem respondido à altura, e aprendendo a olhar para o mar e suas atividades como um todo, tem “apostado e crescido muito nas atividades marítimo-turísticas, pois o desenvolvimento de Portugal enquanto destino turístico com sol, praia, atividades nos rios, campos e lagos, tem originado uma multiplicidade de atividades que têm aberto espaço para o crescimento da Mútua.”

Segurança Marítima

Ana Teresa Vicente destaca ainda o papel importante que a Mútua tem tido nas matérias mais relacionadas com a segurança marítima, sustentando que a “Mútua faz seguros e entende que reduzir o risco faz parte da sua missão e torna o seguro mais robusto”.

Frisa que “a formação é essencial para a segurança e também comprova a necessidade de uma carreira de profissionais da pesca. O amadorismo é um fator de risco elevadíssimo e profissionais bem preparados são uma maior e melhor defesa para todos.

As questões da segurança ou da falta dela estão relacionadas com as condições das embarcações, com a preparação das pessoas e com as condições materiais para ter os equipamentos adequados.”

Destaca ainda sobre este tema que “é importante sublinhar que uma Escola Náutica adequada deve incluir o tema da segurança com uma abordagem específica para a pesca e para as outras atividades marítimas. É determinante formar operacionais e não apenas comandantes. Aqui, também há ausência de política estratégica e um abandono progressivo. Por isso, a nossa ação na sensibilização e formação é tão importante como o reforço da formação certificada pelas autoridades competentes.”

Mútua e Ponto Seguro

Não pode deixar de mencionar a mediadora Ponto Seguro, sobre a qual a Mútua é detentora de 100% do capital, e sobre os desafios que tal situação acarreta. “É um grande desafio manter um verdadeiro espírito de grupo e é muito importante que ambas prossigam nesta cultura.” Do ponto de vista da gestão dos trabalhadores, quer a Mútua quer a Ponto Seguro, beneficiam de uma visão estratégica e de respeito pela importância e pelos direitos dos trabalhadores, que, separadamente, não teriam produzido os mesmos resultados. As duas entidades complementam-se num objetivo comum, assente no espírito de grupo”.

Balanco de mandato

Faz um balanço positivo do seu mandato, onde foi tão bem acolhida pelos trabalhadores da Mútua: “Estes 12 anos foram um desafio imenso. (...) Inicialmente, causou-me muita tensão lidar com matérias que eu claramente não dominava, mas a integração evoluiu muito favoravelmente e foi um processo fantástico na minha vida. Tenho uma gratidão imensa pela



aprendizagem que tive oportunidade de fazer. Não posso deixar de agradecer ao Dr. Jerónimo, que me convidou e incentivou neste processo, e ao Comité de Gestão da Mútua dos Pescadores, que me acolheu e se ajustou com uma postura de genuína colaboração.”

É para Ana Teresa Vicente muito gratificante ter feito parte deste percurso e sentir que contribuiu para “consolidar esta Mútua, com tanta história e importância nas comunidades onde intervém”. Deixa um desafio a toda a equipa, para se dar continuidade ao trabalho de angariação de cooperadores para reforço da cooperativa, “um trabalho que tem de continuar a merecer atenção: a preocupação em aumentar o número de cooperadores da Mútua e, com isso, incrementar a sua afirmação como entidade relevante da Economia Social.”

Mútua – uma organização diferente

Celebrou-se, em 2025, o Ano Internacional das Cooperativas, algo que Ana Teresa Vicente destaca sobre a Mútua enquanto cooperativa e sobre o seu papel nesse setor: “Na Mútua dos Pescadores, enquanto cooperativa, as pessoas sentem e sabem que podem, e devem, ter uma palavra e uma opinião. A nossa cultura organizacional vive disto. A Mútua é uma organização diferente. Tenho experiência no setor privado e uma larga experiência no setor público e, de facto, a Mútua é diferente (...) Organizamo nos em cooperativa para resolver necessidades que dizem respeito a uma comunidade - às pessoas enquanto coletivo.”

Despedida

Ao fim de 12 anos chega o momento da despedida e Ana Teresa Vicente faz o balanço: “Este meu período de 12 anos de trabalho foi muito intenso e exigente, mas contou com algo que faz toda a diferença: um acolhimento extraordinário. Encontrei aqui características humanas, capacidades técnicas e um espírito de equipa extraordinário – essa é a realidade da Mútua – e tenho um enorme sentimento de gratidão. Além dos corpos diretivos, há um sem número de dirigentes locais permanentemente disponíveis para a Mútua e para trazer o seu saber. É a este universo de colegas extraordinários, que souberam acolher, ouvir e partilhar, que quero agradecer, sabendo que continuarão a fazer desta casa aquilo que ela é.”

A Mútua deseja-lhe o maior sucesso no seu novo desafio. Por cá, iremos dar continuidade ao trabalho no setor segurador e cooperativo!



Mútua dos Pescadores
SABER MAIS SOBRE A COOPERATIVA

✓ Em 2004 a Mútua dos Pescadores adota o Estatuto de **Cooperativa**, passando a “Mútua de Pescadores – Sociedade Mútua de Seguros”, a denominar-se **Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, CRL (Cooperativa de Responsabilidade Limitada)**.

✓ De acordo com o Código Cooperativo a **Mútua** é uma **Cooperativa do Ramo de Serviços**, quanto ao objeto desenvolve a atividade de Seguros, e, quanto aos membros é uma **Cooperativa de Utentes**. Isto é, uma entidade económica organizada segundo os princípios e regras cooperativas, “visando, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades económicas, sociais ou culturais” dos seus membros.

O que é necessário para se ser membro:

- ✓ Ter um seguro na Mútua ou ser pessoa segura em apólice ativa na Mútua;
- ✓ Ter uma quota de participação/títulos de capital (mínimo € 15,00) - pagamento único;
- ✓ Respeitar os Estatutos da Mútua dos Pescadores;
- ✓ Respeitar os princípios e valores cooperativos: Adesão Voluntária e Livre; Gestão democrática pelos membros; Participação económica dos membros; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação; Interesse pela Comunidade.

Ser cooperador é:

- ✓ Usufruir dos direitos e deveres associativos;
- ✓ Tomar parte efetiva da vida e atividade da cooperativa, participando nas Assembleias Gerais, propondo iniciativas, contribuindo para a tomada de decisões;
- ✓ Ter o direito de voto: eleger e ser eleito para os Órgãos Sociais da Cooperativa – vigora o princípio “um Homem, um voto”, independentemente dos títulos de capital que possui;
- ✓ Beneficiar dos protocolos existentes

Áreas de intervenção estratégica da Mútua:

- ✓ Pesca (Mútua é líder de mercado dos seguros para esta atividade)
- ✓ Recreio e Marítimo-turística
- ✓ Comunidades Ribeirinhas (Estaleiros, Portos, Comércio...)
- ✓ Setor cooperativo e social

Ramos de seguros principais que explora: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo, Multirriscos e Incêndio

Conheça todos os produtos em www.mtuapescadores.pt

Atenção:

Se levantar o valor total de títulos subscrito, ou se deixar de ter qualquer seguro ativo na Mútua (seja como titular seja como pessoa segura), “por um período superior a um ano” (art.º 23.º dos Estatutos), perderá a qualidade de cooperador!



SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

PARA EMBARCAÇÕES DE PESCA

NO MAR E EM TERRA

Garanta o seu futuro,
subscreva uma apólice de Responsabilidade Civil,
para as embarcações de pesca local e costeira.

Responsabilidade Civil com capitais seguros desde
50.000,00€ (cinquenta mil euros), com prémio total anual a partir de 147,00€ + custo de apólice.

Principais coberturas:
*Danos corporais, patrimoniais, e lucros cessantes
causados a terceiros.*

PROTEJA-SE COM UM SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL.

www.mutuapescadores.pt

Não dispensa a consulta de informação pré-contratual e contratual legalmente exigida

Sede: Av. Santos Dumont, Edifício Mútua, n.º 57 – 6.º, 7.º, 8.º 1050 -202 Lisboa

Telef: +351 21 393 63 00 | E-mail: geral@mutuapescadores.pt

Website: www.mutuapescadores.pt

Reg: na Conservatória registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 16.616

Nif: 500 726 477 – Capital variável, mínimo 6 Milhões Euros



COMANDANTE JOSÉ MESQUITA

“Salvar os Oceanos Salvar a Humanidade”

O Comandante José Mesquita tem sido o grande impulsionador da ADM - Associação David Melgueiro, que visa através da arte e da partilha do conhecimento sensibilizar a sociedade para a importância dos oceanos no combate às alterações climáticas. A Mútua dos Pescadores associou-se à ADM desde a primeira hora, com a qual estabeleceu um protocolo de colaboração. A Associação tem realizado diversas iniciativas pelo país, em torno destes objetivos, tendo sido a mais emblemática a Expedição Lusitânia - OCEANO-MAR É VIDA, levada a cabo em 2022, em conjunto com a ANC-Associação Nacional de Cruzeiros, no sentido de comemorar por via marítima, a corajosa travessia do Atlântico Sul, rumo ao Brasil, protagonizada cem anos antes pelos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Uma aventura a que a Mútua também se associou. Aproveitando um momento de mais tranquilidade na vida deste marinheiro, fomos, finalmente ao encontro da sua História, que aqui queremos escrever com "H" grande!

A ADM tem um percurso louvável e objetivos mais meritórios ainda, mas até à sua fundação em 2014, um projeto a que está ligado desde o início, o Comandante tem na sua bagagem um percurso e um leque de experiências muito variado, sempre com o mar como pano de fundo principal, e as pescas em particular. Participou em 4 campanhas de pesca do bacalhau nos grandes bancos da Gronelândia e Canadá, como imediato; foi imediato e comandante do navio de investigação científica Noruega. Foi funcionário na Direção Geral das Pescas da Comissão Europeia, e assistente do Diretor Geral da Comissão Europeia, especialista em monitorização, controlo e vigilância das pescas. Patrão do Alto e velejador. E finalmente, nos últimos tempos dedicado à partilha de saberes em Liceus, Universidades e palestras apoiadas por Municípios, do norte ao sul do país, hasteando a bandeira da ADM e da mensagem "Salvar os Oceanos Salvar a Humanidade".

Qual ou quais sente que são as suas experiências mais marcantes?

Permitam-me que antes de responder às vossas questões vos diga, que tem sido uma honra e um orgulho ter como parceira, desde a primeira hora, a Mútua. O apoio que temos recebido só demonstra o carácter diferenciador em termos de preocupação social dos que na Mútua trabalham. Bem Hajam. Tenho alguma dificuldade em nomear as experiências mais marcantes, na medida em que na minha vida profissional ela teve períodos de atividade muito diferenciados.

Poderei dizer que os quinze anos em que andei embarcado nos navios pesqueiros e nos navios de pesca do bacalhau, marcam um marinheiro para toda a sua vida de mar. A formidável escola de mar por um lado, e por outro as relações humanas e necessidade de gestão de um grupo de homens fechados num espaço tão pequeno, como eram os navios da frota branca "White Fleet", durante 6 meses de campanha, foi certamente a melhor aprendizagem para assumir os lugares de chefia a bordo dos navios onde depois embarquei.

Neste mesmo período, ter tido o privilégio de ir receber o navio de Investigação das Pescas, "Noruega" à Noruega e nele ter trabalhado como imediato e capitão acompanhando as várias equipas de cientistas, do então chamado INIP (Instituto Nacional de Investigação das Pescas), agora IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera). Foram três anos em que os acompanhei nos trabalhos de avaliação, pela primeira vez, da biomassa das espécies quer demersais (de fundo- pescada, lagostim etc.) quer pelágicas (de superfície e meia água- sardinha, cavala etc.) Esta aprendizagem foi preciosa no desenrolar da minha carreira e nas decisões que mais tarde vim a tomar. É nesta ocasião que tomo consciência da urgência de uma



gestão dos recursos como única forma de preservar o futuro da pesca e dos pescadores.

O ter sido o diretor de frota e de produção da maior Cooperativa de Pesca da sardinha nacional e depois Organização de Produtores, a Unicopesca, depois Fenacopesca O.P., foi uma experiência extraordinária, porque com as suas 13 traineiras e os seus cerca de 300 pescadores, todo o acumulado de experiências adquiridas foi posto à prova e tantos anos passados ainda hoje sou abordado por pescadores e mestres que faziam parte dessas tripulações.

O segundo período de trabalho que foi determinante na minha vida foi a minha ida para a Comissão Europeia como Inspetor de Pesca, integrando a primeira equipa de homens e mulheres que iriam visitar todos os portos de pesca Atlânticos dos Estados Membros e, com base no conhecimento das diferentes

realidades de pesca, Estado a Estado, construir a legislação comunitária, que permitiu a implementação, a monitorização, o controlo e vigilância das pescas nos Estados Membros. Foi um verdadeiro mestrado em política de conservação e gestão das pescarias europeias.

Foi também marcante e extraordinário, como experiência, ter sido o assistente técnico do Diretor Geral das Pescas da C.E.. Pela primeira vez tive a possibilidade de propor legislação que foi aprovada e mudou a vida a milhares de pescadores ajudando-os a encontrar alternativas de vida quando os navios eram parados e abatidos.

Outra experiência marcante foi o ter sido nomeado pelo Diretor Geral como responsável pela implementação e organização da presença de C.E. DG PESCA na Expo 98. Os dois meses passados no recinto da Expo e dedicados a 100% à montagem do nosso pavilhão e todos os eventos associados fica para vida.

Durante seis anos fui o negociador do dossier técnico das pescarias da NAFO (pesca do bacalhau nos mares da Terra Nova) e também durante três anos fiz a gestão das pescarias do atum rabilho no Mediterrâneo. Ambas as funções foram desafios extremamente marcantes onde o adquirido de conhecimentos foi posto à prova.

Poderia continuar a enumerar muitas outras experiências, mas deixava de ser uma entrevista para a MARÉS para passar a ser matéria para um livro...

Finalmente, e no quadro das atividades da nossa Associação, a Expedição Lusitânia que organizámos e que levou seis veleiros de Lisboa ao Brasil repetindo, na íntegra, a viagem que cem anos antes tinha sido feita por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, foi algo de absolutamente fantástico, não só pelo desafio náutico, que nos obrigou a fazer a circum-navegação do Atlântico (na ida a travessia do Atlântico Sul e na volta a travessia do Atlântico norte via Açores), mas também porque o impacto que a viagem teve no Brasil fez com que se tenha deixado aí uma marca, que perdurará na história das comemorações da viagem dos aviadores portugueses e do bicentenário da Independência do Brasil.

E quais as experiências e/ ou ensinamentos que mais influenciaram esta jornada em prol da proteção dos oceanos? Consegue indicar onde e quando sentiu que este seria o seu caminho?

Nada acontece por acaso e não tenho dúvidas em dizer que o acumular de experiências, primeiro como pescador, depois junto dos cientistas do IPMA e, finalmente, durante os 23 anos de Comissão Europeia dedicado a 100% à gestão dos recursos, aliado a uma consciência crescente do estado do planeta e dos Oceanos, por neles ter estado sempre mergulhado, levaram ao sentimento de que era imperativo dedicar o meu tempo de reformado à criação de uma Associação, cujo objetivo principal é o de sensibilizar o cidadão para a urgência de mudar a sua forma de estar e de consumir. Todos e cada um devem tentar mudar o paradigma tentando ter uma vida sustentável do ponto de vista ambiental, reduzindo a sua pegada ecológica.

O futuro das gerações dependerá da nossa capacidade, e dos jovens de se reajustarem e adaptarem a uma realidade de vida em que a felicidade não se define por ter e ter mais e mais, mesmo que não seja necessário. Ouvimos muitas vezes alguém dizer "eles estão muito bem, não lhes falta nada..."

Quais serão, na sua opinião, as principais atividades humanas, os principais atos que põem em causa a sustentabilidade dos oceanos e do ambiente em geral?

A minha resposta a esta única questão iria preencher a MA-

RÉS. Na realidade a questão das alterações climáticas e do mau estado dos Oceanos é uma verdadeira "pescadinha de rabo na boca..."

Tudo começa no Séc XVII, com a Revolução Científica, quando se considerou que o homem deveria extrair da terra e do mar tudo o que fosse possível e no máximo. O homem deixou de ser o inquilino de um planeta partilhado com milhares de espécies para ser o senhorio que se permite tudo fazer e destruir em benefício próprio.

A revolução industrial iniciada no Séc. XIX, e implementada no Séc. XX, de braço dado com a doutrina capitalista americana de que é preciso "produzir-consumir-desperdiçar". O facto que aliado a esta política, as pessoas são divididas em duas categorias: os ganhadores e os perdedores, mas também o reforçar de que o conceito de felicidade se mede pelo que tens de bens materiais, quanto mais tiveres e rico fores mais feliz...

Tal como um vírus em 100 anos, esta forma de estar contaminou todo o planeta.

Depois da Segunda Guerra Mundial dá-se uma verdadeira explosão e o desenvolvimento económico acontece à custa de um consumo cada vez maior de energias (fosseis- carvão, petróleo e gás), associado ao consumo per/capita diretamente ligado ao crescimento do PIB de cada país e obviamente, que os desperdícios desta sociedade são proporcionais e despejados para os Oceanos e para a atmosfera.

As emissões de gases para a atmosfera, resultantes das atividades fabris e da nossa própria forma de vida, regista-se



em muitos milhares de milhões de toneladas, o efeito estufa aumenta porque as quantidades de carbono, metano e outros gases não param de aumentar, os oceanos aquecem, acidificam e nas altas latitudes os gelos derretem de forma assustadora.

Milhares de cientistas consideram que o período geofísico do Holoceno terminou e que se iniciou um novo período o Antropoceno, ou seja, um período em que é o Homem que destrói os ecossistemas, a biodiversidade e caminha a pouco e pouco para a sua própria destruição, como resultado da sua forma de estar e de viver e da sua grande ignorância.

Sabendo tudo isto, é assustador ver os políticos falarem de desenvolvimento económico, tendo eliminado do seu discurso, que esse desenvolvimento só será possível se for sustentável e sustentado, caso contrário é um caminhar coletivo para o precipício.

Os Oceanos têm sido o recetáculo de todo esta derrapagem. A situação não pára de se agravar ano após ano e todos nós sentimos, basta ver por exemplo os ciclones a atingirem Portugal, as temperaturas de junho... como será julho e agosto, e os incêndios e a seca, os períodos da agricultura todos desregrados, a pesca afetada cada vez mais pelas alterações de temperatura, acidificação, salinidade e correntes....

Involuntariamente, e fruto de um desconhecimento generalizado, nós humanos somos o vírus desta pandemia. Cabe-nos a nós examinar o que cada um faz no seu dia a dia, o que consome e a forma como consome. É absolutamente necessário, reajustar as práticas de vida quotidiana e encontrar hábitos sustentáveis.

É complicado, mas não impossível. O futuro dos nossos filhos e netos vai depender desta nossa capacidade.

Como se compreende que a produção das energias ditas limpas – eólica, solar – tenha impactos também tão negativos nos territórios, com críticas de tantos setores da sociedade, incluindo dos próprios ambientalistas? Como pensa que se conseguirá atingir o necessário e urgente equilíbrio? Sobre este ponto a Marés não pode estar indiferente às dúvidas trazidas pelas organizações da pesca e ambientalistas, sobre a instalação das eólicas no mar, por exemplo (edição 91).

A energia para fazer funcionar o planeta é, entre outros, um dos maiores desafios a ter que ser resolvido nas próximas décadas. Estudos feitos apontam para o facto de que o consumo de combustíveis fósseis não parará de aumentar até meados do Séc XXI., mas depois entrará em queda livre.

A transição energética é um imperativo, em primeiro lugar para ganhar tempo e dar aos cientistas espaço para encontrarem fontes energéticas, que possam alimentar as atividades no planeta. O Hidrogénio, a energia nuclear resultante da fusão nuclear e outras possibilidades surgirão certamente, mas, entretanto, todas as formas de produção de energia alternativa que se obtêm via os painéis solares, as eólicas, as baterias de lítio, o hidrogénio e o bio combustível, permitem fazer alongar o prazo de utilização dos combustíveis fósseis, em alguns casos reduzem significativamente as emissões de CO₂, mesmo que nos seus processos de fabricação a sua pegada carbono seja pesada e o impacto ambiental possa ser bastante pesado.

Na inexistência de um substituto energético, que substitua os combustíveis fósseis não renováveis, o tempo que possa ganhar é ouro, assim mesmo que as alternativas de transição energética atuais não sejam as que em definitivo resolvam o problema...elas reduzem o consumo dos combustíveis fósseis e a ciência vai desesperadamente procurando soluções sabendo que talvez tenha mais 20 ou 30 anos para as encontrar.

À ADM – o que falta a Associação fazer, apelar, cumprir?

Este nosso trabalho é um trabalho sem fim. Talvez o nosso trabalho e de muitas outras associações como a nossa seja uma guerra perdida... Fazer os jovens e menos jovens perceber a realidade é muito duro, e como dizia alguém, que assistiu a uma das nossas palestras "felizes os que desconhecem tudo isto..." Será esta a postura que queremos deixar aos nossos filhos e netos?

A Arte tem tido um papel fundamental na atividade da Associação e na forma como a mensagem tem sido transmitida. Acha que esse pode ser também um papel importante para os artistas, o compromisso com uma causa?

A Tertúlia de artes Plásticas e a Tertúlia de Música da Associação David Melgueiro foi um movimento espontâneo de artistas, que acharam deviam contribuir para a causa que defendemos. Não temos dúvida que esta componente é importantíssima, basta ver as obras produzidas por grandes artistas plásticos que formam o grupo dos 11 da tertúlia.

A única coisa que lamentamos é não dispor de meios financeiros para poder correr o País de Valença do Minho a Vila Real de Santo António e do Funchal a Ponta Delgada.

A nossa muita vontade esbarra com as prioridades dos Municípios que ainda não compreenderam os desafios e que recusam a realização de um evento deste tipo mesmo que os custos sejam muito reduzidos.

Todos os que nos quiserem ajudar têm duas formas de o fazer, uma é associarem-se à ADM, e outra é de apoiarem a estabelecer contactos nos seus territórios, com pessoas e entidades, para viabilizar a realização de um evento ambiental e cultural.

O que gostaria de fazer que ainda não teve oportunidade? Que outra causa tem abraçado ao longo da vida?

Tenho 73 anos e começo a sentir que as forças vão diminuindo. Diz-se que um Homem deve ter um filho, plantar uma árvore e escrever um livro. Tenho uma filha, já plantei muitas árvores e também já escrevi um livro. Obrigação está cumprida.

Quero ter saúde e lucidez para poder continuar a cruzada da ADM e também influenciar outros para irem dando continuidade ao trabalho que eu fiz.

Que mensagem/apelo gostaria de deixar aos governantes e/ou a quem tem responsabilidades nestas matérias; e aos jovens e pessoas em geral?

Atrevo-me a fazer uma simples pergunta.

O que consideram prioritário ter dinheiro para poderem ter tudo o que de material se pode adquirir "uma Boa Vida...", ou seja, poderem consumir, mais e mais, ou ver que os seus filhos e netos podem ter uma Vida longa e com saúde neste planeta onde nasceram?

O Mundo que eu quero, o País que eu quero não é o País em que a prioridade do discurso político é o imperativo crescimento económico, custe o que custar. Se aqui há três ou quatro anos se falava de desenvolvimento sustentável agora até isso foi erradicado do discurso.

Ser político é preparar o presente para que possa haver um futuro. Não consigo perceber os políticos que pura e simplesmente ignoram o maior desafio que a Humanidade alguma vez teve que enfrentar as alterações climáticas e a sustentabilidade dos recursos renováveis.

Como é possível que os países NATO com exceção de Espanha tenham embarcado atrás de um louco psicopata para investir dezenas de milhões de Euros em armamento. Será que a Rússia vai invadir a Europa e nomeadamente Portugal? Estaremos todos loucos?



2025 Ano Internacional das Cooperativas

“Se as cooperativas representassem um país, seriam a oitava economia mundial.”

“As cooperativas constroem um mundo melhor” foi a máxima escolhida pela Aliança Cooperativa Internacional, para celebrar o Ano Internacional das Cooperativas (AIC2025) designado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1) Esta iniciativa ressalta o papel vital das cooperativas no avanço do desenvolvimento sustentável, na erradicação da pobreza e no fomento do crescimento económico inclusivo, mostrando o impacto global duradouro que as cooperativas têm em todo o lado. Este tema coloca em evidência como as cooperativas são uma solução essencial para superar muitos desafios globais e continuam a desempenhar um papel importante na aceleração dos esforços para implementar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030.

Na Resolução da Assembleia Geral da ONU incentiva-se os Estados Membros a aproveitar esta efeméride para promover a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento social e económico. Nas palavras de Ariel Guarco, Presidente da Aliança Cooperativa Internacional, em nota de imprensa sobre o Ano Internacional das Cooperativas, “As cooperativas estão presentes em todos os aspetos das nossas vidas, e respondem a cada um dos ODS, em todo o lado”, disse.

De acordo com as Nações Unidas, as cooperativas “acolhem 10% da força de trabalho global e proporcionam um caminho para a eliminação da pobreza”. São “empresas administradas por e para os seus membros”, mostrando “como é possível construir comunidades fortes priorizando as pessoas e o planeta, ao invés do lucro”. De acordo com a mesma fonte, atualmente existem 3 milhões de cooperativas no mundo, em 150 países, e mais de 12% da população mundial faz parte de alguma delas, gerando emprego para 280 milhões de pessoas, equivalente a 10% da mão de obra global. Por seu lado as “300 maiores cooperativas indicam faturação total de 2,4 bilhões de dólares”.

O modelo de associação aberta e o princípio da participação económica dos seus membros, proporciona um caminho para a “eliminação da pobreza”, já que os membros contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital gerado.

O princípio de “um homem, um voto”, independentemente do capital investido na organização, contribui para o reforço da democracia interna, um legado fundamental nestas organizações.

Segundo a mesma fonte, as cooperativas também promovem a “igualdade externa”, já que por serem de matriz comunitária, estão comprometidas com o desenvolvimento sustentável dos seus territórios e dos seus setores de intervenção, aos níveis ambiental, social e económico. E, apesar do foco na comunidade local, as cooperativas aspiram levar os benefícios do seu modelo económico e social a todos.

“Altamente democrático, localmente autónomo e internacionalmente integrado”, é assim caracterizado o movimento cooperativo pelas Nações Unidas, que impele os Estados membros a destacar o papel vital dessas entidades na criação de sociedades mais justas e resilientes. Em linha com o grande tema do AIC2025, também o Dia Internacional das Cooperativas, celebrado no primeiro sábado de julho do ano, dia 5, seguiu o lema “Cooperativas Impulsionando Soluções Inclusivas e Sustentáveis para um Mundo Melhor”.

“Esta é a segunda vez na história que a ONU dedica um ano internacional às cooperativas, e isso não é uma coincidência. Impulsionadas pela preocupação com todas as comunidades, as cooperativas adaptaram-se com sucesso para superar os desafios em evolução do nosso tempo, e mostraram repetidamente ao longo da história que, juntos, estamos, de facto, a construir um mundo melhor”.

Foi em 2012 que a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o primeiro Ano Internacional das Cooperativas, e apelou a que se destacassem os contributos das cooperativas para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente o seu impacto na redu-

ção da pobreza, na criação de emprego e na integração social. As cooperativas de todo o mundo celebraram este evento inaugural sob o mesmo lema “As empresas cooperativas constroem um mundo melhor” para incentivar o crescimento e o estabelecimento de cooperativas em todo o mundo. A “máxima” repetiu-se agora, treze anos depois.

COOPERATIVAS EM PORTUGAL

Em Portugal as cooperativas gozam de um estatuto especial na Constituição Portuguesa, que lhes dedica diversos artigos, que determinam o princípio da coexistência dos três setores (público, privado, e cooperativo e social), o princípio da liberdade de iniciativa cooperativa, o princípio da proteção do setor cooperativo e social, o princípio da obrigação do Estado estimular e apoiar a criação de cooperativas, e o princípio da conformidade com os princípios cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional: **Adesão Voluntária e Livre, Gestão Democrática pelos Membros, Participação Económica dos Membros, Autonomia e Independência, Educação, Formação e Informação, Intercoperação e Interesse pela comunidade.** Bem como os valores de autoajuda e responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, regendo-se pelos princípios éticos da honestidade, da transparência, responsabilidade social e preocupação pelos outros.

Princípios e valores que importa evocar, reforçar, e mais do que isso, traduzir em práticas e ações concretas, nas várias dimensões da vida, a todo o momento, visando, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais dos seus membros, e das comunidades.

De acordo com dados revelados pela CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, existem mais de 2000 cooperativas com um valor acrescentado bruto de 1000 milhões de euros.

Em 2023 e 2024 o movimento cooperativo português cresceu em número de cooperativas por efeito do crescimento das cooperativas culturais, de habitação/construção e de serviços, sendo que o maior número continua a ser de cooperativas do ramo agrícola.

De acordo com o estudo da CASES, “As 100 maiores cooperativas” com dados de 2023, as 100 maiores cooperativas nacionais registaram um volume de negócios superior a 3,55 mil milhões de euros, representando um aumento de 8% face ao conjunto das 100 maiores em 2022, a que acresce o total de ativo líquido das 20 maiores cooperativas de crédito de mais de 24 mil milhões de euros.

A Mútua dos Pescadores tem vindo a integrar este ranking, ocupando em 2022 a 62.ª posição, em termos de volume de negócio (dados do último relatório produzido). Dois anos antes ocupou a 63.ª posição. Mantendo-se contudo na primeira posição das cooperativas do ramo de serviços, e sendo a segunda mais antiga do país.

Mas num ano tão marcado por contextos políticos tão desfavoráveis à paz e à cooperação, pouco foi o eco desta efeméride na opinião pública nacional, com exceção de algumas iniciativas levadas a cabo pelas organizações de cúpula do movimento cooperativo e outras cooperativas de base como a Mútua.

Notas: (1) O Ano Internacional das Cooperativas 2025 foi designado na Assembleia Geral das Nações Unidas a 19 de junho de 2024, através da Resolução A/RES/78/289.

A convergência entre as cooperativas e a promoção da igualdade de género¹



Deolinda Meira
Professora Coordenadora e Investigadora do
Politécnico do Porto/ISCAP/CEOS.PP

Na resolução A/RES/78/289, de 19 de junho de 2024, que proclama 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas, as Nações Unidas reconhecem o papel das cooperativas na luta contra a discriminação de género.

Diversos estudos publicados nos últimos anos têm destacado que o equilíbrio de género nos cargos de direção das cooperativas está acima da média dos demais setores, com destaque para os cargos de direção intermédia em que existe uma prevalência do género feminino. Ainda que se verifique alguma assimetria, esta será menor que nos demais setores. Tais estudos referem igualmente o papel das cooperativas na inclusão das mulheres no mercado de trabalho, no empoderamento económico das mulheres, sendo instrumentos eficazes para facilitar o acesso ao emprego, crédito, formação e mercados para mulheres, especialmente em contextos rurais ou em comunidades vulneráveis, para promover o empreendedorismo feminino, oferecendo estruturas de apoio mútuo e partilha de riscos. Tais estudos sublinham que este setor se revela em matéria de participação, mais equitativo que os demais e que é promotor de um trabalho digno, inclusivo e sustentável. No mesmo sentido, diversos documentos internacionais, com destaque para os produzidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhecem a capacidade das cooperativas contribuírem para o empoderamento das mulheres, promoverem a igualdade de género no seu âmbito reprimindo atos discriminatórios. Tais dados explicam-se pelo facto das cooperativas beneficiarem de um regime jurídico que assenta na primazia da pessoa e que promove a igualdade e a equidade na admissão, na participação na atividade económica e na governação, na repartição dos resultados e no acesso à educação e formação.

Este regime funda-se num conjunto de princípios e valores, definidos pela Aliança Cooperativa Internacional, em Manchester, em 1995, e que integram o conceito de Identidade Cooperativa. Este conceito foi acolhido no ordenamento português. Efetivamente, no Código Cooperativo Português (CCoop) a noção de cooperativa (art. 2.º do CCoop) surge associada à necessária obediência aos princípios cooperativos, os quais alcançaram consagração jurídico-constitucional.

As cooperativas não têm um fim próprio ou autónomo face aos seus membros, sendo um instrumento de satisfação das necessidades individuais (de todos e de cada um) dos cooperadores, que, no seio dela, e através dela, em cooperação e entreeajuda, trabalham, consomem, vendem e prestam serviços, promovendo o desenvolvimento económico e a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos seus membros. De facto, a cooperativa é criada com vista a eliminar o intermediário especulador, assumindo a cooperativa o papel de simples instrumento de articulação e ativação de um determinado grupo (o dos cooperadores), com vista à satisfação das necessidades deste grupo em condições mais favoráveis do que seriam obtidas com a intervenção de intermediários.

A circunstância de o fim principal da cooperativa não ser a obtenção de lucros para depois os repartir, mas



sim proporcionar aos seus membros vantagens diretas na sua economia individual, através da sua participação, assente na entreeajuda, na atividade da cooperativa, promove um maior compromisso dos membros com a organização, bem como com os valores da solidariedade e da participação.

A cooperativa é uma empresa de propriedade coletiva, ou seja, é propriedade daqueles que proporcionam os recursos que permitem o seu funcionamento. É uma empresa autogestionada, porque os titulares dos seus órgãos são cooperadores, aos quais se reconhece legalmente um direito/dever de eleger e ser eleito em igualdade e sem discriminações. Esta exigência de que os titulares dos órgãos sejam cooperadores permitirá que os interesses dos cooperadores estejam diretamente representados nos seus órgãos, apresentando a vantagem de os dirigentes da cooperativa, orientados pela sua própria experiência, terem permanentemente presentes os interesses dos cooperadores, não se desviando da finalidade principal da cooperativa, que é, como vimos, a de satisfazer as necessidades dos seus membros.

Ao integrar mulheres em posições de liderança e decisão, as cooperativas reduzem a disparidade de género na governação e criam um espaço propício para o desenvolvimento de competências e liderança feminina.

A cooperativa é uma empresa que se organiza e funciona democraticamente, por força do princípio cooperativo da gestão democrática pelos membros, que valoriza a participação ativa e em igualdade de condições dos cooperadores no funcionamento das cooperativas, no seu controlo, na formulação de políticas e na tomada de decisões fundamentais, com base na regra de um membro, um voto.

Esta gestão democrática pelos membros promove a participação igualitária de mulheres e homens nos processos de decisão. A admissão dos membros obedece ao princípio cooperativo da adesão voluntária e livre, o qual dispõe que «As cooperativas estão abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços, sem quaisquer discriminações de sexo, sociais, políticas raciais ou religiosas».

Ou seja, qualquer pessoa pode aderir a uma cooperativa, independentemente do género.

A admissão dos membros assenta num princípio de equidade económica, que resulta do princípio cooperativo da participação económica dos membros, e que torna a cooperativa uma entidade caracterizada por um equilíbrio do poder económico dos seus membros, independentemente do género. Assim, o montante das entradas de cada cooperador pode ser qualquer um decidido pelos cooperadores, desde que seja equitativo. Acresce que o capital trazido pelos membros tem um carácter instrumental. Essencial é a participação do cooperador na atividade da cooperativa. Tal significa que estamos perante uma organização empresarial caracterizada por um equilíbrio do poder económico dos seus membros, o que em si mesmo é fomentador de uma cultura empresarial mais inclusiva.

Esta partilha da propriedade da cooperativa, assente numa gestão democrática e participada, permitirá uma mais justa distribuição do valor criado, que ficará nas mãos das pessoas que realmente o geraram e que é repartido em função da participação de cada cooperador na atividade da cooperativa, não sendo admissível qualquer critério discriminatório, designadamente em função do género.

A cooperativa apresenta-se também como uma organização empresarial assente na vontade de serviço à comunidade. Tal decorre, não apenas do princípio cooperativo da adesão voluntária e livre, mas também do princípio do interesse pela comunidade, o qual dispõe: «As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros».

As cooperativas são organizações que, existindo para benefício dos seus membros, assumirão concomitantemente uma responsabilidade perante a comunidade em que se inseriram, ou seja, assegurarão que se realizará o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, nas suas distintas facetas (económica, social e cultural).

Deste compromisso com a comunidade decorre que as cooperativas são incentivadas a contribuir para o bem-estar social, o que inclui reduzir desigualdades de género.

Finalmente, cumpre referir que, na sua organização e funcionamento, as cooperativas devem observar o princípio da educação, formação e informação, que é um princípio estratégico e um fator de legitimação social das cooperativas, evidenciando que a cooperativa é, não só uma organização económica, mas também uma organização com finalidades pedagógicas e sociais.

Este princípio cooperativo dispõe que «As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de modo que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Elas devem informar o grande público, particularmente os jovens e os líderes de opinião sobre a natureza e as vantagens da cooperação» (art. 3.º do CCoop).

Este princípio tem como destinatários os membros, os representantes eleitos, os dirigentes, os trabalhadores da cooperativa e a comunidade.

Este princípio projeta-se no estatuto dos cooperadores reconhe-

cendo-lhes um direito de participar nas atividades de educação e formação cooperativas (al. f) do n.º1) do art. 21.º do CCoop), com a conseqüente obrigação das cooperativas de organizar tais atividades de educação e formação, devendo para o efeito constituir uma reserva “para a educação e formação cultural e técnica dos cooperadores, dos trabalhadores da cooperativa e da comunidade” (art. 97.º, n.º 1 do CCoop).

Por força do princípio da educação, formação e informação, as cooperativas podem contribuir para o combate à discriminação estrutural, desconstruindo por via da educação, formação e informação práticas discriminatórias no trabalho e nas comunidades.

Em suma, a natureza democrática, inclusiva e participativa do modelo cooperativo, que historicamente nasce para corrigir desigualdades socioeconómicas e promover o desenvolvimento humano sustentável explica esta convergência entre as cooperativas e a promoção da igualdade de género.

A Mútua no primeiro Ano Internacional das Cooperativas designado pela ONU – 2012

Em 2012 a Mútua, 1.^a e única cooperativa de utentes de seguros portuguesa, celebrava 70 anos de vida e 8 enquanto cooperativa (desde 2004). O seu aniversário foi celebrado evocando a cada momento essa efeméride maior, do Ano Internacional das Cooperativas, divulgando e celebrando os princípios e valores cooperativos na prossecução de um mundo melhor.

Aqui respigamos um excerto da intervenção de José António Bombas Amador, Presidente da Mútua de então, na sessão de encerramento do(s) aniversário(s), que decorreu em novembro, na Escola Superior Tecnologia Marítima, em Peniche, que ecoa estas preocupações, ontem como hoje.

“Não obstante a reduzida dimensão da Mútua, num mercado financeiro dominado pelos grandes grupos multinacionais com permanente tendência para a concentração, o equilíbrio económico e a solidez financeira apresentada têm sido armas decisivas para acreditar no futuro.

Como cooperativa de utentes de seguros, temos uma ação permanente de formação para a prevenção, como forma de evitar o sofrimento e a perda que os sinistros sempre provocam.

Damos igual atenção à informação, formação, cultura e participação cívica, quer através de iniciativas próprias quer em parceria com entidades nacionais e internacionais, no cumprimento dos princípios cooperativos que nos orientam e que são um fator de diferenciação dos seguros como simples atividade comercial e geradora de lucro.

(...)

A Mútua dos Pescadores, uma das mais antigas seguradoras portuguesas em atividade, sente-se jovem, pelos princípios e valores que persegue, e viva, pela ação das pessoas que a integram e projetos que continuamente desenvolvem com grande sentido de responsabilidade e de dádiva.”

1. Este texto corresponde à intervenção apresentada pela autora na Sessão dedicada à apresentação do livro “As Mulheres no Boletim Cooperativista”, integrada nas Comemorações do Internacional das Cooperativas 2015, que decorreu no ISCAP, no dia 27 de maio de 2025. Foi gentilmente cedido para a nossa Marés, facto que muito agradecemos à autora.

2. Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, com as alterações constantes da Lei n.º 66/2017, de 9 de agosto.



“Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”

Panel 1 – da esquerda para a direita: Jorge Abrantes, João Aldeia, Carlos Pratas, Maria Manuel Gomes (moderadora ao centro), João Barba, Manuel Cardoso e Luís Pinhal.

Sesimbra acolhe iniciativa evocativa do Ano Internacional das Cooperativas

O Auditório Conde Ferreira acolheu a Sessão evocativa do AIC2025, organizada em parceria com a Câmara Municipal de Sesimbra, no dia 22 de novembro.

A sessão decorreu durante todo o dia, dividida em três momentos. O primeiro momento foi dedicado ao tema: “Construir Mares mais cooperativos e sustentáveis”, convidando as cooperativas de pesca da região a contar a sua história, dificuldades e desafios, desde o 25 de abril até aos dias de hoje, com as intervenções de Carlos Pratas, da Direção da Bivalmar, Organização de Produtores, C.R.L.; Manuel Cardoso e Luís Pinhal, da Direção da Sesibal, Cooperativa de Pescas de Setúbal, Sesimbra e Sines, C.R.L. Escutámos ainda Jorge Abrantes, Consultor da Anopcerco, Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco e finalmente o investigador/historiador João Aldeia.

Também com fortes ligações às organizações ligadas ao setor da pesca e com trabalho desenvolvido com diversas cooperativas, ao longo de mais de 30 anos, interveio João Barba, Produtor, e membro fundador da Duvideo - Cooperativa de Profissionais de Imagem C.R.L., e, por fim, houve ainda oportunidade para partilhar a experiência de uma cooperativa local de solidariedade social, com a presença de Maria José Mateus, Presidente da Cercizimbra.

■ “Cada barco é uma cooperativa”
Luís Pinhal, Sesibal



Panel 2 – Aldina Fernandes, Joaquim Simplicio (moderador) e Julieta Sanches



Julieta Sanches



Aldina Fernandes



Depois do mote deixado pelo Presidente da Câmara, Francisco Jesus, que destacou a importância das cooperativas para a coesão territorial e, em particular, o papel das cooperativas de pesca, pudemos conhecer o trabalho verdadeiramente cooperativo das organizações do setor da pesca, em prol da valorização da pesca e dos seus trabalhadores. Destacando-se as experiências de sucesso de cogestão que vieram reorganizar a pesca dos bivalves na região que estava em “colapso”; o modo de trabalhar a bordo, caracterizando cada embarcação como

“Na pesca de cerco, a cooperação não é apenas um princípio – é uma permanente necessidade operacional, em terra e no mar”

Humberto Jorge, Anopcerco

Cooperativismo e Inclusão em Sesimbra

Maria José Mateus, Presidente da Cercizimbra

O cooperativismo em Portugal sempre se destacou pela sua capacidade de resposta às necessidades das pessoas e das comunidades. No setor da educação e da inclusão de pessoas com deficiência, as CERCIs representam um exemplo vivo desta missão. São muitas por todo o país, e todas elas nasceram da iniciativa de famílias e comunidades que se uniram para criar respostas que não existiam. Através dessa união, foi possível oferecer educação, apoio terapêutico, formação profissional e oportunidades de inclusão que transformam vidas.

A Cercizimbra é, neste contexto, um exemplo claro de compromisso e dedicação. Todos os dias, trabalha para apoiar crianças, jovens e adultos, promovendo autonomia, dignidade e participação plena na sociedade.

Aqui em Sesimbra, temos também uma instituição histórica e fundamental: a Mútua dos Pescadores, que protege e apoia os trabalhadores do mar e as suas famílias. Apesar de diferentes áreas de atuação, ambas as instituições partilham um objetivo comum: cuidar das pessoas e fortalecer a comunidade.

É neste espírito que defendemos a aproximação e a cooperação entre a Cercizimbra e a Mútua dos Pescadores. Entre as possíveis iniciativas, destacam-se:

- Criação de oportunidades de formação e emprego adaptado, ligadas ao setor da pesca;
- Desenvolvimento de atividades ocupacionais e terapêuticas com componentes do mar e das tradições locais;
- Promoção de ações de sensibilização e inclusão na comunidade;
- Partilha de recursos, espaços e conhecimento, em benefício de todos.

Quando instituições tão fortes se unem, o resultado é mais abrangente e sustentável. Ganha a Cercizimbra, ganha a Mútua, ganha a comunidade de Sesimbra — e, acima de tudo, ganham as pessoas que mais precisam do nosso apoio.

Que esta iniciativa seja o início de um caminho sólido de cooperação, baseado em solidariedade, responsabilidade social e compromisso com o bem comum.

Muito obrigado.

Nota: Intervenção partilhada na sessão evocativa



Maria José Mateus



uma cooperativa, onde o contributo de cada um é fundamental para o sucesso da companhia, e onde a consciência da diversidade cultural e do respeito pela diferença são um ponto de honra para o sucesso do coletivo.

Do ponto de vista histórico, o cooperativismo na pesca, que foi fortemente apoiado pelo poder público após o 25 de abril, propiciou a formação profissional das tripulações e o acesso a novos mares (costa marroquina por exemplo), a construção de novas embarcações e melhorias nas existentes, e propiciou

em concreto a democratização do acesso à categoria de mestre de pesca, que tradicionalmente (não era uma restrição formal) cabia apenas aos filhos ou outros familiares dos mestres. Tal como noutros setores, a entrada na Comunidade Europeia, em 1986, originou o processo inverso, conducente à terciarização da economia, desincentivando-se novas construções, e subsidiando abates e paragens de embarcações.

No 2.º painel, à tarde, sob o lema "Cooperativas um modo diferente de fazer o mundo girar", foi dada a palavra às or-

"Cooperativas são mais do que empresas"

Digo isto, não com a pretensão de demonstrar qualquer tipo de superioridade moral face a outras empresas organizadas segundo modelos exclusivamente societários mas como forma de demonstrar a verdadeira dimensão deste tipo de entidades, não apenas numa vertente económica, mas também no respeito por um quadro axiológico que coloca o cooperativismo como um modelo socialmente responsável, promotor de um empreendedorismo inovador, progressista e sustentável.

Frederico Santos, Jurista, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social



(...)

A liberdade de adesão, a democraticidade, a participação económica a autonomia a educação a intercooperação e o interesse geral são as características que distinguem as cooperativas das demais formas de organização jurídica.

Para vos provar a dimensão do setor e de modo a não transformar esta minha participação numa dissertação esotérica sobre como o cooperativismo impacta a sociedade e a economia, recolhi um conjunto de dados concretos, capazes de demonstrar este impacto de uma forma mensurável. A nível global, o setor cooperativo destaca-se como um setor incontornável no plano económico-social, estimando-se a existência de mais de 3 (três) milhões de cooperativas em funcionamento, envolvendo cerca de 12% da população mundial enquanto membros, gerando emprego para 10% da população ativa e movimentando um volume de negócios superior a 2,3 biliões de euros.

No plano europeu, o número de cooperativas supera as 240 mil, com 95 milhões de membros, mais de 3,3 milhões de trabalhadores e mais de 590 mil milhões de euros em volume de negócios.

É por isso que quando falamos do setor económico privado e do setor da economia social, não nos podemos alhear da forma cooperativa. Esta representa parte incontornável

no que respeita à criação de riqueza deste sector e, mais importante, na sua redistribuição equitativa e sustentável. O reconhecimento internacional das cooperativas e do cooperativismo é algo transversal às diferentes economias e diferentes modelos de governação democrática. Isso reflete a dimensão holística do setor, não apenas como um modelo viável do ponto de vista económico, mas como uma ferramenta na prossecução de uma maior justiça social e coesão territorial.

Resulta deste reconhecimento um conjunto de movimentos com o objetivo de sensibilizar as populações e os seus governantes para o importante papel das cooperativas na promoção do desenvolvimento sustentável e foi com essa finalidade que a Assembleia Geral das Nações Unidas decretou, este ano de 2025, como o "Ano Internacional das Cooperativas".

(...)

A resolução das Nações Unidas chama ainda a atenção dos governos no sentido de centrar o apoio nas cooperativas enquanto entidades empresariais sustentáveis, fortalecendo o seu ecossistema empreendedor, permitindo-lhes contribuir diretamente para:

- Criação de emprego digno,

- Erradicação da pobreza e da fome,
- Educação,
- Proteção social, e,
- Criação de opções de habitação a preços acessíveis para vários setores económicos nas zonas urbanas e rurais.

(...) [E]m Portugal (...) representa cerca de 2.9% do seu universo [da economia social]. Existem, atualmente, perto de 2.200 cooperativas ativas. Este número encontra-se disperso pelos 12 ramos do sector cooperativo que enquadram as atividades concretas destas entidades.

Para além da evolução positiva verificada nos últimos anos, um dos maiores indicadores de validação deste modelo jurídico é a sua longevidade. Cerca de 65% das cooperativas tem mais de 25 anos de existência, o que contrasta com a média das empresas em geral que se fixa abaixo dos 25%. Estes são dados cruciais na demonstração da resiliência do setor cooperativo mantendo uma “quase neutralidade” face, em particular, a situações de crise e a contexto de grande mudança.

É relevante ainda, do ponto de vista económico, enfatizar o contributo sólido que as cooperativas prestam à economia portuguesa. Em 2020, de acordo com os números apresentados pela Conta Satélite da Economia Social, **O Valor Acrescentado Bruto (VAB) das Cooperativas ultrapassou os 720 milhões de euros, montante que ascende a mais de 800 milhões quando incluídas as sociedades comerciais integralmente participadas por cooperativas.** Para além disso entre 2019 e 2020, verificou-se um crescimento do VAB, período, que todos recordamos, entre outras coisas, como tendo sido particularmente conturbado do ponto de vista económico, por conta da pandemia originada pelo COVID-19.

Do ponto de vista social o setor cooperativo abarca uma dimensão ainda maior. **O relatório demográfico anual do setor cooperativo, mostra que, em 2024, existiam cooperativas em todos os distritos do território continental.** Estes dados ajudam a concluir que a dispersão demográfica destas entidades contribui para o fortalecimento de economias de proximidade e desempenha um papel fundamental na coesão territorial, na descentralização económica, mas principalmente na satisfação das necessidades das populações e comunidades locais, principalmente em territórios de baixa densidade, onde se encontram cerca de 32% das cooperativas e que representam 35% dos cooperadores. Acresce que 17% do volume de negócios e 20% do emprego cooperativo estão localizados nestas áreas. E não é só através de dados que conseguimos ter essa percepção. É comum, em certos municípios onde a iniciativa económica é escassa e as assimetrias regionais são mais evidentes, encontrarmos uma adega cooperativa, uma cooperativa agrícola, uma cooperativa de consumo, uma cooperativa de pesca, entre outras.

Essa realidade é uma das características mais importantes do cooperativismo – A base associativa subjacente à forma cooperativa pressupõe a organização das pessoas na criação de condições favoráveis à resolução dos seus problemas e ao desenvolvimento do contexto social onde estão inseridas. É por isso que este modelo de organização jurídica, através de uma visão pluralista e profundamente democrática, consegue ser um contributo crucial para o desenvolvimento social das populações.

(...) São mais de 26 mil postos de trabalho remunerado

assegurados pelas cooperativas e estes representam mais de 610 milhões de euros em salários, representando 0,6% do emprego e das remunerações nacionais. Se colocarmos desta forma, parece, de facto, pouco o contributo, mas temos de ter em consideração que mais 80% do VAB das cooperativas é redistribuído pelos seus cooperadores, um valor significativamente superior à média da economia nacional que é de 55%. Isto permite-nos concluir que o emprego cooperativo, para além do contributo remuneratório, cria uma realidade de justiça social através da redistribuição da riqueza por si criada.

Importa ainda destacar o papel das cooperativas enquanto agentes de inovação social e económica. O modelo cooperativo, pela sua natureza participativa e pelo enraizamento comunitário que o caracteriza, constitui um terreno fértil para o desenvolvimento de projetos inovadores, capazes de responder de forma criativa a desafios emergentes nas mais diversas áreas de atuação.

(...)

Apesar do Código Cooperativo Português ter sido revisto e alterado, primeiro em 2015 e posteriormente em 2017, a legislação que aprova os referidos 12 ramos cooperativos data dos anos 80 e 90 o que a torna genericamente distante das iniciativas mais modernas que se queiram desenvolver segundo este modelo.

Todavia, apesar dessa necessidade, o modelo cooperativo ainda é um modelo de organização jurídica comprovadamente capaz de responder à necessidade de inovação e à criação de projetos de futuro.

(...)

[As] cooperativas são entidades autónomas na sua plenitude que, como já referi, são dotadas de uma enorme profundidade no que respeita a ambas as dimensões, social e económica. E esta natureza peculiar é o que torna as cooperativas únicas. Desta forma é necessário afastar o setor de qualquer ideologia política, demonstrando a complementaridade destas duas dimensões e clarificando a capacidade das cooperativas em gerar riqueza, contribuir para a economia nacional e, ao mesmo tempo, redistribuírem equitativamente essa mesma riqueza, enquanto satisfazem necessidades sociais dos seus membros e das comunidades em que se inserem.

(...)

O setor cooperativo é um setor munido das ferramentas necessárias para ser um veículo à emancipação profissional e financeira dos seus agentes.

(...)

Resta-me assim dizer, que todos estes indicadores, convergem para a mesma conclusão: De que o setor cooperativo é um ativo estratégico da economia nacional, regional e uma alternativa sólida ao desenvolvimento de projetos inovadores e sustentáveis, atuando em paralelo como um agente fundamental na coesão social e territorial.

O modelo cooperativo não está obsoleto, atual e futurista, e, é ainda, uma alternativa clara e validada para enfrentar desafios atuais. O apoio e a valorização das cooperativas devem integrar uma prioridade nas políticas públicas e na agenda governativa.

Nota:

Excertos da Intervenção partilhada na sessão evocativa

ganizações de cúpula do movimento cooperativo, a Confagri - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL, e a Confecoop - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, representando os ramos da solidariedade social, habitação e consumidores (entre outros). Intervindo em sua representação respetivamente, Aldina Fernandes, Secretária-Geral Adjunta, e Julieta Sanches, Presidente da Direção. Duas cooperativistas de coração, com anos de serviço à causa do cooperativismo, com ligação de base, por um lado, às cooperativas agrícolas, e por outro, às cooperativas de solidariedade social. Ambas destacaram o papel das suas organizações enquanto motores para dinamizar e reforçar as várias atividades a que se dedicam as organizações de base, dando ferramentas e não atuando de um modo assistencialista, nunca se substituindo às organizações de base, e às pessoas que estão no terreno e acompanham as realidades concretas, cooperando para o combate à crise climática, para a eliminação de estereótipos de género, para a educação e a formação, para o desenvolvimento dos territórios. Atuando enfim para que as cooperativas prossigam a sua missão.

Para encerrar o Encontro tomou a palavra Frederico Santos, jurista, em representação da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, entidade que regula o setor cooperativo e social, e ela própria uma régie cooperativa, sendo o Estado um dos membros associados, entre as confederações cooperativas e outras estruturas representativas da economia social. O jurista veio destacar, com outros dados e indicadores mais globais e nacionais, a ideia de que as cooperativas são um pilar essencial para um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo, sustentável e participativo, e que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

João Delgado fecha a sessão de trabalho trazendo à colação uma reflexão mais global sobre os problemas sociais, económicos, políticos, que proliferam no mundo, e como as cooperativas e o seu modelo de organização humanista e solidária são parte das respostas necessárias para um mundo melhor.

OUTROS DESTAQUES DO DIA

Assinala-se ainda o papel central dos moderadores, Maria Manuel Gomes, Adjunta do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, no painel da manhã e Joaquim Simplício, Administrador da Mútua, no painel da tarde, atores principais da cerimónia, a quem se deve a boa condução dos trabalhos, e o inestimável contributo para o interesse e a acutilância das várias intervenções.

Destacamos também a atuação dos músicos José Carita, na guitarra portuguesa e Rúben Martins, na guitarra clássica, que abrilhantaram a manhã com alguns temas de Carlos Paredes. No final pudemos ainda degustar o Vinho Cezimbra – produzido com uvas da vinha de Sampaio, plantada e tratada pela Câmara Municipal para preservar e promover espécies locais de videiras e incentivar o seu cultivo.

A sessão evocativa foi também o palco escolhido pela Mútua para a apresentação de um Filme de Animação alusivo às várias atividades marítimas em que a Mútua se foi especializando ao longo dos anos, e de um filme institucional que evoca a atividade mais ampla da Cooperativa, assinalando de um modo especial o Ano Internacional das Cooperativas. Ambos os filmes foram produzidos pela Duvéio.

.....
Nota:

(1) Artigo sobre o processo de certificação no dossier das Notícias.

“Apostámos em bons salários, formação e atualização permanente, reinvestimento em tecnologia”

João Barba, cooperativa Duvéio



Resposta cooperativa ao mundo em que vivemos

Intervenção de João Delgado no encerramento da sessão



João Paulo Delgado, Presidente da Mútua dos Pescadores

Nesta sessão evocativa do Ano Internacional das Cooperativas, a grande questão que se nos oferece como ponto de partida para esta breve reflexão é o mundo que temos, as condições do país em que nos encontramos e quais as respostas que o movimento cooperativo poderá dar, tendo em conta a realidade concreta que nos está colocada na fase histórica que vivemos.

Lidando com as contingências de intervir numa economia de mercado - aberta e aparentemente sem freio -, o cenário atual tende a convocar o desenvolvimento de projetos cooperativos que se elevem ante o modelo económico dominante, assumindo-se como uma utopia realizável, que não abdica da democracia como princípio basilar, que assume o capital como um meio, e as pessoas como um fim, a quem toda a ação se destina.

No plano internacional, a complexidade é vasta e a incredulidade assume contornos paralisantes, dado que os acontecimentos que eclodem nas diversas latitudes ferem frontalmente os princípios e a matriz estrutural onde assentam os altos princípios da Aliança Cooperativa Internacional. Com efeito, a paz, a solidariedade, a igualdade, a liberdade, a independência, a governação democrática, o combate à pobreza, à exclusão social, a defesa do meio ambiente, a intercooperação, a multiculturalidade, a multireligiosidade e a defesa integral dos Direitos Humanos estão hoje seriamente colocados em causa. As tectónicas deslizam no xadrez mundial e a nova rearrumação de forças impacta diretamente nos aspetos mais determinantes da nossa vida coletiva, também no plano interno. As tensões sociais, que se vão expressando de formas diversas, revelam um país a braços com uma realidade desfavorável para um grande número de famílias que, esperando respostas, desesperam por as não ter, criando um caldo socioeconómico e político profundamente adverso, propício a situações extremadas, abruptas, imprevisíveis e violentas, não condizentes com a realidade esperada e por alcançar, enquanto povo e enquanto país, passados que estão 51 anos da Revolução de Abril.

No dia 17 de Outubro de 2025, no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, o Observatório Nacional de

Luta Contra a Pobreza publicou, no seu relatório sobre Pobreza e Exclusão Social em Portugal, que, por entre muitos outros indicadores alarmantes, 2,1 milhões de pessoas estão em risco de pobreza e exclusão social no país, 1,7 milhões de pessoas encontram-se em risco de pobreza monetária, e se não fossem as prestações sociais, este fator subiria substancialmente. Afere também que a maioria da população em situação de pobreza encontra-se em idade ativa: 49,3% das pessoas pobres no País encontram-se empregadas, mas de forma precária e sujeita a parcos rendimentos do seu trabalho, e 9,2% da população empregada em Portugal encontra-se em situação de pobreza monetária. Já no que toca às desigualdades por grupos sociais, este fator é particularmente sentido pelas pessoas idosas, pelas mulheres, pessoas com baixa escolaridade, estrangeiros extracomunitários e desempregados.

Neste campo, e porque a nossa teoria deve corresponder à nossa prática diária, e não pode só ficar no plano da retórica em momentos simbólicos como este, a Mútua dos Pescadores, também porque é cooperativa, mantém uma política salarial, condições e relações de trabalho que garantem por trabalhadores uma média de cerca 20 anos de permanência na casa e, neste caso particular dos grupos sociais, muito nos orgulha ter recebido o selo de igualdade salarial em 2024, pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, que reconhece à Mútua as boas práticas aplicadas à promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens, na lógica permanente a trabalho igual, corresponde salário igual.

Apesar destes exemplos, os indicadores não desmentem uma difícil realidade no País - daí a urgência de agir.

A intensificação da desregulação, desvalorização e descentralização do fator Trabalho nas sociedades atuais têm originado a massificação da atomização e precarização dos trabalhadores. Estes mecanismos têm conduzido à subalternização social de quem vive do seu trabalho, assumindo-se, simultaneamente, como estratégias eficazes de desidentificação dos trabalhadores enquanto tal.

Tudo isto tem vindo a ser preparado numa espécie de jogo sub-reptício e pernicioso, com recurso a táticas semânticas de

hipervalorização do sucesso individual, vertido no aclamado empreendedorismo, e de subvalorização do trabalhador assalariado, visto como margem do sistema.

Neste quadro, o acesso à habitação condigna, a escalada de preços de bens e serviços essenciais, as dificuldades no acesso a cuidados de saúde, as insuficiências na Educação, na intervenção e Ação Social, as dificuldades no acesso à produção e fruição cultural, à prática desportiva, por entre outras matérias, têm contribuído decisivamente para o aprofundar das desigualdades e das injustiças, desenhando um cenário de exclusão social para muitos milhares de pessoas em Portugal. Por seu turno, as alterações da “manta social” determinadas, em parte, por fenómenos de imigração, estão a ter impactos muito significativos, e que hoje parecem assumir-se como um dos principais “bodes expiatórios”, causa de todas as patologias, e via direta para a acentuação da desconfiança no outro, acelerando assim a instalação do medo, causador de uma certa “raiva” que tolhe e encurta os mecanismos de reflexividade, exacerbando as perceções e inflamando as emoções, com resultados deveras preocupantes. Como dizia Chico Buarque “(...) filha do medo a raiva é mãe da cobardia (...)”

Perante um mundo e um país a braços com realidades tão complexas, que papel se reserva ao movimento cooperativo no combate à mitigação dos mais gravosos impactos dos tempos que vivemos?

Como tornar decisivas, marcantes, dinâmicas, conhecidas, viáveis e sustentáveis as estruturas cooperativas, tendo em conta o combate que é preciso travar para ajudar a transformar a realidade em algo mais justo, equilibrado, solidário e humanamente racional, contrariando os níveis de desumanização impostos pelo sistema dominante, numa sistémica lógica de darwinismo social triturante?

Pensamos haver aqui, dentro de uma economia mista, tal como a Constituição da República consagra, necessidade de olhar para o tripé onde se articulam os três setores (Público, Privado/Lucrativo e Social e Cooperativo, a atuar simultaneamente na arena do mercado), onde as estruturas do setor não lucrativo, mesmo não tendo o primado do lucro, tendem a replicar as lógicas de atuação, as escalas de valores, as dimensões simbólicas, a imagética e as questões de ordem comportamental do modelo económico dominante – este parece-nos um dos fatores que confere maiores níveis de insustentabilidade ao seu desenvolvimento.

Daí a necessidade extrema da consciencialização, da formação e da preparação, tanto de quadros dirigentes, como de quadros técnicos, no sentido de estarem devidamente imbuídos desse espírito de integração em estruturas que visam a construção de um mundo diferente, onde o capital é uma ferramenta, que se distribui e se aplica com distintos objetivos, num mundo onde os princípios e valores teóricos que regem o movimento cooperativo à escala global sejam uma unidade dialética em permanência com a prática quotidiana na vida das organizações e das comunidades.

A Educação e Formação, como sabemos, determinam a sociedade que queremos, as organizações que pretendemos, o mundo que gostaríamos de ver materializado. No plano do ensino dito regular, as formas de organização económica e social não dominantes, tal como as “diferentes constelações da galáxia da Economia Social” – assim as definia o Prof. Rui Namorado -, deviam carecer de um outro tratamento, uma outra centralidade. No entanto, percebe-se que num quadro

de disputas ideológicas em permanência, quem está em melhor posição a cada período histórico traça o seu quadro de intensificação e de domínio, também, e fundamentalmente, por esta via.

O futuro das estruturas do movimento cooperativo assume-se como um desafio multipétalo, ganhando mais equilíbrio, força e raiz, à medida que cada pétala se encaixa no seu devido lugar, numa harmoniosa construção que a mantém firme e a perseguir o objetivo de se manter reta, independente, sólida e consequente face ao seu objeto.

Outra das questões de fundo que podem permitir uma outra alavancagem do setor cooperativo prende-se com as molduras legais que o regem e enquadram e que devem refletir uma discriminação positiva, de forma inequívoca. Se a justa adequação legislativa é essencial para o futuro das cooperativas, não menos importante, dado que revela em si mesmo um reconhecimento profundo por parte do Estado sobre esta forma humanista e iluminista de intervir na sociedade e na economia, são os apoios diretos a conceder para fomentar e desenvolver o setor, colocando-o em pé de igualdade, designadamente com o setor lucrativo.

No movimento cooperativo, nem todas as estruturas intervêm no mesmo campo, dado que perseguem objetos diferenciados em ramos distintos. Algumas atuam em complementaridade com o Estado no domínio da ação e intervenção social, revelando claras dificuldades na sua gestão corrente. Bastará para isso que ocorram atrasos no cumprimento de um qualquer programa de cooperação - o que não é raro acontecer. Daí que o acesso ao crédito em condições vantajosas - tendo em conta os objetivos, valores, princípios e fins a que se destinam estas estruturas -, seja um elemento central para a viabilidade das estruturas e dos projetos cooperativos.

Desta forma, os governos nacionais, bem como as estruturas supranacionais, desde logo no quadro da União Europeia, devem dedicar atenção redobrada no sentido de criar uma centralidade nova ao cooperativismo, no plano institucional e nas opções governativas, se é que entendemos, todos, que o seu reforço é imprescindível para agir nas prioridades que se colocam, como são, por exemplo, as respostas no acesso à habitação, na produção energética, na produção e distribuição alimentar, na Cultura, nos transportes, entre outros.

Da identidade organizacional, da participação direta dos seus membros, da construção, promoção e disponibilização de bens e serviços socialmente úteis, objetivando satisfazer as necessidades de ordem económica, social, cultural, e ambiental das comunidades dependerá o futuro e a razão de existir das estruturas, do modelo e do ideal cooperativo.

A afirmação da liberdade plena, também no plano da intervenção na economia, só se poderá atingir se colocarmos o cooperativismo num outro patamar de visibilidade, comunicação e consciencialização sobre o seu papel na construção de um mundo mais justo e equilibrado. Desafios atuais, que ganham ainda maior relevância e dimensão neste ano de 2025, no quadro das comemorações do Ano Internacional das Cooperativas, onde se pretende fomentar, acentuar, reforçar e alavancar o ideal cooperativo, como uma das soluções para a encruzilhada em que nos encontramos.

Saudações Cooperativistas.

Viva o Movimento Cooperativo Internacional!

#Intervenção feita com base no texto escrito para a revista Seara Nova Nº1771(pp.13-16), no âmbito das comemorações do Ano Internacional das Cooperativas

A Pesca e o impacto dos sinistros

Carlos Moreira
Diretor Técnico da Mútua dos Pescadores

A Pesca em Portugal tem vindo a perder centralidade no desenvolvimento do País, quer seja pela redução da frota pesqueira, pelo envelhecimento desta mesma frota, ou pela pouca atratividade que a pesca gera junto dos putativos trabalhadores do mar.

As pescas, tal como a economia portuguesa em geral, passaram por diferentes processos nos últimos sessenta anos, começando pelo protecionismo do Estado Novo e controlo da atividade pela Marinha; seguindo-se as mudanças internas e externas a que as pescas estiveram sujeitas após revolução de abril de 1974; a perda que a frota portuguesa teve nos pesqueiros longínquos, nomeadamente no atlântico norte e no atlântico sul; os efeitos da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e o efeito da Política Comum de Pescas sobre os fatores de produção nacional e face aos parceiros bilaterais de Portugal.

As dificuldades enfrentadas pelo setor da Pesca em Portugal levaram ao envelhecimento da frota pesqueira, o facto da atividade não ser geradora de grandes mais-valias e a dificuldade em que o trabalho no mar possa ser justamente compensado, tem levado ao abandono da Pesca pelas novas gerações, em famílias de pescadores.

A Mútua, enquanto seguradora do mar, é confrontada com uma frota pesqueira envelhecida, que coloca questões de subscrição, com a necessária avaliação do estado de vetustez da embarcação, mas também, na regulação dos sinistros.

Os trabalhadores necessários para a dinamização do setor da pesca são em escasso número e existem fatores que impactam na constituição das companhias, mormente, a idade dos trabalhadores, cada vez mais velhos, em espelho com a sociedade portuguesa, e na contratação de trabalhadores de outras nacionalidades, que, apesar de terem experiência na atividade, podem não dominar a língua portuguesa.

Se por um lado a idade dos trabalhadores é propiciadora do aumento da sinistralidade, também o desconhecimento da língua portuguesa de muitos dos novos trabalhadores da atividade, por outro, num meio adverso, em que a transmissão de informação é essencial, também pode propiciar o aumento do risco de sinistros. Outro fator que entronca com o aumento da sinistralidade prende-se com a falta de uso de equipamentos de proteção individual, quer seja por vontade individual ou falta de norma legal para o seu uso.

Pelo exposto, a Pesca Profissional desenvolve-se num meio adverso, em condições de trabalho de rigor e dificuldade. Esta caraterística de meio hostil transforma o local de trabalho, num local de elevado risco, porque o mar impõe as suas regras.

No passado as condições de trabalho na pesca eram mais rigorosas, com menores meios de proteção individual e com embarcações com menos condições de trabalho e mais vulneráveis.

O mau tempo no mar é um sinal de preocupação para os que têm os seus entes queridos na faina, mas no passado, pelo exposto, a preocupação era muito maior. Ao longo da costa portuguesa, os rituais de espera sucediam-se quando vinha o mau tempo. As mulheres iam rezar para a igreja, pedindo pela volta dos seus homens e também, pela proximidade das casas à costa, iam para a praia esperar e rezar.

Os novos tempos trouxeram mais segurança, mas é necessário estar sempre atento ao mar, não lhe virando as costas e também manter atenção a todos os seus movimentos. Um golpe de mar pode surgir quando menos se espera e colocar em causa o sustento dos pescadores, a embarcação e mesmo levar a vida dos que estão na faina.

A Mútua segura riscos e também trabalha para que os riscos possam ser mitigados, com informação e intervenção a favor da segurança dos homens no mar. Os sinistros são inerentes à atividade seguradora, mas diferente é a perda de um barco, da perda de uma vida humana. Se a perda parcial ou total de um barco, pode ser compensada com a sua reparação ou substituição, a perda de uma vida humana, ainda que tenha uma compensação financeira, nunca pode ser compensada.

O ano de 2025 terminou com três sinistros de dimensão elevada. O primeiro sinistro, ocorrido em 29 de novembro, em Sines, com uma embarcação de pesca a ficar encalhada no areal, a maior perda foi a embarcação, considerada perda total face aos danos avultados e irreparáveis. Em termos de vidas humanas, nada houve a registar, pois toda a companhia se salvou, apesar das dificuldades e frio que sofreram até encontrarem socorro.

O segundo grande sinistro ocorreu a 14 de dezembro, com o naufrágio de uma embarcação em Caminha, junto ao forte de Ínsua. Neste acidente, para além da perda total da embarcação, perderam-se três vidas (dois mortos confirmados e um desaparecido no mar).

Para terminar o ano de 2025, no dia 16 de dezembro, uma embarcação naufragou ao largo de Aveiro, quando navegava a mais de 200 milhas. Para além da perda da embarcação, regista-se a perda de cinco vidas (um morto e quatro desaparecidos no mar).

A Mútua lamenta estas perdas e fez o indispensável para uma regulação justa e célere dos processos patrimoniais e sobretudo dos processos que envolvem vidas humanas. O esforço que se faz tem de ser acompanhado por políticas públicas que visem a modernização das embarcações, com maior robustez e melhores condições de segurança e de vivência para a companhia. É necessário agir, para que as mulheres não tenham de regressar às praias à espera dos seus homens, pelo forte medo de os perder.

Um regresso aguardado

O ano de 2025 foi também o ano do regresso da Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no Mar, que após dois anos de interregno, voltou a reunir no dia 29 de maio, “considerando que as questões da segurança dos homens do mar mantêm uma permanente atualidade e continuam a requerer um debate continuado”. Infelizmente o tema da (in)segurança marítima volta a ser notícia, como provam as tragédias dos últimos dois anos. Recordamos com pesar os 6 pescadores mortos em consequência do naufrágio do “Virgem dolorosa”, em 2024, e, já em 2025, os 7 pescadores mortos em consequência dos naufrágios das embarcações de pesca “Vila de Caminha” e “Carlos Cunha”.

Tragédias que nos aproximam dos níveis de sinistralidade de outros tempos que julgávamos esquecidos, como do Inverno de má memória, entre dezembro de 2009 e março de 2010, onde faleceram no mar 13 pescadores, facto esse que precipitou a criação desta Comissão em março de 2010.

Uma Comissão que mantém o espírito inicial da sua composição, cruzando diversos olhares, responsabilidades e abordagens à problemática da Segurança Marítima, e por isso de onde podem efetivamente emanar as melhores propostas de soluções para os problemas do setor marítimo, com especial enfoque para a pesca. Recordamos assim que a Comissão foi criada por Despacho n.º 7029/2010, de 16 de março de 2010, dos Ministros da Defesa Nacional, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e do Trabalho e da Solidariedade Social, para “fomentar a participação das diversas entidades públicas e privadas envolvidas na definição e articulação das medidas adequadas à prevenção e segurança do exercício da pesca no mar”, e onde a Mútua está desde a primeira hora, incitando sempre à sua atividade.

A 51ª reunião da CPASHM decorreu assim no Salão Nobre da Direção-Geral da Autoridade Marítima, no Edifício das Instalações Centrais da Marinha, e contou com a presença dos membros Autoridade Marítima Nacional (AMN) (que coordena a Comissão), da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Docapesca, Portos e Lotas, S.A, Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (MRCC Lisboa), Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FOR-MAR), Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos (GAMA), Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar APMSHM, e Mútua dos Pescadores, que marcou a sua presença através do seu Presidente, João Delgado.

Meios de proteção individual para a pesca costeira

Destaca-se a discussão em torno do Decreto-Lei n.º 191/98, de 10 de julho, que “Estabelece o regime jurídico aplicável aos meios de salvação de embarcações nacionais”, e de mais um alargamento na obrigatoriedade do uso dos equipamentos de segurança individual, desta feita para a pesca costeira. Um tema central desta Comissão, que marcou a sua criação em 2010, tendo originado a primeira alteração do diploma que determinou a obrigatoriedade de uso do colete salva-vidas ou

auxiliar de flutuação na pesca local – “As pessoas embarcadas nas embarcações da pesca local, quando em operação, devem envergar os respectivos coletes de salvção”, “que podem ser substituídos por auxiliares de flutuação individuais adequados” (n.º 4 e 5 respetivamente, do artigo 70.º), diploma alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 9/2011, de 18 de janeiro.

A proposta discutida agora foi sobre o alargamento desta obrigatoriedade à pesca costeira, em condições semelhantes: em circulação nos espaços exteriores da embarcação, sempre que esteja em vigor aviso meteorológico amarelo, ou superior, promulgado pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, correspondente à situação da agitação marítima; na entrada e saída das barras dos portos; e em operação de largada e alagem de artes de pesca. Os coletes podem de igual modo ser substituídos pelos auxiliares.

A Comissão entendeu por unanimidade enviar à tutela uma recomendação que reforce a urgência de rever todo o diploma legal, e não apenas este item.

Pela parte da Mútua reafirmou-se que todos os esforços devem ser feitos para alargar rapidamente esta obrigatoriedade à pesca costeira, tendo em conta os sinistros que têm vindo a ocorrer; e que todas as entidades têm de se continuar a empenhar para tornar o setor da pesca cada vez mais seguro. O colete não irá salvar todas as pessoas, em todas as situações que ocorram no mar, no entanto reforçam-se substancialmente as possibilidades de sobrevivência.

Outros temas do interesse dos marítimos – da formação à comunicação

O Decreto-Lei n.º 166/2019 que “Estabelece o regime jurídico da atividade profissional do marítimo”, foi outro dos pontos em discussão, com a apresentação dos novos cursos de formação dos marítimos, da responsabilidade do FOR-MAR, para enquadrar as novas categorias. Este é também um tema polémico no setor, já que as novas categorias profissionais nem sempre foram criadas em harmonia com algumas antigas funções e requisitos, havendo necessidade de corrigir alguns desequilíbrios gerados.

Foi ainda objeto de discussão o modo como os tópicos da segurança e da prevenção podem ser comunicados de forma mais eficaz, ficando a Direção-Geral da Autoridade Marítima de estudar o tema colhendo algumas propostas, como passar a existir, por proposta da Mútua, à semelhança do “Minuto verde” no canal público de televisão, um espaço dedicado à temática “Segurança no Mar”.

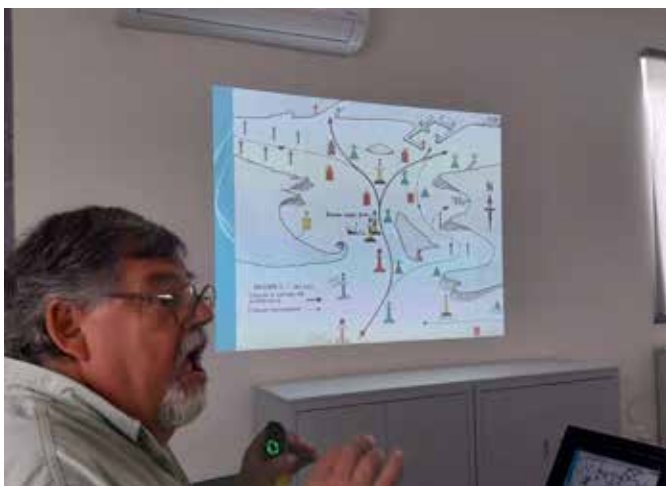
Regresso da Comissão com mais regularidade?

A Comissão já deu provas de que as organizações reunidas conseguem promover iniciativas de relevo, e as organizações presentes saudam a criação e a continuação da Comissão, tendo aprovado por unanimidade a renovação do funcionamento daquele organismo. Espera-se assim que a Comissão possa prosseguir os seus trabalhos em nome da Segurança e da Salvaguarda da Vida Humana no Mar, contando sempre com a Mútua para dar voz a estas preocupações.

Formar para sensibilizar e prevenir Prevenir para mitigar os riscos



Em Olhão, nas instalações do FOR-MAR



Em Vila do Conde, no balcão da Mútua dos Pescadores



Ações de sensibilização com trabalhadores e pescadores

Dando cumprimento aos objetivos traçados no que respeita à temática da prevenção e sensibilização para os riscos, a Mútua prossegue as suas ações internas com vista a sensibilizar os seus trabalhadores e a sua principal rede de distribuição, para estas matérias. O projeto iniciado em 2024, no quadro do protocolo com a Associação David Melgueiro é dinamizado em colaboração com o Comandante José Mesquita, entrevistado nesta edição da Marés. Foi levado a cabo, já em 2025, em Olhão e Vila do Conde, ficando por cumprir, no Continente, a Zona Sul. Para além dos técnicos comerciais, em cada zona contamos com a participação de alguns dirigentes. No Algarve, marcou presença o Administrador Álvaro Bota Guia, e o dirigente João Carlos Jesus do Conselho Regional do Algarve, no Norte, esteve o Administrador Jerónimo Viana, cada um trazendo a sua experiência e sensibilidade profissional. No Algarve acompanhou ainda a sessão, o Dr. Nuno Carradas, adjunto da direção da Docapesca.

Em Sesimbra fomos ao encontro dos tripulantes da embarcação de pesca local "Nosso Ideal", para uma sessão de sensibilização para o bom uso de alguns equipamentos de segurança e salvaguarda da vida humana no mar, com uma demonstra-

ção prática dos mesmos: utilização do colete salva-vidas e do auxiliar de flutuação, simulou-se a queda do homem ao mar, abriu-se a jangada pneumática, com manobras associadas ao seu uso, e lançaram-se dois fachos de mão. Uma ação orientada pelo Comandante da Marinha Mercante, Miguel Cândido, da Forsailing, que contou com a colaboração da Capitania de Setúbal e Delegação Marítima de Sesimbra, e do Instituto de Socorros a Náufragos. Estiveram presentes também dirigentes e trabalhadores da Mútua, bem como alguns associados.

Aqui ficam os nossos agradecimentos uma vez mais a todo o pessoal da Autoridade Marítima Nacional envolvido, que responde sempre com prontidão a estas chamadas, na pessoa do Senhor Capitão do Porto, Capitão-de-Fragata Marco Alexandre de Serrano Augusto. Um agradecimento especial à tripulação do "Nosso Ideal", na pessoa do seu armador, Francisco José Sanches, e aos bravos "náufragos", o mestre Tiago Sanches, e o agente do ISN, Pedro Gonçalves, que não hesitaram em lançar-se à água para tornar possível a iniciativa!

Um agradecimento também à Associação de Armadores de Pesca Artesanal do Centro e Sul, parceira de todas horas!



Em Sesimbra



Embarcação envolvida "Novo Ideal".



Instalações da Apropesca, Póvoa de Varzim

Segurança das Operações de Pesca e Sustentabilidade Microcredencial de formação em parceria com a ENIDH

A Escola Superior Náutica Infante D. Henrique organizou, com o apoio da Mútua, uma ação de formação de sensibilização para a segurança das operações de pesca e sustentabilidade, dirigida aos profissionais do setor. A formação, totalmente gratuita para os formandos, abrange as seguintes matérias: Segurança das Operações de Pesca, Equipamentos de segurança, e Sustentabilidade da Atividade. É aberta a todos os profissionais do setor, e pode ser complementar à formação que devem frequentar para exercerem a sua atividade.

Trata-se de um curso piloto, com a duração de 11 horas, concebido para ser em formato híbrido, permitindo aos formandos permanecerem nas suas localidades, ficando pre-

sencialmente nas instalações das Associações locais, e os formadores lecionando à distância, por meio de vídeo conferência. As sessões teóricas são complementadas por uma sessão prática a bordo de uma embarcação de pesca, com demonstração de utilização de equipamentos de segurança e de algumas manobras de salvaguarda da vida humana no mar.

A primeira ação decorreu em agosto, na zona Norte, em estreita colaboração com a APROPESCA, Organização de Produtores da Pesca Artesanal, que deu apoio administrativo e acolheu a turma de 17 profissionais.

Prevê-se dar continuidade a estas ações, noutras zonas do País, ajustando às realidades locais.

Mar de Experiências e Mútua novamente juntos!

"Cultura não é só o que as gentes fazem. Em sentido crítico é quando aplicamos sobre isso algumas funções. Num lugar onde a terra encontra o mar sempre se fixaram pessoas que criaram um estilo de vida. Nesse limite, entre a maré e o seu impacto, nasceu uma forma de lidar com a vida e ficar. Cultura costeira é tão simples quanto isso: é viver num limite e ficar." Maria do Céu Baptista

Experiência na Voz do Operário, em Lisboa

O ciclo da roda de aprendizagens com as crianças da Voz do Operário em Lisboa, em torno no mar, dos seus recursos e das suas profissões, chegou ao fim, encerrando simbolicamente o 1.º ciclo de duas turmas que a Mútua acompanhou ao longo destes últimos 4 anos, com várias iniciativas.

Em 2022, para assinalar o 80.º aniversário da Mútua, iniciou-se este percurso com a oficina de construção das sardinhas (as "Lourencinhas") com lixo marinho, abrindo-se a temática da valorização do património marítimo; em 2023, as mesmas crianças, já com 7, 8 (e 9) anos, foram introduzidos ao tema das "profissões do mar", com a apresentação do Livro com o mesmo nome, projeto que uniu a Mútua e o Mar de Experiências ainda antes da pandemia, e que já contava com várias ações noutras escolas do território. Em 2024 as crianças foram ao encontro da arte xávega na Costa da Caparica, de manhã construíram as suas embarcações da "arte xávega" com lixo marinho, foram ao encontro dos pescadores da embarcação Canope e dos mistérios do "olho de proa". Em 2025 o Mar de Experiências surpreendeu-nos com a sua capacidade criativa e inventiva, construindo jogos com lixo de marinho (alguns cooperativos), seguindo todas as pistas dos profissionais do início de toda esta odisseia: lá está o jogo do pescador, do polícia marítimo, da bióloga, do faroleiro, do capitão...

Foi a delícia dos pequenos e a forma ideal de encerrar este (1.º) ciclo à Roda do Mar!

Os jogos, que já foram apresentados em diversos locais, foram também apresentados em Setúbal, assinalando a já tradicional presença do Mar de Experiências na Mostra de Tradições Marítimas, em parceria com a Mútua. Ali integrados nas várias iniciativas que a União de Freguesias de Setúbal dinamiza neste âmbito, em articulação com as demais freguesias de Setúbal, que têm como principal objetivo aproximar as crianças e jovens das atividades da "borda de água" e de todo o património marítimo e fluvial envolvente.



Vila do Conde

Parceria com a Escola Azul

A mais recente edição da iniciativa À Roda do Mar, terminou no dia 20 de janeiro em Olhão, juntando a Mútua e o Mar de Experiências ao concurso dos "Pequenos artistas", promovido pelo programa Escola Azul, da Direção Geral de Política do Mar. A partir da leitura do livro "Profissões do Mar" do Mar de Experiências, desafiaram-se as salas do Pré-Escolar de Escolas Azuis a criar trabalhos artísticos que reflatam o que os alunos aprenderam. Cada sala terá de criar uma maquete ou trabalho artístico alusivo ao livro e às profissões do mar, devendo para tal recorrer a materiais reutilizados.

O concurso irá distinguir um trabalho vencedor e duas men-

ções honrosas. As escolas distinguidas com menções honrosas receberão um troféu do Mar de Experiências e Kits de Oferta da Escola Azul e da Mútua dos Pescadores. A escola vencedora receberá ainda uma instalação artística do Mar de Experiências. Algumas das escolas participantes acolheram ainda uma sessão "À Roda do Mar", organizada pela Mútua em parceria com os autores, levando as "personagens reais" do Livro à conversa com os meninos, à semelhança do que tem sido feito em anos anteriores nas praias, escolas e outros cenários, em várias localidades do litoral.

Esta é assim terceira edição do Livro que nasceu em 2018 com

o selo da Mútua, e inspiração da museóloga Maria do Céu Baptista, que apoiou na sua construção artesanal, com os autores, desafiados pela Mútua para abordar o tema. A segunda edição do livro foi em 2020. As dinâmicas envolvendo os profissionais reais, vão já na 4ª edição, realizadas em 2021, 2022 e 2023. Esta edição reforçou as relações de intercooperação entre os vários profissionais do mar, e o seu lugar como “guardiões do mar”, quem mais pode zelar pela sustentabilidade das comunidades e pelo futuro das gerações ligadas ao mar.

A INICIATIVA FOI RECEBIDA EM 6 ESCOLAS-AZUIS

A **escola EB1 / JI Júlio-Saúl Dias**, em Vila do Conde, no dia 15 de dezembro de 2025, foi assim o palco de estreia desta Roda do Mar e contou com o entusiasmo, criatividade e curiosidade das crianças. Uma manhã de muita alegria, descoberta e partilha entre os mais novos e as profissionais que levaram a sua experiência para o contexto de sala de aula. Contámos com a presença da Pescadora (e também membro do Conselho Regional do Norte, da Mútua) Anabela Valente; da Mergulhadora (e historiadora, professora) Monique Palma, da Bióloga (do CIIMar de Vila do Conde) Sílvia Morim e da Capitã do Porto da Póvoa de Varzim e Vila do Conde (e Comandante da polícia marítima, piloto naval), Mónica Pereira Martins. Uma das educadoras presentes, Tânia Maia, assumiu ainda, de forma improvisada, a profissão de Surfista, surpreendendo os seus alunos com estas outras aptidões! Teresa Azevedo, do Mar de Experiências, criadora dos textos, dinamizou a sessão, e esteve também presente Bruno Costa, ilustrador. Acabaria por ser o único homem presente, numa sessão escrita no feminino, pondo em causa os estereótipos sobre as profissões que existem para serem desempenhadas por homens e por mulheres.

No dia 12 de janeiro realizámos a segunda atividade que teve lugar, durante a manhã, no **Externato Rainha D^a. Amélia** em **Lisboa**, onde cerca de 50 crianças, contataram com o biólogo marinho (sociólogo ambiental) e surfista, João Ribeiro; o capitão da marinha mercante, Miguel Cândido e o mergulhador (e artista do “Mar de experiências”), Bruno Costa. No mesmo dia, à tarde, fomos acolhidos em **Sesimbra**, na Escola Azul **Externato Santa Joana**, e as 20 crianças da “sala dos peixes” partilharam as experiências dos construtores navais (técnicos ligados ao museu marítimo de Sesimbra); com a pescadora Fernanda Anacleto (e também dirigente da Mútua, do Conselho Regional do Sul); com o mergulhador José Tourais; o polícia marítimo Paulo Jorge P. Silva; o faroleiro chefe do Farol Forte Cavala, Manuel Fernando da Costa Figueiredo, e finalmente o surfista Tiago Exequiel (da Associação Surf Club de Sesimbra). No dia 13 foi a vez da **Escola Básica do Filtro** de **Peniche** receber a iniciativa, e lá estavam à hora marcada quase todos os personagens do Livro! O construtor naval, Carlos Alberto; o pescador, Renato Rodrigues (também ele Administrador da Mútua); o mergulhador, Alexandre Cruz; o polícia marítimo, Medeiros Pereira; o faroleiro Ferreira de Vasconcelos, e finalmente o surfista, Jorge Branco (da antiga Associação ASSUP). Destacamos ainda a presença de Susana Sousinha, da Câmara Municipal de Peniche, que acompanhou a sessão com muito entusiasmo!

Em **Sines** fomos aportar à **Escola Básica Nº 1**, onde nos esperavam a Rosa Gagarine, peixeira; a família de pescadoras Liliana Arsénio e Alice Mateus (pescadora reformada), faltando apenas o marido de Liliana, filho de Alice, que aproveitou o bom tempo para ir ao mar; a polícia marítima Helena Figueira; o biólogo (e também mergulhador) André Costa; e o faroleiro do Farol de Sines e por fim o surfista Camilo Abdula, campeão nacional de Surf adaptado!

Terminámos esta roda de aprendizagens no dia 20 janeiro no **Jardim de Infância da Cavalinha**, em **Olhão**, com a entu-



Lisboa



Sesimbra



Sines



Sesimbra

siástica presença dos pescadores, Álvaro Bota Guia (Vice-Presidente Mútua) e João Carlos (membro do Conselho Regional do Algarve); com o mergulhador (e também surfista) Manuel Mestre; com o polícia marítimo Francisco Montes; o biólogo David Piló, do IPMA; e por fim o faroleiro.

A todos os profissionais e comunidade escolar que tornou possível estas iniciativas enviamos renovados agradecimentos!

Fechámos assim esta Roda do Mar, nalgumas escolas azuis, mas o Concurso "Pequenos Artistas e as Profissões do Mar" ainda vai dar que falar e esperamos ter contribuído para inspirar os pequenos artistas, guardiões do mar, nas suas criações! Quanto à Roda do Mar, continuará a girar com novos capítulos, para que outros momentos e atividades continuem repletos de alegria, partilha e descoberta entre todos os envolvidos.



Peniche



Olhão

Para além das 6 sessões nos territórios realizou-se também uma "Hora do Contro on-line", no dia 7 de janeiro. Um momento muito especial que juntou o Presidente da Mútua, João Delgado, à iniciativa, ocupando o lugar de "Zeca, o Pescador" e partilhando com as crianças as suas histórias. João Delgado respondeu à curiosidade dos mais pequenos sobre o trabalho do pescador: desde os vários modos de pescar ou os materiais de construção dos barcos, e também como se pesca nos "mares furiosos". A iniciativa levou as "Profissões do Mar" a cerca de 90 escolas e 1500 crianças além-fronteiras, envolvendo, para além de escolas no Continente e Arquipélagos, escolas de Cabo Verde, Angola e Timor-Leste!

Nota: No site da Mútua está uma reportagem fotográfica mais completa.

Obras em destaque

"Nelayan" quer dizer "pescador" em indonésio, e é o nome escolhido para o projeto de **Eduardo Martins**, fotógrafo documental, que tem dedicado os últimos anos a trabalhar sobre as comunidades indonésias em Portugal, de que resultou já uma exposição e algumas tertúlias em torno do tema: "Nelayan: vontade em trânsito".

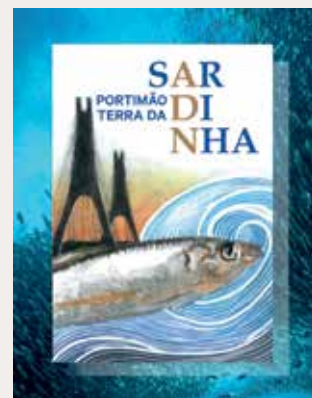


Exposição "Nelayan: vontade em trânsito" (2023)

Está neste momento a preparar um novo trabalho, um folhivo, no âmbito dos apoios à criação da DGArtes, sobre a comunidade de pescadores indonésios em Caxinas. Um projeto a que a Mútua se associou, reconhecendo a relevância cultural, social e artística desta iniciativa. O corpo de trabalho que o fotógrafo desenvolveu até então culminará num objeto que irá contribuir para dar visibilidade às condições laborais e humanas das comunidades piscatórias, um tema que está profundamente alinhado com os valores e a missão da Mútua.

A Confraria da Sardinha de Portimão

continua a imprimir um especial dinamismo nos seus objetivos de "valorização dos produtos da pesca e atividade pesqueira sustentável, melhoria da competitividade, promoção do turismo em Portimão, através da promoção de sinergias entre setores produtivos, e diversificação", e convidou a Mútua para fazer parte do livro



"Portimão, Terra de Sardinha", com edição da Confraria, com o apoio do Município de Portimão. Um livro que junta diferentes contributos de entidades com ligação ao território, para, sob vários olhares, contribuir para sensibilizar para a importância do recurso Sardinha na região e da arte da pesca sustentável que lhe está associada, e para promover o Algarve e em particular Portimão como expressões desta história e cultura que importa valorizar e preservar.

"Não Asses Mais Carapaus Fritos"

é o nome do livro/CD de Expressões Populares de Peniche, uma edição, que contou com o apoio da Mútua, e que já vai na segunda edição. Edição corrigida e aumentada com cerca de oitenta novas expressões de Peniche, assim como de algumas adoptadas de outros locais piscatórios do país. Os autores, Jorge Lopes e Alberto Leitão, visam com a obra, "valorizar e preservar a riqueza cultural e linguística da nossa comunidade".



As cooperativas constroem um mundo melhor

O Ano Internacional das Cooperativas (AIC/2025) foi um acontecimento marcante a nível global, sendo de assinalar que, no âmbito das Nações Unidas, somente as cooperativas mereceram a convocação de dois anos internacionais (2012 e 2025).



Eduardo Graça
Presidente da Direção da CASES



A propósito do setor cooperativo português direi que, em geral, tem mantido a mesma estrutura ao longo dos últimos anos e, nos dois últimos, cresceu de forma encorajadora, com contributos positivos dos ramos de cultura, habitação e serviços. O ramo das pescas conta atualmente com 21 cooperativas em atividade, sediadas um pouco por todo o litoral português e ilhas, embora com especial destaque para o distrito de Faro. É de salientar que apesar do ímpeto de crescimento deste setor ter ocorrido na década de 80, este ramo cooperativo tem contribuído, desde 2022, para o crescimento positivo identificado no movimento cooperativo, tendo a última cooperativa deste ramo sido constituída em fevereiro de 2025. De notar também que em 2022 as cinco maiores cooperativas de pescas nacionais, geraram um volume de negócios superior a 27 milhões de euros.

As cooperativas têm resistido às investidas do “exército” neoliberal, sob as suas diversas formas, que demoliu as cooperativas de consumo através da expansão brutal das designadas grandes superfícies e conteve a expansão, e diversificação, das cooperativas de crédito que, ao contrário de muitos países com os quais nos comparamos, se resume ao Crédito Agrícola. Estes foram os ramos enunciados por António Sérgio como centrais no cooperativismo português, além do agrícola que tem resistido com sucesso.

Apesar de todos os constrangimentos o volume de negócios do setor, integrando cooperativas e sociedades comerciais com capital 100% cooperativo, deverá ascender no presente a cerca de 1000 milhões de €. As organizações são as pessoas que laboram em torno de uma ideia. Estou convicto que é a cooperativa que melhor corporiza este conceito. Pessoas, pessoas, pessoas! Só depois das pessoas vêm as leis, regulamentos, orçamentos, planos e estratégias.

Como nos organizarmos, e cuidarmo-nos, para alcançar uma vida melhor, nos planos material e espiritual. No fundo é em torno deste anseio estrutural que se organiza a vida de cada um de nós, de nossas famílias e comunidades, originando as organizações.

Neste contexto as normas, contidas nas leis, e a tenção para o seu cumprimento, criam as bases de uma relação entre as pessoas e as organizações, o mais pacífica possível, criando regras e dirimindo conflitos. A cooperativa é uma magna organização fundada numa ideia antiga, assente na auto-organização de pessoas, cooperando entre si, para prosseguir o interesse dos seus membros e das comunidades onde se inserem. A forma cooperativa foi, ao longo de muito tempo, informal, vindo a ser enquadrada por legislação dedicada a partir do século XIX, formalizando-se e dando origem a um setor de propriedade dos meios de produção autónoma, a par dos setores Público e privado. Em Portugal, este setor, com a designação de setor cooperativo e social, tem consagração constitucional.

A segunda lei cooperativa, a nível mundial, foi publicada a 2 de julho de 1867, chamada lei basilar de Andrade Corvo, adotada em Portugal, após a lei inglesa. Neste mesmo ano foi também abolida a pena de morte e aprovado o código civil.

Hoje, em Portugal, está em vigor uma lei cooperativa de 2015, talvez carecida de revisão. Uma das questões sempre presente no mundo cooperativo, alvo de debate e polémica, é a da autonomia, ou seja, de como encarar e assegurar a autonomia das cooperativas face aos poderes públicos e aos poderes dos mercados. A questão central é a de manter viva e pujante a forma cooperativa, sem se isolar dos outros setores, mantendo-a nas mãos das pessoas, os cooperadores.

Os ventos que sopram no mundo em que vivemos são ameaçadores das formas de vida económica construídas após a Segunda Guerra Mundial, colocando em causa os fundamentos dos regimes políticos democráticos fundados nas liberdades individuais.

A fórmula cooperativa e, em geral, as fórmulas de associação de pessoas prosseguindo objetivos comuns, é um poderoso meio na produção de riqueza e mais justa distribuição da mesma e, em último recurso, um meio de resistência às ameaças, sejam quais forem as suas matrizes ideológicas, em prol da paz, da liberdade civil e da democracia política.



4.º Congresso da Pequena Pesca debate desafios e futuro do setor em Matosinhos



O 4.º Congresso da Pequena Pesca realizou-se em Matosinhos, na Antiga Fábrica de Conservas Vasco da Gama, reunindo pescadores, armadores, representantes de associações do setor, entidades públicas, investigadores e especialistas, num dia dedicado à reflexão sobre os principais desafios e oportunidades da pequena pesca em Portugal.

Organizado pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A., em parceria com a Câmara Municipal de Matosinhos e com o apoio da WWF Portugal, o Congresso integrou a Semana do Mar, promovida pelo Ministério da Agricultura e do Mar, reforçando a centralidade do Mar Português enquanto recurso estratégico para o país, que importa proteger, conhecer, valorizar e preservar.

A iniciativa contou com a presença do Ministro da Agricultura e do Mar, José Manuel Fernandes, e do Secretário de Estado das Pescas e do Mar, Salvador Malheiro, sublinhando a relevância económica, social e territorial da pequena pesca no contexto das políticas públicas nacionais.

O programa do Congresso abordou um conjunto de temas considerados determinantes para o futuro do setor. A primeira sessão foi dedicada ao Programa Operacional Mar 2030, com esclarecimentos práticos sobre os procedimentos de candidatura e oportunidades de financiamento, apresentados por representantes da Autoridade de Gestão. Seguiu-se uma sessão sobre a Plataforma BMAR, destacando os serviços disponíveis para os profissionais da pesca, bem como uma sessão focada na segurança marítima, com enfoque na melhoria das boas práticas a bordo.

Um dos momentos centrais do dia foi a inauguração do Gabinete de Apoio ao Pescador, na Lota de Matosinhos. Este novo espaço, também em funcionamento noutras nove lotas do país

– Viana do Castelo, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Sines, Rio Arade e Olhão - pretende reforçar a proximidade aos profissionais da pesca, facilitando o acesso à informação, ao apoio técnico e ao acompanhamento personalizado, nomeadamente em matérias relacionadas com financiamento e acesso a fundos comunitários, em colaboração com a Autoridade de Gestão do Mar 2030.

Durante a tarde, o Congresso promoveu dois painéis de debate em formato de mesa-redonda. A sessão dedicada aos Jovens Pescadores e à Renovação Geracional destacou a importância de criar condições que incentivem a entrada de novas gerações no setor, assegurando a continuidade da pesca artesanal portuguesa. Já o painel sobre Transição Digital, Ambiental e Inovação na Pequena Pesca evidenciou a necessidade de modernização do setor, conciliando inovação tecnológica com a preservação dos recursos marinhos e a sustentabilidade ambiental.

O encontro constituiu um espaço privilegiado de diálogo entre pescadores, armadores, associações, entidades públicas e comunidade científica, reforçando a importância da cooperação e da partilha de conhecimento para enfrentar os desafios atuais do setor.

O 4.º Congresso da Pequena Pesca reafirmou, assim, a pequena pesca como um património vivo de Portugal, fundamental para a coesão social, a economia local e a identidade marítima do país, evidenciando a necessidade de continuar a promover políticas e iniciativas que assegurem um futuro mais resiliente, inovador e sustentável para as comunidades que vivem do mar e com o mar.

Fotos: Tiago Ferreira / Invest Matosinhos

A mulher no setor da pesca

O setor da pesca, historicamente associado a uma presença masculina dominante, tem vindo a testemunhar mudanças progressivas. Ainda assim, a presença feminina continua a ser limitada em várias áreas da chamada Economia Azul. Neste contexto, o FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar – tem assumido um papel ativo na promoção da igualdade de género e na criação de oportunidades para que mais mulheres possam integrar e progredir profissionalmente neste setor.

Os dados mais recentes da Comissão Europeia (1) revelam que, em 2023, as mulheres representavam apenas 21,1% do total de trabalhadores no setor marítimo europeu. Em Portugal, esse valor era ligeiramente superior, atingindo 25,5%. Apesar de modestos, estes números revelam uma evolução positiva face a anos anteriores, mas ainda aquém do desejável. A presença de mulheres neste setor é, portanto, uma realidade em crescimento, mas que exige medidas concretas e contínuas para garantir uma maior representatividade.

O FOR-MAR reconhece essa realidade e procura combatê-la desde a base: na formação. Os nossos cursos são acessíveis a todos os interessados, sem qualquer distinção de género. No entanto, é fundamental analisar como se tem dado a integração das mulheres nas ações formativas. Entre 2022 e 2024, os dados indicam uma tendência de crescimento: a presença feminina passou de 11,45% para 14,92%. Este aumento, embora gradual, reflete uma mudança, bem como o esforço de entidades como o FOR-MAR na promoção de um ambiente formativo mais inclusivo.

Ao observarmos a distribuição por áreas de formação, notamos diferenças significativas. A Aquicultura destaca-se com uma presença feminina expressiva, representando 45,83% dos formandos no triénio analisado. Esta área parece beneficiar de uma perceção mais equilibrada em termos de género e revela-se uma porta de entrada relevante para muitas mulheres. Em contrapartida, áreas como Marinhagem e Mestrança (12,23%) e certificações específicas como as que estão associadas à Convenção STCW (14,19%) ainda apresentam uma forte predominância masculina, demonstrando a necessidade de ações específicas que incentivem a participação feminina nestes domínios.

É importante compreender que os obstáculos não se limitam

à escolha formativa. Segundo um estudo da Comissão Europeia, as principais barreiras para a entrada e permanência das mulheres no setor marítimo incluem a falta de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, o acesso limitado à licença de maternidade, a rigidez nos horários de trabalho, a escassa representação feminina em cargos de liderança e os estereótipos de género ainda enraizados. Estas barreiras exigem uma resposta sistémica, que passa por políticas públicas, práticas institucionais e iniciativas de sensibilização e valorização do papel da Mulher no setor.

Por outro lado, quando questionadas sobre o que as atrai no setor marítimo, as mulheres apontam valores como liberdade, mobilidade, diversidade, paixão, determinação, inovação e oportunidade. Estes elementos evidenciam que o mar pode representar, para muitas mulheres, uma via de realização pessoal e profissional, desde que lhes seja garantido um ambiente justo, seguro e igualitário. A Comissão Europeia adotou, em 07/03/2025, o Roteiro dos Direitos das Mulheres (2), estabelecendo um quadro político da UE para os direitos das mulheres, nomeadamente ao nível da igualdade no acesso ao emprego, condições de trabalho adequadas e na participação e representação pública.

O FOR-MAR acredita que o futuro do setor marítimo é, necessariamente, mais inclusivo. Continuaremos a trabalhar para promover o acesso e o sucesso das mulheres em profissões marítimas, nas quais possam encontrar um percurso profissional gratificante, percebendo de que forma podemos contribuir para a concretização de medidas e de soluções que enquadrem as aspirações das mulheres que já trabalham em profissões ligadas ao mar e das que aspirem a uma profissão na qual os valores em que acreditam sejam uma realidade. Acreditamos que a diversidade fortalece o setor, torna-o mais resiliente e capaz de responder aos desafios futuros, no qual todos, sem distinção, possam encontrar o seu lugar. E acreditamos que este é um trabalho que envolve todos os intervenientes, nas suas diversas áreas de intervenção: na formação, o FOR-MAR está presente!

(1) Relatório de 2023 sobre a economia azul da UE | EU Aquaculture Assistance Mechanism
(2) A Roadmap for Women's Rights - Comissão Europeia

"Amigas da onça"¹

Parte 1



António São Marcos
Capitão da Marinha
Mercante / CIC-Comandante

Faz agora mais de 20 anos que, depois de algumas diligências, conforme vim a saber, empurraram para o meu gabinete na Inspeção de Navios duas personagens, pois mais pareciam uma construção do que realidade descendente do sapiens, e ainda por cima agressivas, a manterem-se teimosamente ignorantes por não quererem ser esclarecidas.

E como palavra dada é palavra honrada, vamos então a "**Tonelagem**", **oportunamente** **havemos de ver o que "isto não é"**, e a **Arqueação**, **havemos de ver o que isso é**.

Mas o que é que isto tem a ver com os tais sujeitos? Tudo!

Como proprietários de uma embarcação de recreio mostravam-se indignados porque tinham pesado o barco e ele pesava muito menos do que o valor da "Tonelagem" que figurava no Livrete e como o imposto era pago pela "Tonelagem", andavam a pagar muito mais do que deviam. Queriam, por isso, a correção do Livrete.

Só que não tinham razão, o Livrete estava certo.

Mas, afinal o que é "Tonelagem"?

Só por só, não era nada e hoje em dia, só por só ou não, então é que nada é.

O termo nunca devia ter existido e hoje em dia deixou de existir (ou devia ter deixado!)

A tal "Tonelagem", era volume! Nunca foi peso.

Tonelagem – Medida de volume e não de peso. A origem do nome vem de antigamente: os navios eram medidos por sua capacidade em carregar tonéis-padrão².

Como em inglês a taxa paga sobre os tonéis, os tuns (corrupela do francês *tonneaux*), era a *tonnage*, que igualmente expressava a capacidade do navio em tonéis, em volume, nada mais simples do que traduzir por "Tonelagem", uma palavra "amiga da onça", e desnecessariamente, uma vez que em português a palavra correta já existia e é "arqueação".

Garanto que nunca ouviram dizer que se ia "tonelar" um navio, mas o que sempre ouviram é que se ia "arquear".

Enquanto vigorou o Sistema Moorsom³ como método para o cálculo das arqueações, uma "Unidade de Volume", a *Register Tonn* / Tonelada de Arqueação, correspondia ao valor arredondado de 100 pés cúbicos (2,83 m³).

Mas, afinal, o que é a arqueação? É uma medida de volume interior do navio.

É Bruta quando representa o volume total interior do navio (casco e todos os espaços fechados) e é Líquida quando representa o volume interior dos espaços para

fins comerciais, e tem como finalidade fornecer os valores para pagamento das diversas taxas.

Pelo Sistema Moorsom, no documento de registo do navio apareciam os valores da *Gross Register Tonnage* e da *Net Register Tonnage*, que correspondiam aos volumes medidos divididos pela Unidade de Volume. No documento português, inicialmente Título de Registo de Propriedade e depois, só Título de Propriedade⁴, esses valores figuravam como *Tonelagem de Arqueação Bruta e Líquida*, em "toneladas".

A única coisa que as más e desnecessárias traduções arranjaram foi uma enorme confusão, pela tendência de se associar o termo Tonelada a massa ou a força (vulgo "peso", no caso da aceleração da gravidade convencional) e a criar episódios Dantescos, prognosticando que, o que se passou comigo, não foi por certo caso único.

Os tempos evoluem, e com eles os conceitos. Em 1969 foi adotada na Organização Marítima Internacional, a Convenção Internacional sobre a Arqueação dos Navios, que alterou as designações e de cujo cálculo resultam valores adimensionais. Passou assim a haver a *Gross Tonnage* (GT) e a *Net Tonnage* (NT), corretamente traduzido por Arqueação Bruta e Arqueação Líquida, com valores adimensionais, tendo-se adotado legalmente as abreviaturas GT e NT, não se entendendo bem porquê, pois devia ser AB e AL. (Provavelmente para que os estrangeiros ao lerem documentos em português entendam. Será?)

Portugal aderiu à Convenção em 1987 e as regras nacionais de arqueação, para as embarcações não abrangidas pela Convenção, foram alteradas em conformidade, em 1994.

Ora, sobre aquelas datas já lá vão mais de 30 anos, pelo que já era mais do que tempo para quem tem responsabilidades, saber do que se trata.

Não há muito tempo passou-me pelas mãos um Título de Propriedade de um navio de 1999 que tem inscrito, Arqueação Bruta (em toneladas Moorsom): cento e tal toneladas, repetindo-se o mesmo para a Arqueação Líquida. E, como este, há muitos mais, isso vos posso eu garantir.

Mas seria bom se se pudesse ficar por este singelo (mau) exemplo.

Porém, no sítio da internet da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos DGRM podem encontrar, por exemplo, *Embarcações com capacidade de arqueação superior a 100 GT e ... com uma arqueação bruta*

total de (tantos) GT, como se GT de uma unidade se tratasse. Mas, nem o Direito Comunitário (Política Comum das Pesca) escapa: ... a arqueação de um navio em GT ...

Não admira, por isso, que um armador tivesse ficado muito surpreendido quando lhe interpretei um documento, pois tinha a firme convicção de que o seu navio não tinha uma GT de tanto, mas sim uma arqueação bruta de tantos GÊTês.

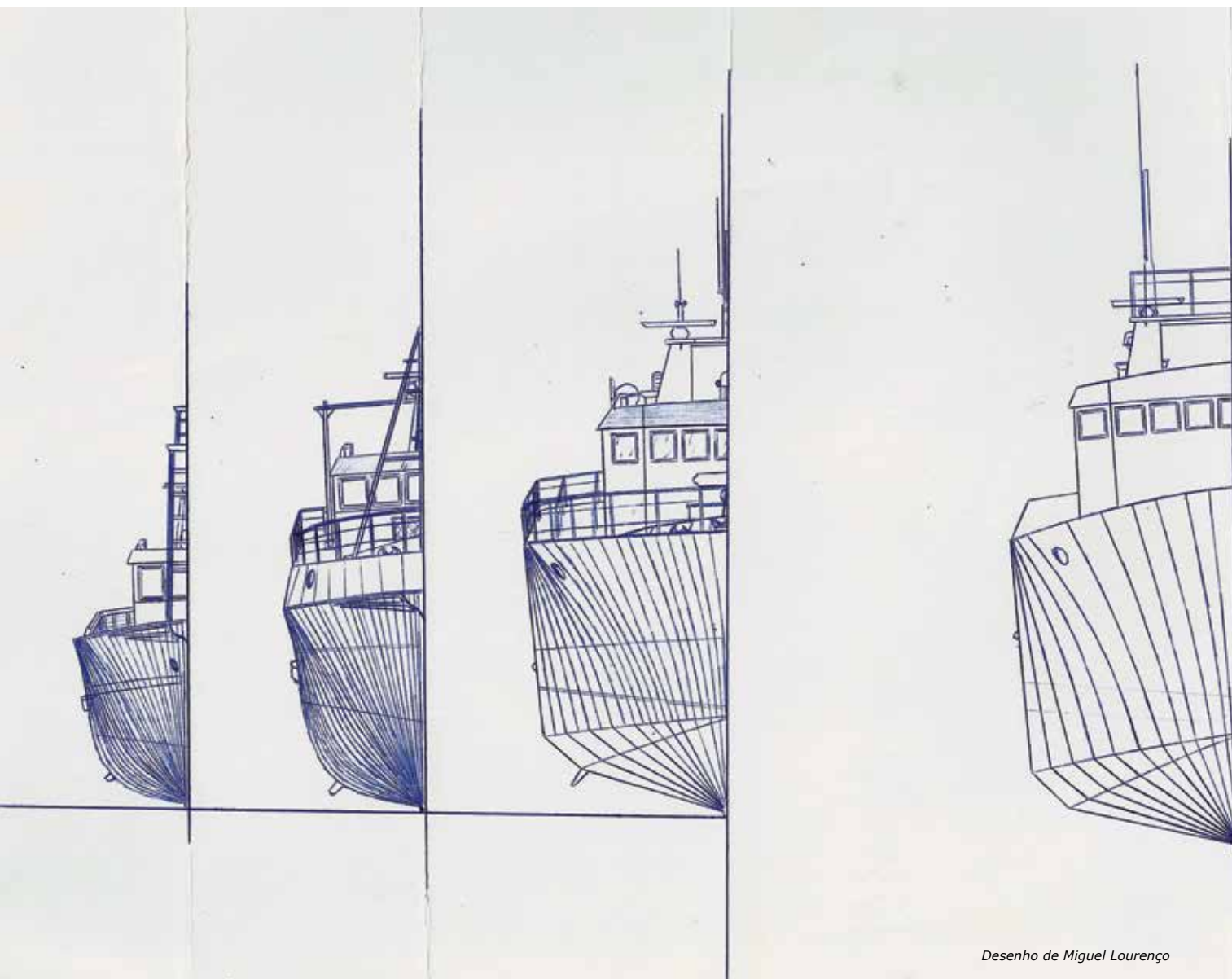
Para não esgotar a página com mais (maus) exemplos, ficamos pelo Decreto-Lei nº 92/2018. E, não é que lá, vamos ler coisas como ... no caso de navios ou embarcações (estas, gigantes com certeza) com arqueação superior a 50 000 toneladas líquidas ... e, numa tabela ... por cada 100 toneladas

líquidas, persistindo na asneira, ao que parece sem ter tido vontade de parar.

Ora, se eu fosse um daqueles senhores importantes que vêm no fim do diploma que inocentemente subscreveram, com tutela sobre quem o escreveu, ia saber quem ele era e, obviamente demitia-o.

E se é verdade o que os senhores Padres pregam, muitos já estão no Céu e outros que ainda por cá andam, a continuarem assim, vão lá parar de certeza.

Quão felizes somos a viver nesta confusão com raízes na ignorância persistente. Não havia necessidade.



Desenho de Miguel Lourenço

1 - Em vez da expressão "falsos amigos" vulgarmente usada, "Palavras Amigas da Onça - É considerada a expressão mais adequada uma vez que se refere não exatamente a um amigo traiçoeiro que nos engana, mas a alguém que, tentando ser-nos útil, torna a nossa tarefa mais difícil" (SABINO, Marilei, 2006 - Falsos Cognatos, Falsos Amigos ou Cognatos Enganosos? Desfazendo a confusão teórica através da gramática. ALFA: Revista de Linguística, v.50, n.2, 2006 at: <<http://hdl.handle.net/11449/107229>>, acedido em 2020.05.13.

2 - A Origem das Palavras

E:\marinha\ESCOLA NAVAL\revista en\villegagnon 2007 online.pdf

<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000004/00000436.pdf>

3 - Almirante George Moorsom, secretário da comissão que elaborou o sistema de cálculo/meados séc. XIX

4 - O registo técnico dos navios é efetuado nas Capitânias e o comercial, para os navios que a isso estão obrigados, na competente Conservatória. Na viragem do século com a publicação de legislação (que até hoje não chegou a ser posta em execução), a então Direção-Geral dos Registos e Notariado fez assertivamente saber (e na minha presença) que só as suas repartições detinham competência para proceder a registos, extensiva, portanto, aos navios e embarcações. Mas perante a incapacidade de exercerem as suas exclusivas competências, o procedimento continuou nas Capitânias, retirando-se "Registo" ao título do documento, porque estas não o podiam fazer. Brillhante!

5 - Ao peso do navio chama-se DESLOCAMENTO (peso do volume da água que desloca) e esse sim é dado em toneladas de peso (toneladas força, tonf, no Sistema Métrico Gravitatório, vulgo Sistema Técnico. Atualmente encontra-se legalmente em vigor o Sistema Internacional, no qual o Deslocamento devia ser dado em Newton, N, mais propriamente nos seus múltiplos. Contudo, e à revelia da Lei, ainda não se generalizou a sua utilização)



Adeus ao Dr. Carlos Inácio

O Dr. Carlos Inácio nasceu em 1954. Viveu uma grande parte da sua vida ao serviço da comunidade de Peniche. Encarou a sua profissão de médico como uma missão. Recordo a gentileza com que tratava todos, sempre cooperante e respeitador, afável nas palavras e nos gestos.

Um homem encantado pela vida, que dizia com a humildade que o caracterizava que tinha sido sempre feliz. Eu acrescento que também fez muitos felizes, e esse é o valor mais alto dos Homens Bons. Perpetuemo-lo assim.

Partiu para o campo da saúde, em vésperas do Natal de 2025.

Teresa Serpa
Balcão do Grupo Mútua de Peniche

O Dr. Carlos Inácio, nasceu em Lisboa, mas vive em Peniche há vários anos. Anos de dedicação à medicina, mas também dedicado a uma outra arte e paixão, a fotografia, que também levava a bom porto, com várias exposições realizadas e livros publicados. O Conselho de Administração da Mútua, e todos os dirigentes e trabalhadores do Grupo Mútua, lamentam esta perda, e manifestam a sua solidariedade para com a família, amigos e comunidade de Peniche.

Homenagem a António Justino Ferreira



"Conheci o António nos longínquos anos noventa do século passado.

A minha velha e gasta memória identifica esse primeiro encontro a bordo do "Baía Juncos", um belo atuneiro construído em madeira.

Falar do velho "Ponta Grossa",

é recordar uma relação de amizade que com ele fui construindo, nestas últimas trinta décadas, momentos que não pretendo deslembrar.

Agora que deixou o mundo dos vivos, em meu nome pessoal e da Mútua dos Pescadores, aqui deixamos os mais sentidos pêsames ao Nelson e a toda a família.

Recordar o António, é ler o seu livro "Memórias duma vida"."

Carlos Garcês



"Juntos nos desafios de todos os dias."

Quando em novembro de 2025 adoptámos a máxima "Juntos nos desafios de todos os dias", estávamos longe de imaginar que em 2026, os desafios seriam ainda maiores. No país várias regiões erguem-se da tragédia das tempestades, e lá fora, cada vez mais próximos de nós também, adensam-se os conflitos bélicos. O sentido da unidade necessária para fazer face aos desafios é assim ainda maior!

Para dar corpo a esta mensagem escolhemos uma fotografia de uma força imensa, que nos traz um pôr do sol em chamas, nos gélidos mares do Norte. Uma fotografia também desafiante, da autoria de João Costa, jovem que continua a desafiar-se a todo o momento, e com quem aprendemos também os valores da coragem e perseverança, que o têm levado a contextos de trabalho tão desafiantes: seja no Parque Eólico He Dreiht, Alemanha, Mar do Norte, onde foi tirada a fotografia, como também como observador a bordo do "Novo Virgem da

Barca", de onde que nos deu a conhecer outra experiência desafiante que viveu, nas operações de busca e salvamento do naufrágio do navio galego "Villa Pitanxo", em fevereiro de 2022 (experiência que relatámos na edição 88 da Marés). Experiências de vida que nos convocam também para a ideia de que nada devemos dar por garantido. Uma mensagem importante para continuarmos a aprender, e sermos mais capazes de estar à altura do mundo em que vivemos, respondendo aos desafios de cada momento.



Notícias da Ilha do Faial

A Mútua dos Pescadores inaugurou, no final de 2025, uma nova delegação na cidade da Horta, sita na Rua das Angústias, nº72. No novo espaço encontra-se igualmente a funcionar a mediadora Ponto Seguro. Este investimento destina-se a elevar a qualidade e as condições de atendimento aos nossos segurados e cooperadores.

Num momento em que o mercado segurador português tem vindo a desinvestir e a encerrar delegações, a Mútua e a Ponto Seguro ambicionam alargar os seus negócios nas ilhas do grupo central, reforçando a sua prestação de serviços junto das várias atividades, como a pesca, recreio, marítimo-turística, transporte de passageiros e mercadorias, setores associativos e culturais.

Confiamos que o nosso trabalhador Francisco Rosa reúna as competências para levar a "embarcação" a bom porto.

Aguardamos a vossa visita.



Horta

Rua das Angústias, n.º 72 R/C

9900-018 Horta

Telefone: 292 391 920 | Telemóvel: 930 500 898

E-mail: horta@mutuapescadores.pt

Campanhas de solidariedade

A Mútua dos Pescadores assume um compromisso de responsabilidade social e solidária, que manifesta através da sua presença e apoio a várias iniciativas e projetos.

Este ano não foi exceção e, para além do Pirlampo Mágico, projeto da Fenacerci – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, ao qual a Mútua se associa há vários anos, foi a vez de nos juntarmos à Operação Nariz Vermelho.

A campanha do Pirlampo Mágico foi oficializada em março de 1987, com o objetivo de apoiar crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou multideficiência e é, desde então, uma das campanhas de solidariedade com mais adesão no nosso país.

A Operação Nariz Vermelho é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que existe há mais de 20 anos em Portugal, e que tem como objetivo levar alegria e felicidade às crianças hospitalizadas espalhadas um pouco por todo o país, com as visitas dos Doutores Palhaços.

As campanhas decorrem na Sede da Mútua dos Pescadores e em vários balcões do Grupo Mútua, e contam com a participação e envolvimento dos seus trabalhadores.





VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "RAÍNHA DOS MILAGRES"
Casco em alumínio
Comprimento ff: 10,10 m; Boca de sinal: 3,40 m; Arqueação bruta: 6,86 GT
Licenças: Redes de cercar com retenida (Cercos); Redes de Emalhar e de Enredar (1 pano de fundo); Pesca à linha - Palangre de Fundo - Espécies Demersais; Motor: John Deere 6090AFMBM2 - 71 kW/120 HP
Contacto: 938 450 527 - rainha.milagres@gmail.com



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "TREVÃO DA FELICIDADE"
Vila do Conde, Comp: 8,95 m; Boca: 3,40 m; Pontal: 1,20 m; GT: 5,40
Casco: Alumínio; Licenças: Cerco p/ bordas; Armadilhas de gaiola 8 a 29 mm (Camarão branco legítimo); Pesca à linha - Cana e linha de mão; Redes de Trespalhaço de Fundo >= 100 mm; Pesca à linha - Palangre de Fundo - Espécies Demersais; Motor: VALMET DE 69,87 KW; Eletrônicos: 1 Sonar, 1 GPS Plotter, 2 Sondas, 1 Radar, 1 Piloto automático e 1 VHF
Contacto: 936 211 027/933 993 156



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "FALCÃO PEREGRINO"
Vila do Conde, Comp: 14,65 metros; Boca: 4,10 metros; Pontal: 1,49 metros; GT: 18,54;
Casco: Madeira; Licenças: redes de emalhar 1 pano de fundo 60 a 79 mm, redes de trespalhaço >= 100 mm, armadilhas de gaiola - alcatruzes
pesca à linha - cana e linha de mão, pesca à linha - palangre de fundo - espécies demersais; embarcação com protocolo da ameijoia de 1998;
Motor: Pegaso (diesel 118,00 kw); Eletrônicos: 1 Multifunções com Sonda e Radar, 2 computadores, 2 VHF, 1 AIS, Piloto automático, Radar
Contacto: 966 335 701/ 918 117 251



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "FLECHA", PE-2375-L
Peniche, Comp: 7,20 m; Casco: fibra de vidro com cabine e corvês. Motor: IVECO fixo;
Artes autorizadas: Emalhar de um pano - de fundo, Trespalhaço - de fundo, Armadilhas de gaiola, Pesca à linha - utensílios de dilacerar, Pesca à linha - palangre de fundo
Contacto: 968 101 125/ 964 388 223



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "DIJIOR" T-370-L
OBE 7,50 m em Fibra de Vidro - com Alador, Licenças de Pesca e palamenta completa. Motor YAMAHA semi novo, 80 CV com injeção direta. Eletrônicos: SONDA A CORES; GPS; RADIO BALIZA; VHF e RADIO
Contacto: 963 101 730



VENDE-SE EMBARCAÇÃO SEMI-RÍGIDA VALIANT DR750 (AKRON), PÓVOA DE VARZIM
Motor Vêrdo de 200HP 4T, arco de luzes em inox com escada lateral de mergulho, consola P75 com direção hidráulica e comandos digitais (SmartCraft). Motor com 350 horas e revisão dos 300 horas feita na marca.
Preço: 15500€ (IVA incluído), não inclui sonda nem VHF.
Rede ser vista na Marina da Póvoa, mediante marcação através do 965 147 385

VENDE-SE LICENÇA DE PESCA
Licença de pesca p/ artes de palangre e de covos
CONTACTAR: D. Noémia - 963 115 440
NECESSITA-SE ACORDO EM REGIME DE PARCERIA
Organizações Ormassamba Lda, localizada em Angola, pretende, em regime de contrato, 3 embarcações tipo traineira p/ pescar em águas territoriais angolanas. A empresa possui alvará de pesca.
CONTACTAR: Carlos Pedro - 00244923607756, ormassamba6363@yahoo.com.br

NEGOCIEJA-SE LICENÇA DE PESCA PARA ANGLA
Licença p/ pesca em águas territoriais angolanas p/ 1 embarcação polivalente até 60 m.; quaisquer artes; c/ capacidade de rio; possibilidade de venda do pescado em Portugal; sem necessidade de pagamento à cabeça; possibilidade de pagamento c/ parte das capturas. CONTACTAR: José A. Martins - 967820600

VENDE-SE EQUIPAMENTOS E ARTES
Vende-se avulso: hélice, guincho, covos e redes de trespalhaço.
Contacto: Adão de Jesus - 258 820 147 ou 966 209 155

TROCA-SE LICENÇAS
Troca-se licenças de apanha submarina de algas, toneira e piteira por licença de alcatruzes. Contactar: Joel Pereira - 912456222 (Ereiceira)
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
Embarcação "DONS IRMOZOS", VC-187-L; c.f.f. 6,15 m.; licenças p/ redes emalhar 1 pano de fundo 60 a 79 mm, 80 a 90 mm, >= 100mm; emalhar 1 pano de deriva 35 a 40 mm; arrasto de vara 20 a 31 mm; armadilhas de gaiola 30 a 50 mm; palangre de fundo espécies demersais. Contactar: 918353410
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
Embarcação de pesca "Nova Ericieira", SN - 927 - L Sines; casco, braços e sistema algem novos; motor MWM; 75 HP com 450 horas; bombas e sistema hidráulicos novos; sonda a cores; Kodem de 500 braços; 2,82 GT; 9,13 m c.f.f.; 7,7 m c.sinal; 0,81 m. pontal; 2,35 m. boca; licenças: 1 pano fundo 80 a 90 mm; trespalhaço 100 mm; palangre de fundo; arte de levantar secada.
Contactar: Horácio Caetano - tel. 965 667 138 / 963 174 225



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL
Eletrônicos: M-R MERCURY 30KW; YAMAHA 50 KW; RADAR, JPS GARMIN, SONDA, RADIO VHF. Com várias artes licenciadas (emalhar, trespalhaço, pesca à linha, artes de levantar, armadilhas).
Contacto: 917 802 391



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
Embarcação "Maria Santíssima", C-120-C; 11,90 m. c.f.f.; sonda; GPS; VHF; motor 105 HP. Vende-se com artes. Licenças p/ rede de arrasto c/ vara, covos, trespalhaço, palangre e pesca à linha.
Contactar: Venâncio Silva - 965165079; 258921797 (Caminha)
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO
Embarcação de recreio - Livrete nº 354PV5; Ano: 1994; Motor: Mariner, fora de borda; 4,35 m.; Boca: 1,57; Pontal: 0,70; Arqueação: 0,558; Lotação: 4 p.; Casco: P.R.F.V.; Tipo e zona 3 águas abrigadas; Modelo: 5,14; H.P.25; 189 Km gasolina M; Sonda registadora marca J.M.F. - modelo 707; nautas marca Garmin - modelo 126. Contactar: Isaac Leal - 917291102

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO
Embarcação de recreio, Fibramar, Quarteira, 5,50 m.; motor Yamaha 50,00 HP - 4 Tempos; com bomba de esgoto com automático; auto rádio, sonda JRC/cores, GPS-Garmin-420/cores; palamenta completa classe-S. Em muito bom estado. Valor: 12.500,00 €. Contacto: Miguel, Quarteira - 965710376 - minacno.8125@gmail.com

VENDE-SE EMBARCAÇÃO PESCA LOCAL "Pedra do Leme", NAZARÉ
"Pedra do Leme" N-2327-L comprimento f.f. 7,88 m.; Licenças Trespalhaço, Armadilhas de gaiola, Alcatruzes Anzol. Contacto 969 750 459
VENDE-SE "PEIXE DE OURO", VR-529-C (PESCA)
"Peixe de Ouro", VR-529-C; Ano: 2007; Fibra de Vidro - Motor: Scania (última geração), tipo fixo, gasóleo, de 147 CV (homologados). C.f.f.: 14,98 m; comp. entre depend. 13,00 m; pontal: 2,00m; boca sinal: 5,00m; arqueação bruta (GT) 26.70. 2 VHF, 3 GPS, 1 radar. Licenças: covos/alcatruzes/redes emalhar e trespalhaço/linha-palangre de fundo. Bom preço. Pagamento negociável.
CONTACTA: 932378332 / 917215353
VENDE-SEGPS E BALSAS
Vende-se GPS plotter Furuno 188. Vende-se balsa p/ 16 pessoas.
Contactar: 966 548 563



VENDE-SE EMBARCAÇÃO
Embarcação de pesca "JORGE MARIA"; c.f.f. 8,37 m.; 4,09 TAB; c.p.p. 7,84 m.; GT 4,06; pontal 1,20; boca 2,80.
Contactar: Manuel Agonia Marques Moita - tel. 913 647 990 ou Apropesca - 252 620 253 (Póvoa de Varzim)



VENDE-SE "SORRISO DA VIDA" (PESCA)
"Soriso da vida" VR-529-AC; c.f.f. 8,37 m.; 4,09 TAB; c.p.p. 7,84 m.; GT 4,06; pontal 1,20; boca 2,80.
Contactar: Manuel Agonia Marques Moita - tel. 913 647 990 ou Apropesca - 252 620 253 (Póvoa de Varzim)



VENDE-SE "UADI-ANA" (MARÍTIMO-TURÍSTICA, GUADIANA E SOTAVENTO ALGARVE)
Embarcação "UADI-ANA", VR-79-AC; c.f.f. 18,15m; boca 5m; motor Cummins, modelo NH-250-M de 190HP.
Casco de madeira; sonda, vhf. Capacidade de 54 pessoas com tripulação, 2 casas de banho, bar, licença de navegação rio Guadiana e costa sotavento do Algarve.
Com todas as licenças pronta a operar. (Vende-se firma de animação turística com esta embarcação, 2 carminhas de 9 lugares, 2 insufláveis e 4 trampolins). Contacto e informações: Rui Gaspar - 968 931 555

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DESPORTIVA
c.f.f. 4,60 m.; boca 1,80 m.; lotação 6 lugares; motor Honda 15 CV - 4 tempos.
Contactar: 914 258 057



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "MESTRE LADEIRA", PENICHE
Cump f.f. 9,65 m.; Boca sinal 3,75 m.; Ponta de sinal 1,50 m. Casco em Fibra. Motor SISELJESL, 70 KW. Artes licenciadas: Pesca à linha (palangre de fundo, cana e linha de mão); trespalhaço, emalhar 1 pano; armadilhas de gaiola e arbigio.
Contactar: 261 411 247 ou 914 201 951

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL
c.f.f. 7,00 m; muito recente - 8.500 euros
Motor Honda a quatro tempos 40 cv; Equipado com chart-plotter sonda e GPS Raymarine a cores; Licenças de Rede de Emalhar de 1 Pano de Fundo, Pesca à linha BR, Pesca à linha Cana e linha de mão; Piteira toneira; Artes de levantar-Rede de saca com fca. Inclui atrelado praticamente Novo.
Contactar: Paulo 912 547 557



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO
c.f.f. 7,00 m; muito recente - 8.500 euros
Motor Honda a quatro tempos 40 cv; Equipado com chart-plotter sonda e GPS Raymarine a cores; Licenças de Rede de Emalhar de 1 Pano de Fundo, Pesca à linha BR, Pesca à linha Cana e linha de mão; Piteira toneira; Artes de levantar-Rede de saca com fca. Inclui atrelado praticamente Novo.
Contactar: Paulo 912 547 557

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "CAETANO MARAFONA", VILA DO CONDE
Com licenças de pesca e aparelhos. GT 83. 18,5 m
Contactar: 966 706 311/962 759 877
VENDE-SE ATUNEIRAS - OLHAO
12 toneiras para pesca ao choco, lula, polvo. Toneiras de chumbo para pesca ao choco lula polvo, com coroa de picos inoxidável extremamente resistentes e duráveis picos afiados varais cores dispersíveis brilham no escuro para pesca noturna as lulas mencionam na compra). Preço: € 30.000euros - 12 unidades - quantidade negociável. Entregues em 24h em todo país - portes incluídos - só paga quando recebe em casa. Telefone: 910000000 / Email: artigoss198@hotmail.com

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO
Embarcação de recreio, Fibramar, Quarteira, 5,00 m.; motor Yamaha 25,00 HP-4 tempos; com consola central com caixa de comandos da Yamaha; com sonda e GPS, com Haloron de Inox e luzes de navegação; palamenta completa classe-S. Visitas em dia. Em muito bom estado. Valor: 4.000,00 €. Contactar: Marco, Quarteira - 963969222 - minacio.8125@gmail.com - envio de fotografias para os interessados.
VENDE LICENÇA DE REDE DE EMALHAR DE 1 PANO DE FUNDO
Contacto: Paulo 912 547 557



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "CARLA PATRÍCIA", ALBUFEIRA
Comp. fora a fora 6,98; Pontal: 1,02; Boca sinal: 2,47; Arqueação Bruta: 2,480. Casco: Fibra de vidro - FRV; Licenças de pesca, armadilhas de gaiola-covos; rede, alador de potes, entre outros mais equipamentos.
Motor: Yamaha - 37,29 kW. Contactar: 967 315 965



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA "VERA MARINA", PÓVOA DE VARZIM
Barco de pesca para venda com ou sem artes de pesca. Casco novo, em muito bom estado. Tem todo o equipamento eletrónico necessário, assim como máquina alar redes, alador de potes, entre outros mais equipamentos.
Comp. fora a fora 17,50 m; Sinal 14,96 m. Boca de sinal 4,73 m. Ponta de sinal 2,12 m. Motor do barco marca Caterpillar.
Contacto: 916 374 251



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE MADEIRA "SENHORA DA PIEDADE"
Em muito bom estado 10,6m; Motor Cummins; c/ licenças: Palangre; Redes de Emalhar 1 Pano; Covos; Alcatruzes; linha à mão.
Contacto: 965 460 291



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "TÂNIA MESTRE" PE-2297-C, FIBRA, PENICHE
Construção Nautber; de 1993. Motor MWM 110 HP.

Comprimento: 10,60; Boca: 3,20; Pontal: 1,55; Arqueação Bruta: 11
Lotação máxima: 6; lotação mínima: 2
Licenças: Redes de Emalhar (1 Pano-Fundo), Pesca à linha (Palangre Fundo), Armadilhas Abriço (Alcatruzes / Covos) e Redes de Trespalhaço (Fundo).
Com artes de pesca: Covos
Contacto: 918 806 206
COMPRO EMBARCAÇÃO DE PESCA ATÉ 9 METROS
Compro embarcação de pesca - de preferência alumínio, para pesca local.
Contacto: José Cunha, Viana do Castelo - 965454990 - salvador_sd@hotmail.com
VENDA DE LICENÇAS E ARTES DE CERCO/XAVEGA
N-2564-L
Contacto: 918 805 931



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA "ALBERTINO CASTANHO", PÓVOA DE VARZIM
Pronta a trabalhar. Contactos: 966 620 270 ou 966 620 271.



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "PÉ DE BURRO"
FIBRA - PTFEN-11386-L, Comp. ff: 8,80 m; Motor Cummins de 160HP, equipado com Radar Garmin; 2 sondas Furuno; 2 GPS; Rádio VHF-Sailor. Licenças: Redes de Trespalhaço, de Enredar e de Emalhar, Rede de Sacada, Rede de saca com boca fixa, Linhas e anzóis, Palangre fundeado, Espinel, Toneira, Linha de mão, Cana, Pilado.
Contacto: 928 027 425



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "DEUS É AMOR"
MADEIRA, PENICHE; Comprimento: aprox. 7 m, Boca: aprox. 2,20 m, Lotação máxima: 5; Licenças: Armadilhas, Nassas, Covos, Alcatruzes, Murejões, Alcatruzes, Linhas e anzóis, Linhas simples e de vara manuais; Cana, Linhas de mão, Palangres fundeados, Espinel (espécies demersais). Redes de Sacada operadas de embarcações, Rede de saca com boca fixa, Redes de Emalhar e de Enredar, Redes de Trespalhaço.
Contacto: 914 623 474 (Tó Manuel); 917 502 915 (Maria Caetano)



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "MARINER"
De madeira, de 1995. Comprimento 10,55 m. Artes: trespalhaço de fundo, armadilhas de gaiola, Pesca à linha Cana e linha de mão, Palangre de fundo e Alcatruzes. Licenças em dia, pronta a trabalhar. 2 aladores de pratos, 1 alador tambor e máquina de puxar redes. Motor 180HP
Contactar: 912 861 528



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "NELINHO"
Casco: Alumínio. Comprimento ff: 10,50 m; Boca de sinal: 3,50; Arqueação bruta: 7,95 GT. Licenças: Redes de cercar com retenida (Cercos). Equipamentos: 2 sondas; Sonar; Radar; 2 GPS - Sistema MAXEA. Motor DAEWOO MD126-SD - 69,87 kW / 95 HP + Motor auxiliar.
Contactar: 968 269 232



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "AKI PESCAS III" PTSSB-113668-C
Comprimento ff: 11,67 m; Boca de Sinal: 3,78 m; Pontal: Sinal: 1,45 m
Arqueação Bruta: 11,910 Ton. Artes: Dragas; Dragas rebocadas por embarcações; Ganchoira (DRB - 04.1); Linhas e anzóis; Linhas simples e de vara manuais; Cana (LHP - 09.1); Linhas e anzóis; Linhas simples e de vara manuais; Linha de mão (LHP - 09.1); Linhas e anzóis; Palangres fundeados; Espinel; (Espécies demersais)(LLS - 09.31); Redes de emalhar e de enredar; Redes de emalhar fundeadas; (Malha80mm a 99mm e >= 100mm); Redes de emalhar e de enredar; Trespalhaço; (Malha >= 100mm) (GTR -07.5). Equipamentos: Radar, Sonda, GPS, VHF e Piloto Automático. Guincho novo duas bobinas e tambores, ganchoiras para todas as espécies de Bivalves. Motor Foxo da Marca MWM a Gasóleo.
Francisco Gonçalves: 918 860 033



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "AKI PESCAS III" PTSET-117736-C
Comprimento ff: 11,54 m; Boca de Sinal: 3,58 m; Pontal de Sinal: 1,47 m
Arqueação Bruta: 10,54 Ton. Artes: Armadilhas; Nassas, covos, alcatruzes, murejões; (Malha entre 30 e 50mm) (PFO - 8.2); Dragas; Dragas rebocadas por embarcações; Ganchoira (DRB - 04.1); Linhas e anzóis; Palangres fundeados; Espinel; (Espécies demersais) (LLS - 09.31); Redes de emalhar e de enredar; Redes de emalhar fundeadas; (Malha 80mm a 99mm e >= 100mm). Equipamentos: Radar, Sonda, GPS, VHF e Piloto Automático. Guincho novo duas bobinas e tambores, ganchoiras para todas as espécies de Bivalves. Motor Foxo da Marca Baudouin a Gasóleo.
Francisco Gonçalves: 918 860 033



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "ATÉ AMANHÃ CAMARADAS" PTN2R-119244-C
Comprimento ff: 10,35 m; Boca de Sinal: 3,36 m; Pontal de Sinal: 1,19 m
Arqueação Bruta: 6,350 Ton. Artes: Dragas; Dragas rebocadas por embarcações; Ganchoira (DRB - 04.1); Linhas e anzóis; Linhas simples e de vara manuais; Cana (LHP - 09.1); Linhas e anzóis; Linhas simples e de vara manuais; Linha de mão (LHP - 09.1); Linhas e anzóis; Palangres fundeados; Espinel; (Espécies demersais) (LLS - 09.31). Equipamentos: Radar, Sonda, GPS, VHF e Piloto Automático. Guincho novo duas bobinas e tambores, ganchoiras para todas as espécies de Bivalves. Motor Foxo da Marca MWM a Gasóleo.
Francisco Gonçalves: 918 860 033



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "ONDINA" PTHOR-118604-C
Casco em fibra de vidro. Comprimento ff: 10,60 m; de sinal: 9,29 m; Boca de Sinal: 3,30 m; Pontal de Sinal: 1,15 m. Arqueação Bruta: 6,160 Ton; Arqueação líquida: 1,850 Ton. Motor Solé Diesel a Gasóleo - 96 Kw - 130 HP.
Contacto: 965 126 467

AS 100 MAIORES COOPERATIVAS PORTUGUESAS 2023

A CASES, no âmbito das suas atribuições, promove e realiza estudos sobre o setor da Economia Social, nos quais **As 100 Maiores Cooperativas Portuguesas** se insere. Esta publicação permite confirmar que o setor cooperativo em Portugal tem mantido um perfil de estabilidade.



AS
MAIORES
COOPERATIVAS



COOPROFAR
Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, CrL

PLURAL
Cooperativa Farmacéutica, CrL

AGROS
União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, UcrL

COOPLECNORTE
Aquisição e Fornecimento de Bens e Serviços, CrL

Cooperativa Agrícola de **BARCELOS**, CrL

UNICOL
Cooperativa Agrícola, CrL

LACTAÇORES
União das Cooperativas de Laticínios dos Açores, UcrL

Cooperativa Agrícola de **VILA DO CONDE**, CrL

PROLEITE
Cooperativa Agrícola de Produtores de Leite, CrL

UNILEITE
União das Cooperativas Agrícolas de Laticínios da Ilha de São Miguel, UcrL

LACTICOOP
União de Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego, UcrL

Cooperativa Agrícola do **BOM PASTOR**, CrL

Cooperativa Agrícola de **BEJA** e **BRINCHES**, CrL

Cooperativa **UNIÃO AGRÍCOLA**, CrL

COFAC
Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CrL

COOP2014
Cooperativa de Produtores de Leite, CrL

AGROMAIS
Entrepósito Comercial Agrícola, CrL

Cooperativa Agrícola de **MOURA** e **BARRANCOS**, CrL

VARZICOOP
Cooperativa Agrícola da Póvoa de Varzim, CrL

PROVAPE
Cooperativa Agrícola do Vale da Pedra, CrL

ALIGRUPO
Agrupamento de Produtores de Suínos, Bovinos, Óvinos e Caprinos, CrL

UNIARME
União de Armazenistas de Mercadoria, CrL

Cooperativa Agrícola de **SANTO ANTÃO**, CrL

CACIAL
Cooperativa Agrícola de Citricultores do Algarve, CrL

Cooperativa Agrícola de **SANTO ISIDRO DE PEGÕES**, CrL

CALCOB
Cooperativa Agrícola de Oliveira do Bairro e Vagos, CrL

Adega Cooperativa da **AZUEIRA**, CrL

EGAS MONIZ
Cooperativa de Ensino Superior, CrL

Cooperativa dos Agricultores dos Concelhos de **SANTO TIRESO** e **TROFA**, CrL

CADOVA
Cooperativa Agrícola do Vale de Arraiolos, CrL

CARMIM
Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz, CrL

ARTESANALPESCA
Organização de Produtores de Pesca, CrL

Cooperativa Agrícola do **Concelho de MONTEMOR-O-VELHO**, CrL

Cooperativa **PINGO DE LEITE**, CrL

Cooperativa Agrícola dos Fruticultores do **CADAVAL**, CrL

Cooperativa Agrícola do **BEBEDOURO**, CrL

CESPU
Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CrL

União das Cooperativas Agrícolas de Laticínios de **SÃO JORGE**, UcrL

Adega Cooperativa de **FAVAIOS**, CrL

MAIÉUTICA
Cooperativa de Ensino Superior, CrL

Adega Cooperativa Regional de **MONÇÃO**, CrL

C.E.U.
Cooperativa de Ensino Universitário, CrL

Adega Cooperativa de **ALMEIRIM**, CrL

Cooperativa Agrícola dos Criadores de Gado da **BENEDITA**, CrL

Cooperativa Agrícola da **MAIA**, CrL

Adega Cooperativa de **VILA REAL**, **CAVES VALE DO CORGO**, CrL

CAIACA
Coop. Abastecedora Industriais de Alimentos Compostos para Animais, CrL

Cooperativa Agrícola da **TOCHA**, CrL

VERCOOPE
União das Adegas Cooperativas da Região dos Vinhos Verdes, UcrL

LEITE DO CAMPO, CrL

KIWICOOP
Cooperativa Frutícola da Bairrada, CrL

Cooperativa Agrícola de **ESPOSENDE**, CrL

UNIVERSIDADE PORTUGALENSE INFANTE D. HENRIQUE
Cooperativa Ensino Superior, CrL

FRUTUS
Estação Fruteira do Monte Junto, CrL

Adega Cooperativa de **REDONDO**, CrL

Adega Cooperativa de **BORBA**, CrL

LOURICOOP
Cooperativa de Apoio e Serviços do Concelho da Lourinhã, CrL

COOPALIMA
Cooperativa Agrícola dos Agricultores do Vale do Lima, CrL

COOPERFRUTAS
Coop. de Produtores de Fruta e Produtos Hortícolas Alcabala, CrL

Terras de Felgueiras **CAVES FELGUEIRAS**, CrL

BIOMEAT
Organização de Produtores Portugueses, CrL

RACOOOP
Cooperativa Agrícola de Rações, CrL

VIVALEITE
Cooperativa de Produtores de Leite, CrL

INSTITUTO PIAGET
Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, CrL

Cooperativa Agrícola de Laticínios do **FAIAL**, CrL

UCASUL
União de Cooperativas Agrícolas, UcrL

Adega Cooperativa de **BENFICA DO RIBATEJO**, CrL

MÚTUA DOS PESCADORES
Mútua de Seguros, CrL

UCANORTE XXI
União Agrícola do Norte, UcrL

MOVIJOVEM-MOBILIDADE JUVENIL
Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, CipriL

TEF
Organização de Produtores, CrL

SERRALEITE
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Portalegre, CrL

ALENSADO
Cooperativa Agrícola do Saldo, CrL

CAMINHOS DO FUTURO
Coop. Comercial. Transf. Agro Pecuária Montemor-o-Novo, CrL

ISPA, CrL
Adega Cooperativa do **CARTAXO**, CrL

FENACAM
Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, CrL

Cooperativa Agrícola de **COIMBRA**, CrL

FOMENTO
Cooperativa de Centros de Ensino, CrL

GRANFER
Produtores de Frutas, CrL

ÁGRIMA
Cooperativa Agrícola de Matosinhos, CrL

Adega Cooperativa de **VIDIGUEIRA**, **CUBA** e **ALVITO**, CrL

Cooperativa Agrícola de **BERINGEL**, CrL

COOTRANSCE
Cooperativa de Transportes da Região Centro, CrL

Adega Cooperativa de **PONTE DA BARCA** e **ARCOS DE VALDEVEZ**, CrL

Cooperativa Agrícola do **BOMBARRAL**, CrL

MULTITOMATE
Cooperativa Agrícola da Castanheira do Ribatejo, CrL

CEVE
Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este, CrL

CFSJMGE
Cooperativa Agrícola da Feira, S. João da Madeira, Gaia e Espinho, CrL

CAVAGRI
Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, CrL

CAF
Cooperativa Agrícola do Funchal, CrL

Adega Cooperativa de **CANTANHEDE**, CrL

Cooperativa Agrícola de **ERVEDAL** e **FIGUEIRA E BARROS**, CrL

CAVCC
Cooperativa Agrícola de Viana do Castelo e Caminha, CrL

Adega Cooperativa de **FREIXO DE ESPADA À CINTA**, CrL

Cooperativa-Agro Pecuária da **BEIRA CENTRAL**, CrL

Adega Cooperativa de **PALMELA**, CrL

COPOMBAL
Cooperativa Agrícola do Concelho de Pombal, CrL

CAVES SANTA MARTA
Vinhos e Derivados, CrL

Adega Cooperativa de **PINHEL**, CrL

PARA QUANDO HÁ
POUCO TEMPO

PEIXE
FRESCO
PORTUGUÊS
NADA
MELHOR

OU TODO O
TEMPO DO MUNDO

PROCURE
ESTA ETIQUETA



O peixe da nossa costa é
saboroso, saudável, sustentável.